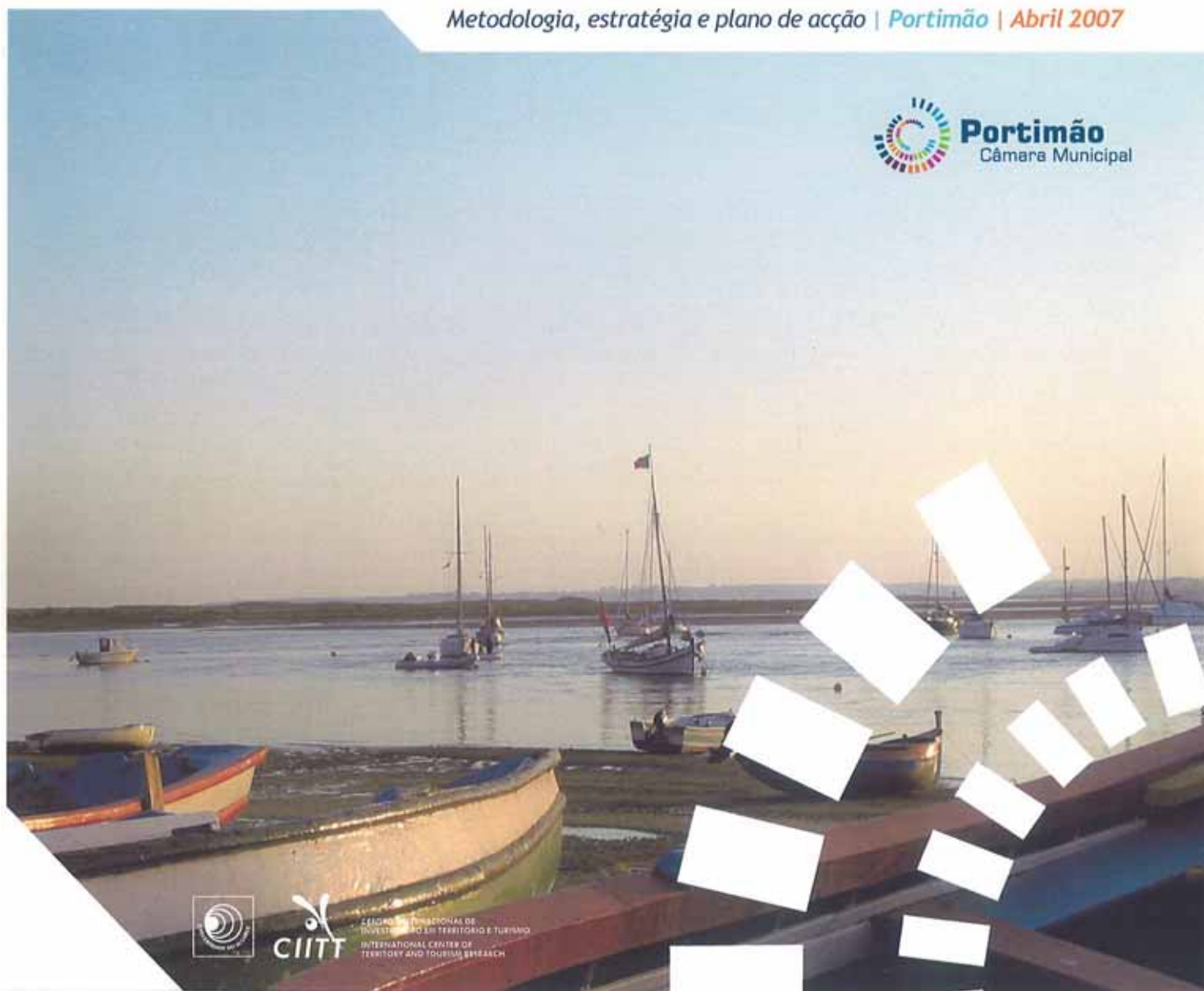


# agenda21 local Portimão

Metodologia, estratégia e plano de acção | Portimão | Abril 2007



CIITT

CÉLULA INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



Portimão, Março 2007

Fernando Lima



Edição Câmara Municipal de Portimão







CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal



## Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Portimão

**Dr. Manuel António da Luz**

*É com prazer e não sem orgulho que se promove hoje o lançamento público da edição da “Agenda 21 Local”, de Portimão.*

*Somos o primeiro Município do Algarve a dispor deste tão importante instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável e harmonioso que se pretende e no sentido do qual se tem vindo a dar alguns passos significativos nos últimos anos, de que sobressai, entre outros, a assinatura, em 2006, da adesão de Portimão à Carta Compromisso de Alborg.*

*Mas, a “ Agenda 21”, que ora vem a público, não é um fim em si.*

*É, antes pelo contrário, uma etapa num processo continuado e participado que até agora envolveu mais de 3.000 pessoas e que, para atingir os objectivos para os quais trabalhamos, deverá continuar a mobilizar de maneira activa, eficaz e empenhada todas as forças vivas do Município.*

*A Agenda 21 Local para Portimão representa um compromisso consubstanciado num conjunto de acções estratégicas, a levar a efeito nas áreas consideradas prioritárias para a melhoria continua do município nas vertentes social, ambiental e económica.*

*Mas, além de apontar rumos e definir medidas concretas no sentido do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 é também a expressão inequívoca da vontade política de reforçar cada vez mais o papel de Portimão como pólo de referência de qualidade e progresso, na Região e no Sul do país.*

*É de inteira justiça salientar que a elaboração da Agenda 21 Local de Portimão só foi possível graças à mais valia técnico/ científica, eficácia e competência do Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo, da Universidade do Algarve, através do Prof. Doutor Fernando Perna e dos seus colaboradores cujo contributo foi decisivo e que publicamente agradeço.*

*Quero ainda expressar o meu reconhecimento e agradecer a disponibilidade e boa vontade de todos os Múncipes que, através das consultas e debates a que se procedeu, quiseram dar a sua colaboração através de reflexões, críticas e sugestões para a Agenda 21 de Portimão, contribuindo assim de maneira franca, positiva e concreta para o progresso de Portimão e das suas gentes.*

Manuel António da Luz

**agenda21local**  
Portimão





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## Mensagem do Coordenador do Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve

Prof. Doutor Fernando Perna

*A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, cuja aplicação territorial em benefício do desenvolvimento regional assume obrigações próprias para com o Algarve, respectivos espaços e agentes que a edificam. Atento a esta missão, o Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo coloca ao serviço da comunidade um conjunto de valências científicas nos domínios da investigação científica que incorpora e desenvolve, com especial incidência nas dinâmicas do desenvolvimento sustentado e respectivos domínios económicos, sociais, ambientais e institucionais.*

*Na região do Algarve, o Município de Portimão vem passo a passo ao longo das últimas décadas assumindo-se como um pólo de atracção e crescimento, cujos ciclos de progresso o colocam hoje indiscutivelmente entre os líderes do desenvolvimento regional. Inserido no espaço que desde o vértice do Cabo de São Vicente ao Arade, Teixeira Gomes descreve como alfobre de assuntos pictóricos, superior em riqueza e variedade, Portimão evolui em permanência enquanto património de modernidade, num espaço que sendo finito é objecto de procuras múltiplas. Portimão sempre foi um encontro de culturas do litoral e da serra, do continente e do mar, o comércio faz parte da sua história. A gestão da mudança em melhoria continua, sobre a qual recai a responsabilidade da liderança, tem na participação da população, das actividades económicas e dos representantes políticos, o instrumento para que o concelho mantenha e desenvolva os níveis de competitividade, promovendo a satisfação das necessidades presentes sem diminuição da “carteira” de escolhas económicas, sociais e ambientais das gerações futuras. Enquanto instrumento de gestão municipal integrado, é este o papel da Agenda 21 Local de Portimão.*

## FICHA TÉCNICA

### COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DO PROJECTO

Fernando Perna

### COORDENAÇÃO DE ÁREAS

Alexandre Domingues (Ambiente e Uso do Solo)

Pedro Garcês (Ambiente e Uso do Solo)

Maria João Custódio (Cidadania e Turismo)

### INVESTIGADORES

José Carlos Barros

Madalena Brito

Olivia Salmonete

Vanessa Oliveira

### CONSULTORES

Paulo Neves

Juan Diego Sánchez

### COLABORADORES

Ana Rodrigues



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## AGRADECIMENTOS

A equipa de investigação do Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, expressa o seu sincero agradecimento a todos os cidadãos de Portimão que voluntariamente aderiram ao Projecto Cidadania Activa ao longo do ano de 2004 (2.272 agregados familiares), aos participantes nos 10 Fóruns Temáticos que no âmbito desta Agenda foram dinamizados durante o ano de 2005 e cujo contributo é assinalável, bem como a todos aqueles que com as suas críticas e comentários contribuíram para a formulação participada da Agenda. Recordamos também o Seminário sobre Ambiente, Desenvolvimento Sustentado e Qualidade de Vida, de 3 de Junho de 2005 em Portimão, bem como a apresentação e discussão pública por ocasião das comemorações do Dia Mundial das Zonas Húmidas, a 13 de Fevereiro de 2006 no Centro de Interpretação Ambiental da Mexilhoeira Grande.

Esta participação activa é a demonstração viva que o concelho de Portimão compreende no seu território os agentes de mudança tão necessários para a evolução sustentada da sua competitividade e bem-estar. A Agenda 21 constitui um instrumento de e para os cidadãos, os quais são a causa deste projecto. No atingir deste objectivo de melhoria contínua com os cidadãos, expressamos também o nosso franco agradecimento aos representantes da Câmara Municipal de Portimão, cuja abertura à iniciativa, motivação e empenho institucional, demonstraram no terreno serem princípios passíveis de coexistir com a total independência científica da investigação, mutuamente exigida para a adesão da Universidade a este desafio.

A todos muito obrigado.

Pela equipa do CIITT

*Fernando Pena*

---

**agenda21local**  
Portimão





## ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
ÍNDICE DE TABELAS	4
ÍNDICE DE FIGURAS	5
<b>PARTE I: ENQUADRAMENTO</b>	<b>7</b>
1. Apresentação	8
2. Agenda 21 Local de Portimão e Desenvolvimento Sustentável	11
2.1 Pensar Global, Agir Local	11
2.2 Objectivos da Agenda 21 Local de Portimão	15
2.3 Agenda 21 de Portimão e a Estratégia de Desenvolvimento Local	18
3. Processos de Agenda 21 Local	20
3.1 Agendas 21 Local no Mundo	20
3.2 Agendas 21 Local na União Europeia a 25	24
3.3 Agendas 21 Local em Portugal	27
<b>PARTE II: METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO</b>	<b>31</b>
4. Metodologia de trabalho	32
5. Domínios de actuação: Uso do Solo, Ambiente, Cidadania, Turismo	41
6. Processo de participação e difusão	44
6.1 O papel da participação pública na Agenda 21 Local	44
6.2 O papel dos stakeholders à escala local	46
6.2.1 Os agentes governamentais	46
6.2.2 O exercício da cidadania	47
6.2.3 As Empresas locais	51

<b>PARTE III: LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANO DE ACÇÃO</b>	<b>55</b>
7. Linhas de orientação estratégica	56
7.1 Ambiente	56
7.2 Uso do solo	58
7.3 Cidadania	63
7.4 Turismo	66
8. Plano de Acção	70
8.1 Ambiente	71
8.2 Uso do solo	79
8.3 Cidadania	87
8.4 Turismo	95
<b>PARTE IV: SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO</b>	<b>103</b>
9. Metodologia Utilizada	104
10. Indicadores	110
10.1 Ambiente	110
10.2 Uso do Solo	116
10.3 Cidadania	122
10.4 Turismo	128
Anexo	134
Bibliografia	135





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGACIÓN EN TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

3.1 Comparação das Agendas 21 Local U.E. versus Mundo 1997-2002	20
3.2 Evolução das Agendas 21 Local no Mundo 1997-2002	21
3.3 Situação das Agendas 21 no Mundo 1997	23
3.4 Situação das Agendas 21 no Mundo 2002	24
3.5 Evolução das Agenda 21 Local na U.E. 25 (1997-2002)	25
3.6 Situação das Agendas 21 Local na U.E. 25 (2002)	26
6.1 Taxa de participação nas eleições para a Assembleia da Republica de Portugal 1975-2005	48
6.2 Empresas com sede em Portimão	52

## ÍNDICE DE TABELAS

3.1 Exemplos de casos de Agendas 21 Locais aplicadas ou em fase de implementação em Portugal	29
6.1 Participação pública nos diversos fóruns e seminários	45
7.1 Ambiente: objectivos dos vectores estratégicos	59
7.2 Uso do solo: objectivos dos vectores estratégicos	62
7.3 Cidadania: objectivos dos vectores estratégicos	65
7.4 Turismo: objectivos dos vectores estratégicos	68
8.1 Formato das fichas do plano de acção	70
8.2 Número de elementos para edição do plano de acção A21 - Ambiente	72
8.3 Plano de acção para o ambiente (exemplos)	73
8.4 Número de elementos para edição do plano de acção A21 - Uso do Solo	79
8.5 Plano de acção para o uso do solo (exemplos)	81
8.6 Número de elementos para edição do plano de acção A21 - Cidadania	87
8.7 Plano de acção para a cidadania (exemplos)	89
8.8 Número de elementos para edição do plano de acção A21 - Turismo	95
8.9 Plano de acção para o turismo (exemplos)	96
9.1 Proposta metodológica de ficha de indicador	107

## ÍNDICE DE FIGURAS

1.1 Quadro da Agenda 21 para o Município de Portimão	8
2.1 Desenvolvimento Sustentável e Processos de Decisão	12
2.2 Instrumentos para o desenvolvimento sustentável: aproximação sectorial	14
2.3 Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - No caminho das Agenda 21 Locais	17
4.1 Quadro Orientador da Agenda 21 Local Portimão	33
4.2 Fluxograma metodológico da Agenda 21 Local Portimão	34
4.3 Fóruns 21 Municipais Portimão	36
4.4 Análise SWOT: Esquema Geral	38
4.5 Cronograma de elaboração do documento da Agenda 21 Local Portimão	40
7.1 Linhas de Orientação estratégica para o ambiente	57
7.2 Linhas de Orientação estratégica para o uso do solo	61
7.3 Linhas de Orientação estratégica para a cidadania	64
7.4 Linhas de Orientação estratégica para o turismo	67





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## PARTE I: ENQUADRAMENTO

## 1. APRESENTAÇÃO

A elaboração da Agenda 21 Local do Município de Portimão surge na natural convergência de objectivos entre o Município de Portimão e as valências da Universidade do Algarve consubstanciadas no Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo. O desafio assumido consiste na elaboração de um plano de acção para a sustentabilidade à escala local, construído de acordo com metodologias cientificamente rigorosas e partilhadas, num procedimento dinâmico onde os agentes do território são o núcleo dos processos de avaliação, planeamento e decisão.

Na Agenda 21 Local está em causa um programa de trabalho de gestão municipal integrada, baseado na aplicação local dos princípios de sustentabilidade global emergentes desde a Cimeira da Terra e progressivamente assimilados por territórios e sectores. De facto, a Agenda 21 é um processo marcadamente territorial, no qual em Portimão são destacados três domínios de intervenção prioritários: ambiente, uso do solo e cidadania. Os dois primeiros emergem dos resultados do projecto Cidadania Activa desenvolvido em auscultação directa à população de Portimão no ano de 2005, o terceiro traduz a própria natureza do processo Agenda 21.

A inclusão na Agenda de uma referência sectorial específica ao turismo - o qual constitui assim o quarto domínio de intervenção - deve-se à importância própria deste sector de actividade no Algarve e no concelho de Portimão em particular. A matriz económica de evidente especialização neste sector, tem como premissa na Agenda 21 que a sua evolução não pode conduzir a situações de monocultura turística (em termos sectoriais ou de produto), nem alhear-se dos *stakeholders* locais. Daqui a imperativa visão territorial.

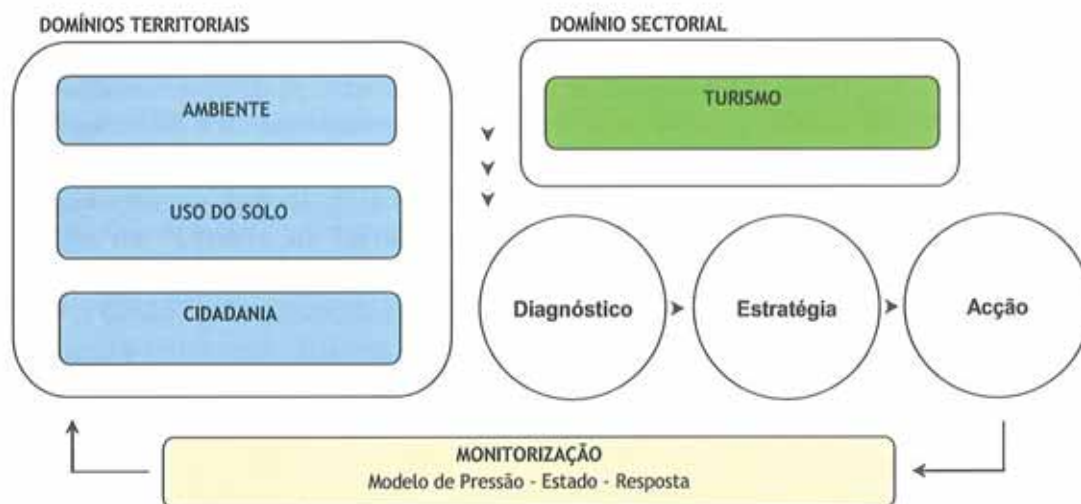
No seu conjunto estas quatro áreas asseguram a cobertura transversal do território, entre os domínios temáticos sugeridos para as Agenda 21 locais, nomeadamente as questões relacionadas com ambiente, natureza, uso do solo e ordenamento do território,



economia local, infra-estruturas básicas, níveis de cobertura dos equipamentos coletivos, equidade social, pegada ecológica, cooperação, sensibilização e a formação para a cidadania. O carácter integrador da abordagem assumida na Agenda 21 de Portimão surge assim numa perspectiva real e multidimensional do território e dos seus processos de sustentabilidade.

Considerados mais pertinentes ao nível da conjuntura local do concelho em causa e prioritários em termos de intervenção, os domínios do ambiente, uso do solo, cidadania e o sector económico do turismo, têm nos respectivos diagnósticos, estratégias e acções, o reflexo da hierarquização das áreas temáticas a considerar de mais urgente instrumentação, segundo critérios de volume de impactes e carácter estratégico de investimento. Numa outra leitura estão também presentes os factores económicos, sociais, ambientais

FIGURA 1.1 - QUADRO DA AGENDA 21 PARA O MUNICÍPIO DE PORTIMÃO



e institucionais, pilares tradicionais dos processos de sustentabilidade. A validade dos processos de desenvolvimento sustentado tem como condição necessária o funcionamento conjunto destes vértices, cuja falta ou escassez parcial implica de imediato uma perda superior à simples subtracção da parte em causa.

Assumidas as premissas iniciais do trabalho, a Agenda 21 Local de Portimão consistirá num instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e participado, onde consciente da integração num contexto global, a decisão é assumidamente local. Um território ambientalmente qualificado, economicamente consistente e socialmente coerente na sua heterogeneidade, onde os agentes locais são activos participantes e não espectadores dessa qualificação, é condição necessária para o desenvolvimento sustentável nos mais diferentes níveis. A Agenda Local 21 do Município de Portimão constituirá uma ferramenta autárquica do processo de desenvolvimento, de e para o município, sugerindo linhas orientadoras do compromisso assumido pelo município com a assinatura da carta de Aalborg a 5 de Junho de 2006.



## 2. AGENDA 21 LOCAL DE PORTIMÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 2.1 PENSAR GLOBAL, AGIR LOCAL

Em 1987 o Relatório Brundtland, “Our Common Future”, definiu desenvolvimento sustentável como o “processo de desenvolvimento que permite às gerações actuais satisfazerem as suas necessidades sem colocar em perigo a satisfação das necessidades das gerações futuras”. Partindo desse relatório, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou, em Dezembro de 1989, a resolução 44/228 que colocou em marcha o processo que levaria à celebração em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas (Cimeira da Terra), a qual reuniu 176 estados e 1.200 organizações governamentais e não governamentais.

Desde essa Cimeira ficou definido um Programa de Acção (Programa 21) visando o desenvolvimento sustentável das Nações através, entre outros, da acção dos poderes locais na implementação de Agendas 21. Visa-se favorecer o desenvolvimento de actividades que não coloquem em risco os ecossistemas e, simultaneamente, promover o crescimento de forma equitativa e ambientalmente eficiente.

A configuração da Agenda 21 para o concelho de Portimão enquadra-se nos princípios acordados na “Cimeira da Terra”, os quais podem ser sintetizados no posicionamento **pensar global, agir local**. As Câmaras Municipais e neste caso particular a Câmara Municipal de Portimão, pela capacidade de intervenção que possui na área de influência municipal e supra-municipal, assume um papel nuclear no assegurar do processo participativo e responsabilizado dos cidadãos.

A configuração de uma Agenda 21 tem na participação dos cidadãos nos processos de

FIGURA 2.1 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROCESSOS DE DECISÃO

### Relatório de Brundtland (1987)

- ... um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponham em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades.

### Declaração do Rio: Princípio 10 (1992)

- A melhor forma de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, ao nível conveniente. (...) cada pessoa terá acesso às informações relativas ao ambiente (...) e a oportunidade de participar em processos de decisão (...).

decisão uma condição necessária para a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável. Este facto tem a nível local uma superior ênfase, dada a familiaridade e sentimento de pertença que os cidadãos assumem para com o território onde residem. Neste contexto, qualquer hipotética estratégia e acção de desenvolvimento alheia à participação dos cidadãos, tem no imediato o perigo de uma influência excessiva dos processos de decisão exógenos ao concelho, em simultâneo com o sentimento de não vínculo da população aos processos de transformação do espaço. Pela negativa, este seria um processo de eventual crescimento mas de manifesta não sustentabilidade, com efeitos visíveis na deterioração da qualidade de vida da população, na economia do município e da região em causa.

Acresce que este desafio da sustentabilidade é maximizado pela sua estreita relação com os recursos naturais, cuja conservação é condição necessária para a prossecução de uma relação positiva entre a economia e a ecologia, da qual por sua vez depende a evolução da própria actividade económica. A Comissão das Comunidades Europeias (1994) reconhe-



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

ce que “há abundantes exemplos reveladores de que um ambiente degradado - no que se refere à qualidade da água ou da paisagem, por exemplo - reduz a atracção (...) do território. Pelo contrário, um património natural intacto e bem valorizado é um trunfo considerável, sobre o qual as acções de promoção (...) não se cansam de insistir”. Este é o paradoxo do desenvolvimento, quanto mais bem sucedido for um local na oferta de um ambiente agradável, mais residentes e visitantes atrairá e maior será o potencial de impactes negativos na qualidade ambiental do território.

A visão da sustentabilidade como um sistema aberto, mais do que uma limitação, encerra em si o fundamento do desenvolvimento como compromisso entre crescimento económico e preservação da natureza e o meio ambiente. Está em causa gerar mais produto económico, criar e qualificar emprego e, simultaneamente, minimizar os impactes sociais e ambientais deste crescimento, assegurando a informação e participação das populações receptoras nas estratégias partilhadas de desenvolvimento.

Esta insistência em modelos estratégicos e participados que permitam o aumento da competitividade das empresas e do território, visando a satisfação das necessidades dos residentes e das expectativas dos visitantes, constitui uma autêntica missão para a sustentabilidade. De facto, no espírito da referida Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro, a dimensão social emerge definitivamente junto às clássicas dimensões económicas e ambientais. Na respectiva Declaração, Princípio 10, é explícito: “A melhor forma de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, ao nível conveniente. (...) cada pessoa terá acesso às informações relativas ao ambiente (...) e a oportunidade de participar em processos de tomada de decisão (...)”. Não existem excepções a esta regra.

Quando analisado em termos sectoriais destaque-se o papel da Organização Mundial de Turismo que, interiorizando a necessidade de integração entre a economia e o meio ambiente em todas as fases dos sistemas de produção e consumo, publica em 1996 em con-



junto com o World Travel & Tourism Council o documento “*Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmental Sustainable Development*”. Este texto estabelece um programa de acção em que o sector do turismo se compromete em contribuir nas suas áreas de competência para a realização das metas de desenvolvimento sustentável nos termos da Conferência do Rio.

FIGURA 2.2 - INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÃO SECTORIAL

#### Agenda 21 Instrumentos (1996)

- Introdução ou fortalecimento de regulamentação ambiental e de saúde pública;
- Economia de mercado, pelos quais os preços dos bens e serviços devem reflectir os custos dos recursos incorporados e dos outputs não comercializados;

#### Agenda 21 para as Viagens e Turismo: Instrumentos (1996)

- Adopção voluntária pela indústria (...) de programas, através dos quais assumam a responsabilidade e uma ética de gestão sobre produtos e processos, no sentido de uma máxima segurança e respeito pelo meio ambiente.

A evolução das sociedades só pode, hoje e no futuro, ser concebida e praticada segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, onde a parceria entre agentes públicos e privados é essencial para assegurar a perenidade da actividade, os meios complementares de satisfação dos residentes e visitantes e a manutenção do património natural e cultural das regiões em interacção. A sustentabilidade joga-se num plano multidimensional de melhoria da qualidade de vida, de protecção e valorização do património e de promoção do crescimento e competitividade das empresas, onde todos os agentes são objecto de um parâmetro de direitos e no mesmo plano, de deveres para com a sociedade.



## 2.2 OBJECTIVOS DA AGENDA 21 LOCAL DE PORTIMÃO

A Agenda 21 Local de Portimão consubstancia neste concelho o espírito da Cimeira da Terra, colocando no centro das preocupações a satisfação das necessidades das gerações presentes sem diminuição da “carteira” de escolhas económicas, sociais e ambientais das gerações futuras.

A efectivação deste princípio passa por garantir a participação informada dos cidadãos nos processos de decisão, através das diversas formas que essa participação pode assumir: individual, associativa e política.

Daqui decorre que o primeiro objectivo para a Agenda 21 Local de Portimão é o de assegurar a participação dos cidadãos no próprio processo de elaboração da Agenda, condição necessária para a sua própria existência, validade e reconhecimento.

Neste espírito de parceria, segue-se o segundo objectivo: traçar o diagnóstico social para os quatro domínios nucleares da Agenda 21 em Portimão:

- Ambiente;
- Uso do solo;
- Cidadania;
- Turismo.

Este diagnóstico social, efectuado numa ronda de fóruns com representantes dos cidadãos, é posteriormente cruzado com o diagnóstico técnico (terceiro objectivo) efectuado através da pesquisa documental (bibliografia e estatística) nas áreas específicas de cada

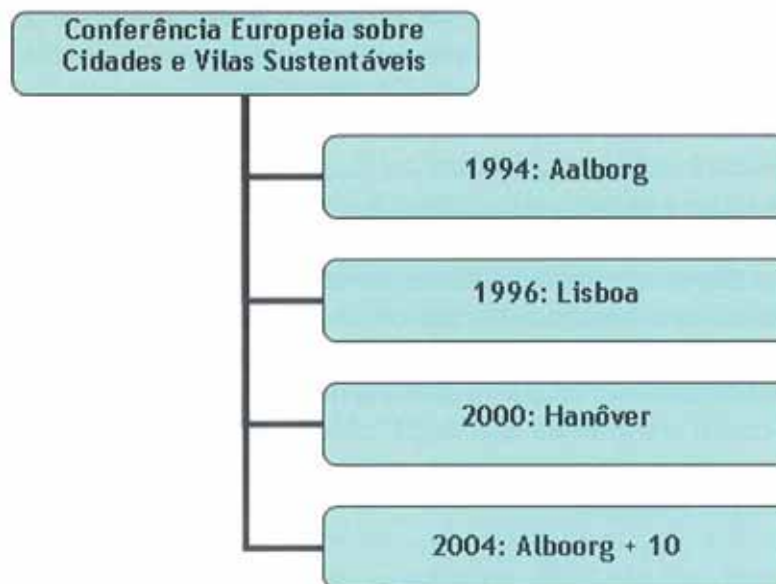
um destes domínios nucleares bem como com os *inputs* de duas rondas de fóruns a realizar com os actores internos da Câmara Municipal de Portimão. Da conjugação das fontes primárias (fóruns) e fontes secundárias (pesquisa documental), prossegue-se para os quarto e quinto objectivos da Agenda, a elaboração da estratégia e conjunto de acções para cada domínio, expressos no presente documento válidos no particular e coerentes no todo integrador.

Finalmente o sexto e último objectivo, é materializado na especificação de um conjunto de indicadores de monitorização, através dos quais será possível para cada domínio, aferir o grau de eficácia no terreno da implementação progressiva das acções sugeridas, quer em termos absolutos do concelho quer na comparação com o todo regional. Esta avaliação a efectuar maioritariamente na escala de tempo anual, tem presente a compatibilidade entre a abrangência multidisciplinar dos domínios em estudo e o necessário grau de objectividade para a operacionalidade que os indicadores têm que assumir, enquanto instrumentos de suporte à decisão. Assumida a Agenda 21, este será um dos desafios para 2007-09.

Em todos estes objectivos e respectivas tarefas está presente uma filosofia da melhoria contínua, isto é, a Câmara Municipal de Portimão em conjunto com a entidade dinamizadora da Agenda 21 e em permanente parceria com os cidadãos, deve, anualmente e após publicação dos resultados dos indicadores, reunir e debater a pertinência dos indicadores face a novas dinâmicas do concelho e desenvolvimentos científicos da modelização, bem como discutir a alteração das metas-objectivos consagrados nos diferentes indicadores.

É já no âmbito deste processo, onde mais do que uma intenção é o assumir de um compromisso de acção, que o Município de Portimão subscreve a carta de Alborg sobre as cidades e vilas sustentáveis em Junho de 2006, carta emanada desde que em 1994 se celebrou em Aalborg (Dinamarca) a Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. A carta, na altura assinada por 80 cidades, assume a responsabilidade do bem-estar do homem e da natureza, cumprindo vários princípios da sustentabilidade.

FIGURA 2.3 - CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE CIDADES E VILAS SUSTENTÁVEIS  
NO CAMINHO DAS AGENDA 21 LOCAIS



Nesta sequência institucional, a aplicação de uma Agenda 21 municipal assume um objectivo global de definição de um instrumento inovador para a prossecução do desenvolvimento sustentável a nível local. A inovação associada à Agenda 21 no Município de Portimão tem na base um processo de construção forçosamente complexo, mas que será inovador se permitir ao nível da autarquia uma aplicação simplificada, generalizada, participada e validada entre os vários *stakeholders* do município.



## 2.3 A AGENDA 21 DE PORTIMÃO E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A elaboração da Agenda 21 Local de Portimão surge numa matriz de transformação nacional da perspectiva sobre o desenvolvimento, onde em definitivo o espaço mais próximo dos cidadãos emerge como agente e decisor informado dos processos de sustentabilidade, com ênfase no ambiente mas generalizado ao conceito de território. Esta mudança tem expressão no enquadramento das Agendas 21 Locais no planeamento sócio-económico para o País, como se verifica no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES, 1998), onde é referido como um dos objectivos prioritários para a política de ambiente “a protecção e valorização ambiental do território”, assim como “a integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento local e regional”.

Para além disso, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2002), tem como uma das linhas de orientação Promover uma política de ordenamento do território sustentável, no seio da qual visa “Promover a elaboração de Agendas 21 Locais, estimulando a intervenção dos níveis locais e regionais no processo de desenvolvimento sustentável, de acordo com o artigo 28 da Agenda 21”. Tem-se pois de forma inequívoca a aposta na elaboração das Agendas 21 Locais como parte integrante da estratégia de desenvolvimento sustentável em Portugal.

Nas Grandes Opções do Plano 2005, é também referido como medida de política ambiental a concretizar em 2005, “a promoção das Agendas 21 Locais como instrumentos privilegiados para a adopção de estratégias integradas e sustentáveis de desenvolvimento”.

Paralelamente a este contexto do todo nacional, a Agenda 21 Local de Portimão insere-se também num quadro regional em se procede à revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), instrumento fundamental da estratégia regional de desenvolvimento territorial, bem como no quadro da revisão do Plano Director Municipal (PDM) do Município de Portimão, cuja primeira geração é também concordante com o documento estratégico de desenvolvimento da cidade de Portimão consubstanciada no



### Plano Estratégico de Portimão (1995).

Com a Agenda 21 Local de Portimão pretende-se não só efectuar um diagnóstico integrado do concelho, como analisar as opções para o desenvolvimento que decorrem do Plano Estratégico de Portimão (1995). Definir-se-ão tanto as linhas estratégicas, as quais se espera que venham a constituir um contributo para a revisão do PDM de Portimão, bem como as acções a desenvolver nessa estratégia. No conjunto com o PDM, esta base metodológica de actuação visa formalizar um instrumento chave na colocação em prática da estratégia de desenvolvimento local.

Mais do que um documento, a Agenda 21 Portimão assume-se como um processo levado a cabo no município, o qual inclui ainda a implementação de um sistema de monitorização, capaz de fornecer informação para avaliação dos resultados da aplicação dos instrumentos quer sobre os domínios de actuação em particular, designadamente uso do solo, ambiente, cidadania e turismo, quer na perspectiva integrada do todo multidisciplinar.

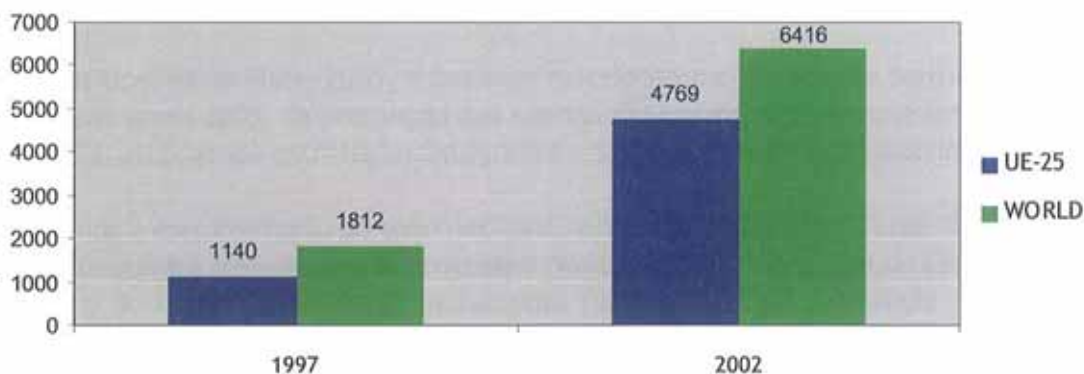
### 3. PROCESSOS DE AGENDA 21 LOCAL

#### 3.1. AGENDAS 21 LOCAL NO MUNDO

Dentro dos trabalhos levados a cabo pelas Nações Unidas, meses antes da Conferência de Joanesburgo 2002, de forma a avaliar o grau de implementação da Agenda 21 aprovada no Rio de Janeiro, a Secretaria da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento sustentável (UNCSD) e o Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), com a colaboração do Capacidade 21 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUMA), organiza o segundo encontro de autoridades locais sobre o estado global das Agendas 21 Locais.

Este segundo estudo (a primeira edição foi apresentada em 1997 no âmbito da conferência ex-

GRÁFICO 3.1 - COMPARAÇÃO DAS AGENDA 21 LOCAL U.E. *VERSUS* MUNDO  
1997-2002



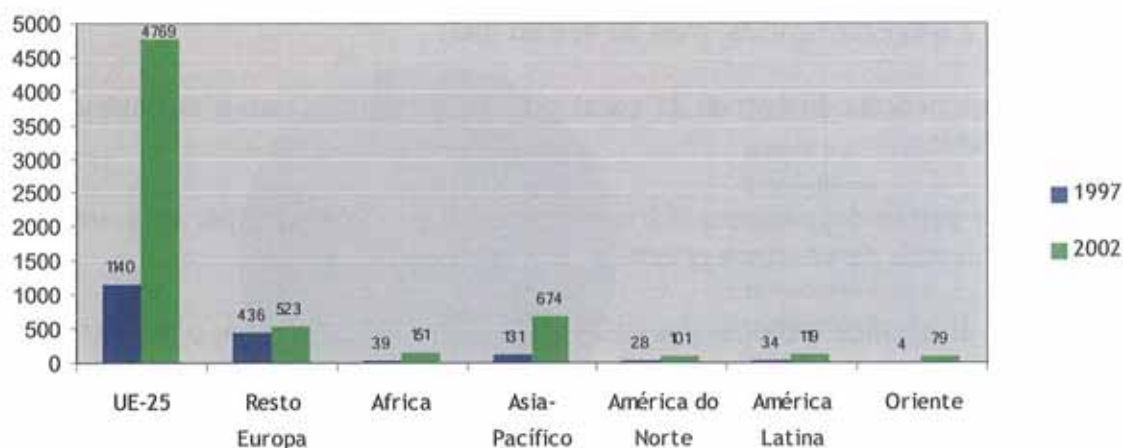
Fonte: ICLEI Local Governments for Sustainability (2002)

traordinária Rio + 5) documenta, a partir dos resultados de um encontro das autoridades locais e de numerosos encontros com técnicos e responsáveis ao nível local de todo o planeta, o esforço efectuado durante dez anos por parte dos governos locais na aplicação do Programa 21.

No Gráfico 3.1 pode ser constatado como a União Europeia a 25, com 4.769 Agendas 21 Locais é a região do mundo com um maior peso na implementação de Agendas 21.

É também a União Europeia a 25 a região que um maior crescimento registou no período em estudo (1997-2000), passando de 1.140 Agendas 21 Locais (62,9% do total mundial) para, como já havia sido referido anteriormente 4.769 (74,3% do total mundial). Por outro lado, cruzando com a informação presente no Gráfico 3.2, tem-se que uma vez que a Europa no seu conjunto

GRÁFICO 3.2 - EVOLUÇÃO DAS AGENDAS 21 LOCAL NO MUNDO  
1997-2002



Fonte: ICLEI Local Governments for Sustainability (2002)

representa 82,5% das Agendas 21 Locais em 2002, são os países que não pertencem à União Europeia a 25 os que perderam um maior peso relativo no período em causa, passando de 24,1% (436 Agendas 21) para 8,15% (523 Agendas 21), sendo assim a região com uma menor taxa de crescimento.

As conclusões mais relevantes no estudo realizado no ano de 2002 para o conjunto do planeta são:

- As Agendas 21 Locais desenvolveram-se principalmente no âmbito da União Europeia a 25.
- Um total de 6.416 autoridades locais de 113 estados diferentes comprometeram-se a empreender a Agenda 21 (2.823 autoridades locais) ou encontram-se em processo (3.593 autoridades locais).
- Existem 18 campanhas nacionais de promoção e seguimento das Agendas 21 Local que desenvolvem 2.640 experiências, mais de 40% do total.
- 73% das experiências de Agenda 21 Local do planeta contam com o envolvimento de grupos de interesse.
- Em geral, a gestão dos recursos hídricos e a qualidade do ar são, por esta ordem, os aspectos ambientais de interesse prioritário nas Agendas 21 Local.

Os principais obstáculos reconhecidos pelas autoridades locais de todo o planeta no desenvolvimento das suas Agenda 21 Local são a falta de apoio económico suficiente e a pouca vontade política demonstrada pelos governos de cada um dos estados.



GRÁFICO 3.3 - SITUAÇÃO DAS AGENDA 21 LOCAL NO MUNDO

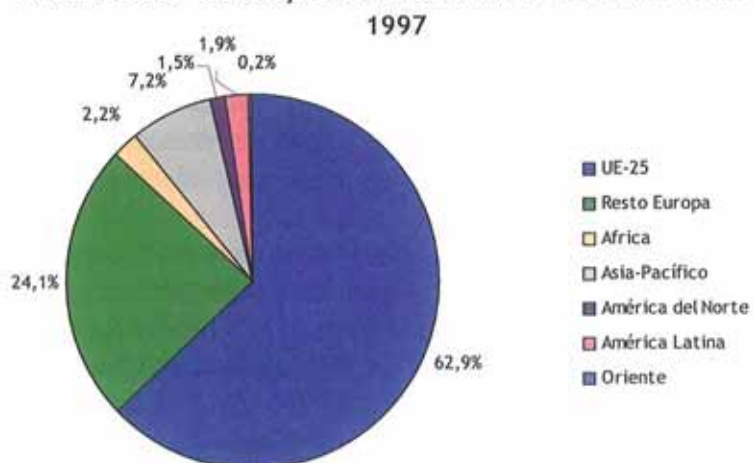
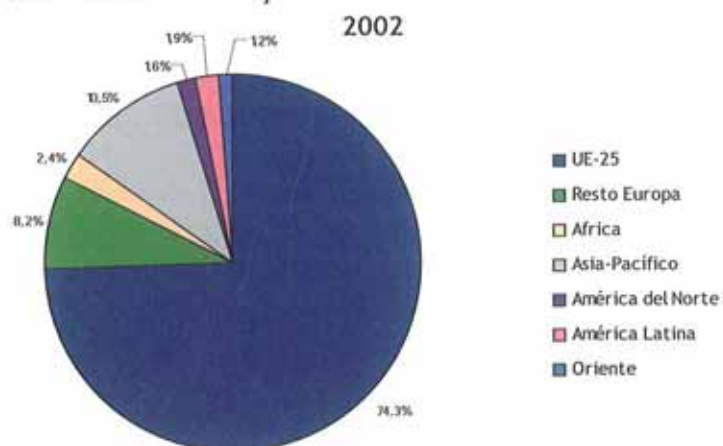


GRÁFICO 3.4 - SITUAÇÃO DAS AGENDA 21 LOCAL NO MUNDO



Fonte: ICLEI Local Governments for Sustainability (2002)



### 3.2 AGENDAS 21 LOCAL NA UNIÃO EUROPEIA A 25

Dentro da União Europeia a 25 foi a Alemanha o país que mais cresceu no período entre 1997 e 2002, passando de 30 processos em 1997 (2,6%) para 42,8% do total das Agenda 21 da U.E. a 25 em 2002. Seguem-se a uma maior distância e por ordem decrescente de importância: Itália (9,0%), Reino Unido (8,9%) e Espanha (7,5%).

 importante destacar que países europeus dos quais são exemplo a Suécia, o Reino Unido, a Dinamarca e os Países Baixos, pioneiros na implantao de Agendas 21 Local no mundo deixam de ter uma posio predominante, fruto da disseminao progressiva dos processos.  também importante referir o facto de Alemanha, Reino Unido, Espanha e Itália serem os países da Europa com um maior número de organizao certificadas em EMAS e ISO 14001.

No que concerne ao continente Europeu as principais conclusão são:

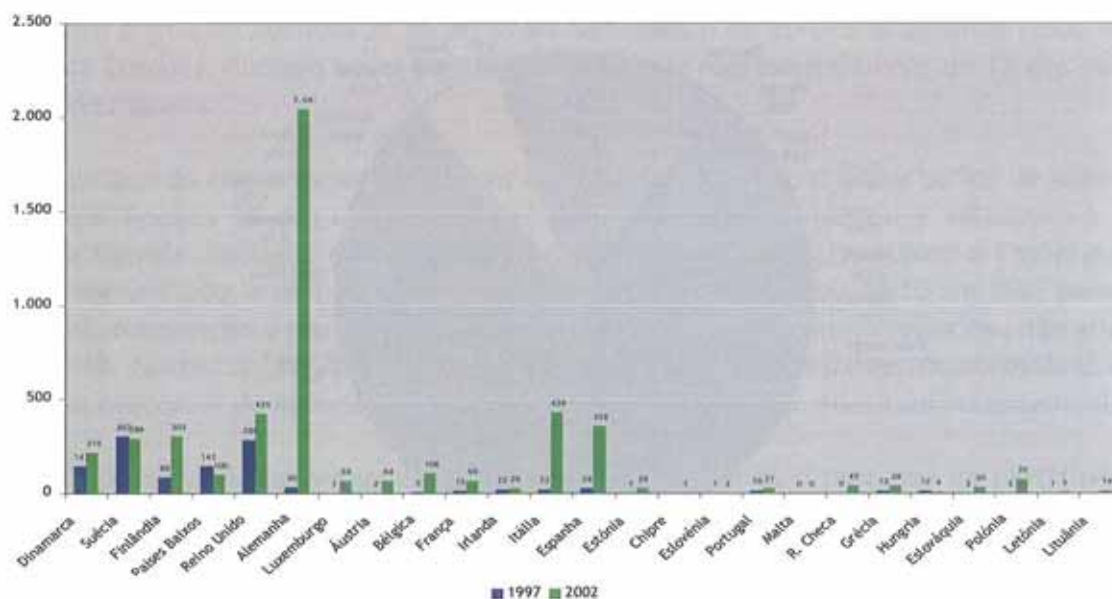
- A maior parte das Agenda 21 Local existentes na Europa pertencerem a países da U.E. a 25;
- O país com um maior número de Agendas 21 Local  a Alemanha, que com 2.042 Agendas 21 em processo, representa 42,8% das Agendas 21 Local da U.E. a 25 e 31,8% do mundo;
- Nos últimos anos tem-se vindo a registrar um maior peso por parte dos países mediterrânicos (Itália e Espanha) no desenvolvimento das Agendas 21 Locais, e uma relativa desacelerao dos países pioneiros (Noruega, Suécia, Dinamarca e Países Baixos) os quais já atingiram patamares de concretizao relevantes;
- Cerca de 80% dos compromissos e processos da Agenda 21 Local existentes no planeta pertencem ao continente europeu (5.292);
- Os 8 países que dispõem de campanhas nacionais de apoio e controlo das Agendas 21 Local



(Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Islândia, Itália, Noruega, Suécia, Reino Unido) integram 2.011 casos, isto é, 38,0% do total da Europa;

- A metade dos processos de Agenda 21 Local europeus assumem a perspectiva integrada da sustentabilidade. De outro modo, os aspectos estritamente ambientais são prioritários em 40% dos casos, os económicos em 9% e os sociais no restante 1 %;
- Os aspectos considerados de maior importância são, por ordem decrescente, a gestão energética, o transporte, o ordenamento do território, as mudanças climáticas (a Europa é a única

GRÁFICO 3.5 - EVOLUÇÃO DAS AGENDAS 21 LOCAL NA U.E. 25 (1997-2002)

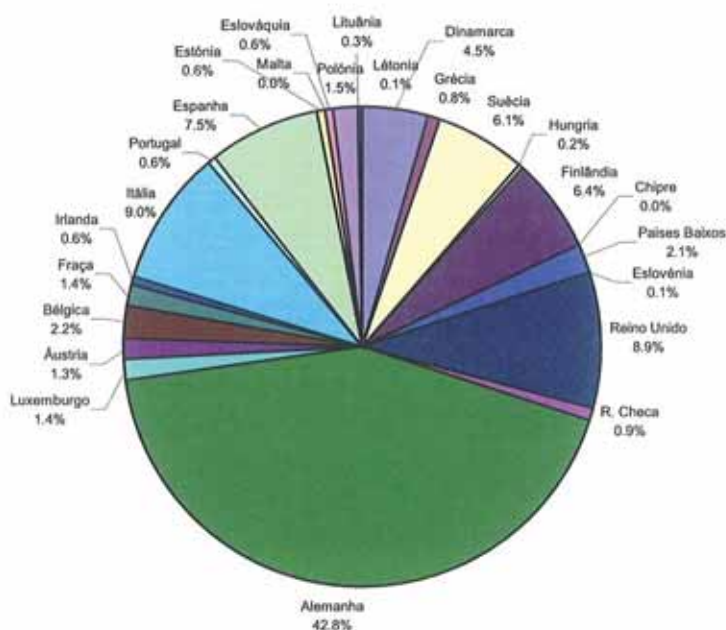


Fonte: ICLEI Local Governments for Sustainability (2002)

região do planeta onde este factor aparece como prioritário) e a biodiversidade;

- Mais de 75% das Agendas 21 Local da Europa têm em conta a participação de grupos de interesse;
- À semelhança do resto do mundo, o apoio económico e a falta de compromisso político por parte dos estados são os principais obstáculos identificados no desenvolvimento das Agendas 21 Locais europeias.

GRÁFICO 3.6 - SITUAÇÃO DAS AGENDA 21 LOCAL NA U.E. - 25  
2002



Fonte: ICLEI Local Governments for Sustainability (2002)



### 3.3 AGENDAS 21 LOCAL EM PORTUGAL

Na Cimeira do Rio, em 1992, quase todos os governantes da Terra decidiram adoptar diversas medidas para implementar o então designado desenvolvimento sustentável. Entre elas, a principal medida foi o plano de acção denominado de Agenda 21. Este plano pretendia incentivar os governos nacionais, municípios, organismos não governamentais, instituições oficiais e empresas privadas, para que, conjuntamente com os cidadãos, adoptassem as melhores estratégias para atingir um desenvolvimento sustentado.

Nesta Cimeira foi estabelecido como meta que até ao ano de 2000 fossem implementadas, pelo menos um milhão de Agendas 21 Locais. Actualmente e passados 14 anos da Cimeira, a revista de Ecologia do Século 21, aponta na sua edição de Julho de 2005 que o número oficial de Agendas 21 locais implementadas é de aproximadamente 7.000 (65% delas na Europa), número em si significativo mas que representa menos de 1% dos municípios do Planeta.

Ainda de acordo com a mesma, Portugal é o país da Europa com maior défice de Agendas 21 locais. Apenas 5% dos municípios (entre 15 e 20) desenvolveram e aplicaram a sua própria Agenda. Portugal não seguiu a mesma tendência de países como a Espanha e a Itália. Por um lado, o número de processos em marcha aumentou de 10 em 1997 para 27 em 2002, no entanto o seu peso relativo no contexto da U.E. é muito reduzido, não atinge sequer 1%. Neste *ranking* Portugal ocupa a vigésima posição dos países membros da U.E. a 25, com processos de Agenda 21, superando apenas países que aderiram recentemente.

Para a aplicação de uma Agenda 21 Local é imprescindível o processo de participação pública. A participação pública produz um sentimento de confiança e responsabilidade na comunidade, estimulando-a a prosseguir no rumo da sustentabilidade, preenchendo a distância entre políticos e cidadãos. Esta poderá ser realizada de diversas formas, tais como a realização de fóruns, encontros abertos à comunidade civil, inquéritos, entre outros.

Nos casos portugueses de Agendas 21 Locais, a participação pública foi feita na sua grande maioria através de fóruns e encontros abertos à comunidade civil.

Embora se registem ainda poucos casos de aplicação de Agendas 21 locais em Portugal, existem já Agendas 21 consideradas de sucesso, sendo um exemplo a Agenda 21 de Oeiras.

Contudo, a Agenda 21 local não é obrigatoriamente um instrumento de gestão ao nível do município, existindo em Portugal um exemplo da aplicação deste instrumento ao nível da freguesia. Trata-se da Agenda 21 de Mindelo, a qual tem como objectivo genérico o desenvolvimento sustentável desta freguesia através do aumento da qualidade de vida. Deste modo, promove-se a justiça social e o crescimento económico sem colocar em risco o ambiente.

É altamente positivo que os processos de Agenda 21 Local e os compromissos para as empreender tenham crescido nos últimos anos em todas as regiões do planeta e que as campanhas nacionais de apoio aos agentes locais fomentem a proliferação de tais processos, uma vez que são essenciais para o encaminhamento de modelos mais sustentáveis. Mesmo assim, as Agendas 21 desenvolvem-se principalmente no âmbito da União Europeia a 25, com mais incidência em países com estratégias globais de sustentabilidade (A21 Local, EMAS, ISO 14001), dos quais são exemplo, a Alemanha, a Espanha, o Reino Unido e a Itália.

Portugal ocupa o vigésimo lugar dentro da U.E. a 25, muito distante dos países anteriormente citados. Não obstante, dado que o crescimento das Agendas 21 Local é um dos mais baixos da União Europeia, é necessário um maior apoio a estas experiências por parte dos programas nacionais de desenvolvimento sustentável, processo onde se deseja que a experiência de Portimão possa vir a constituir um exemplo e factor de difusão de boas práticas.

TABELA 3.1 - EXEMPLOS DE CASOS DE AGENDAS 21 LOCAIS APLICADAS OU EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO EM PORTUGAL

Local	Dominios	Objectivos
Oeiras	Social, Ambiental e Económico	Desenvolvimento sustentável do concelho, promovendo de forma integrada: a utilização racional dos recursos naturais; o bem-estar social, equidade e integração multicultural; o fortalecimento do tecido empresarial e do bem-estar económico geral; o aumento da boa governabilidade local e da participação e, finalmente; o ordenamento espacial do concelho segundo critérios de sustentabilidade
Leiria	Ambiente	Elaboração de um diagnóstico ambiental para identificação dos problemas ambientais do concelho
São João da Madeira	Social, Ambiental, Económico,	Preparação e implementação de um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável
Santo Tirso	Social, Ambiental e Económico	Elaboração de um plano de acção que dará respostas concretas aos problemas prioritários vividos no concelho
Arraiolos	Sócio-económico, Ambiente	Elaborar um plano estratégico de longo prazo de dimensão social, económica com o contributo de toda a comunidade para uma eficaz conservação e gestão dos recursos
Borba	Sócio-económico, Ambiente, Cultura, Produtos Regionais	Melhorar a qualidade de vida, combater a pobreza, conservar e valorizar os recursos naturais, manutenção da qualidade do ambiente e valorização dos produtos culturais e das culturas locais





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## PARTE II: METODOLOGIA E ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO



## 4. METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia de suporte ao desenvolvimento da Agenda 21 Local para o concelho de Portimão assenta na compreensão de um modelo de desenvolvimento sustentável e participado, territorialmente localizado e baseado nos agentes de mudança desse mesmo território. É reforçada a ideia da participação dos cidadãos, assumida não só como necessidade mas também como verdadeiro factor chave do processo. Só através da garantia do exercício da cidadania, o vínculo e responsabilização dos agentes locais é interiorizado e, por consequência, colocado endógeno ao sistema de desenvolvimento.

A construção da Agenda 21 Local de Portimão está consciente da falência de pretensos processos de crescimento, generalizados um pouco por todo o território, cujos desequilíbrios afectam a eficiência ambiental futura das actuais decisões, validadas do ponto de vista económico mas não legitimadas do ponto de vista ambiental e social. A sustentação de processos territorialmente coerentes no tempo e no espaço, são duas condições vinculativas da racionalidade do desenvolvimento sustentável.

À escala local de Portimão, a prossecução destas condições é metodologicamente suportada por documentos orientadores europeus e nacionais, com destaque para as *guidelines* sugeridas no Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local (1995), Carta de Aalborg (1994) e Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Sustentável 2000-2006. Sectorialmente e com ênfase no turismo, são assumidos como documentos orientadores por excelência a Carta de Lanzarote (1995) e as conclusões do Sub-Grupo de Trabalho da União Europeia - Direcção-Geral das Empresas, subordinado ao tema Promoting Environmental Protection and Sustainable Development in Tourism (2001).

A heterogeneidade dos problemas e territórios exige a conjugação da visão global com as especificidades locais, sendo que "...uma vida humana sustentável na terra,

não pode existir sem comunidades locais também elas sustentáveis” (Carta de Aalborg 1994: 2). As autoridades locais integram na sua missão a consciencialização e actuação sobre os problemas ambientais, sociais e económicos dos cidadãos, a partir da qual partilham responsabilidades a todos os níveis com os *stakeholders* envolvi-

FIGURA 4.1 - QUADRO ORIENTADOR DA AGENDA 21 LOCAL PORTIMÃO

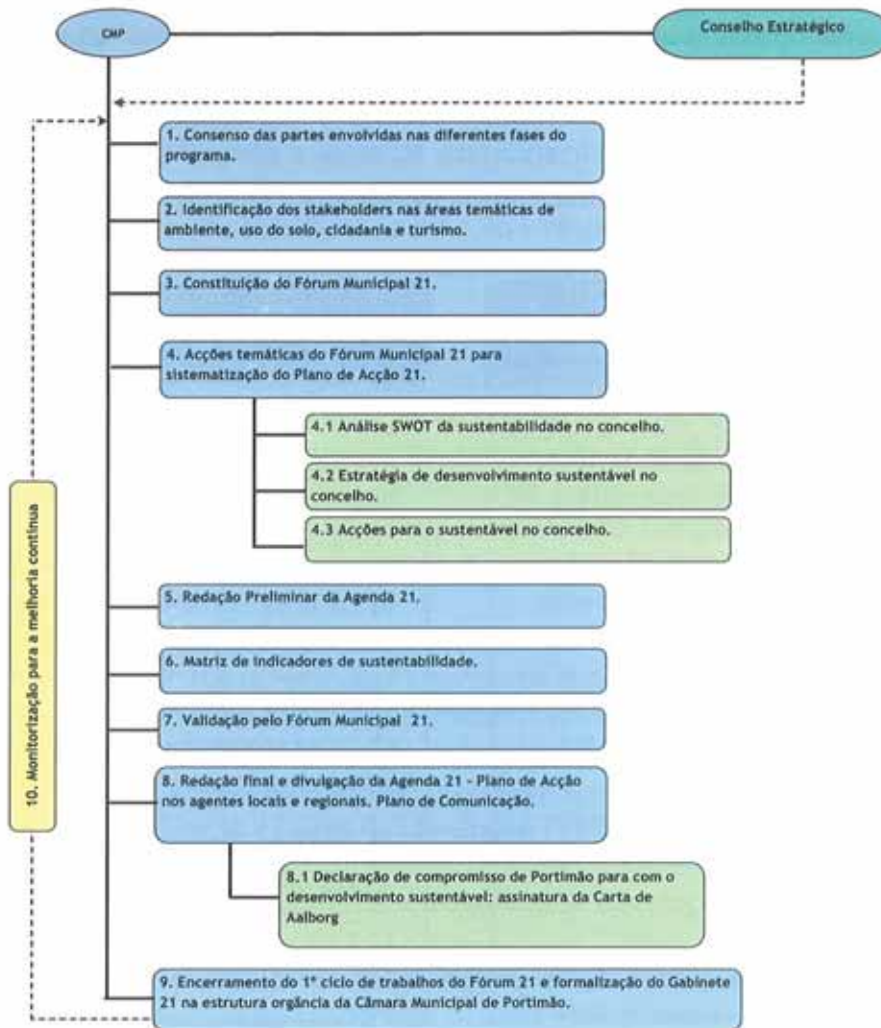
**Participação dos cidadãos nos processos de decisão**

- a)** Vivência e sentimento de pertença dos cidadãos para com o território;
- b)** Estratégia e acção para não influência unilateral dos processos de decisão exógenos ao concelho;
- c)** Potenciar o vínculo e a responsabilização da população aos processos de transformação do território.

**Documentos orientadores das Agenda 21 Locais**

- a)** Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Sustentável 2000 - 2006;
- b)** Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Aalborg);
- c)** Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local;
- d)** Carta do Turismo Sustentável (Carta de Lanzarote);
- (...)

FIGURA 4.2 - FLUXOGRAMA METODOLÓGICO DA AGENDA 21 LOCAL PORTIMÃO







CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



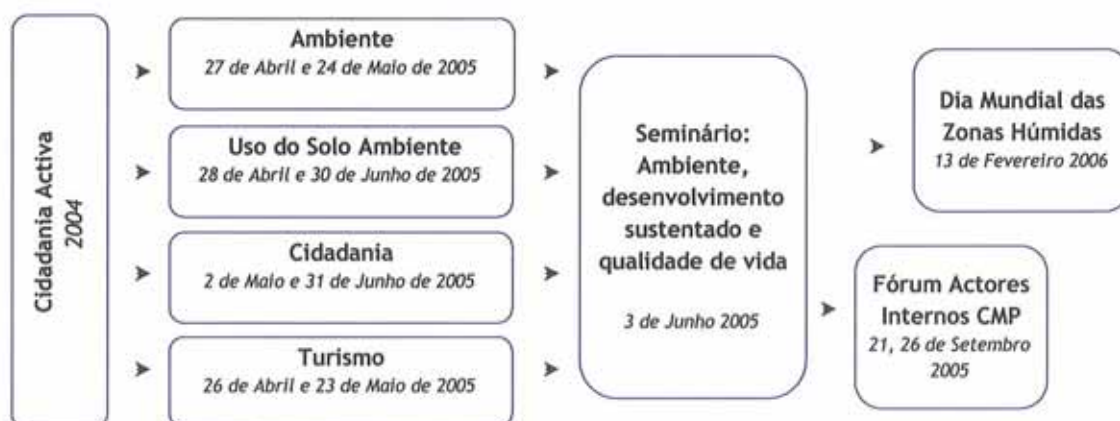
**Portimão**  
Câmara Municipal

dos, de modo a promover o bem-estar do homem e da natureza. Esta é a orientação genérica dos processos de Agenda 21 Local, cuja prossecução origina, caso a caso, a identidades próprias na resolução dos problemas. Não existe uma solução chave-na-mão. Existe sim um conjunto de princípios orientadores que, interiorizados de forma crítica em cada exercício, permitem construir a respectiva Agenda 21 Local. Portimão não é excepção a esta regra. É um desafio próprio, dotado de metodologia própria, com resultados que conscientes da integração a outras escalas e sectores, dependem maioritariamente do assumir da responsabilidade local da estratégia e acções a desenvolver.

Da conjugação entre as reais necessidades do terreno e as valências científicas disponíveis, resulta o modelo da Agenda 21 Local de Portimão, composto por 9 etapas sequenciais, onde progressivamente parte-se da consensualização entre parceiros, recolha de *inputs* por fontes primárias nos quatro domínios de intervenção, recolha de *inputs* por fontes secundárias sobre os mesmos domínios, análise e validação do diagnóstico integrado, seguindo-se o balanço e discussão pública da estratégia e linhas de acção resultantes e, finalmente, a proposta de monitorização quantificada e melhoria contínua.

A incorporação da opinião dos cidadãos e a elaboração de um diagnóstico participado que esclareça as principais fraquezas, oportunidades e potencialidades do concelho é o ponto de partida para definir prioridades de intervenção. Esta assimilação é realizada através de uma ronda de Fóruns 21 municipais temáticos para o ambiente, uso do solo, cidadania e turismo no município, realizados durante o segundo e terceiro trimestre de 2005, nos quais participaram um total de 46 representantes / parceiros do concelho de Portimão. Na sequência do projecto Cidadania Activa, estes Fóruns constituem a garantia da concretização do primeiro objectivo da Agenda 21 Local de Portimão, o qual vincula a necessidade de garantir a participação dos cidadãos no processo de elaboração da Agenda.

FIGURA 4.3 - FÓRUNS 21 MUNICIPAIS PORTIMÃO



No caso do Turismo o segundo Fórum foi complementado com uma série de entrevistas individuais direccionadas para as principais empresas com interesses no sector no concelho de Portimão.

Inserido nesta participação pública, o Seminário Ambiente, Desenvolvimento Sustentado e Qualidade de Vida realizado em Junho de 2005 em Portimão, visa aferir a sensibilidade da população em geral aos trabalhos e desenvolvimentos da Agenda até esse momento (em particular o levantamento estatístico e *inputs* dos fóruns temáticos), bem como o debate público com reconhecidos especialistas nacionais dos domínios do desenvolvimento sustentável, no sentido de enriquecer a metodologia e resultados do processo em curso para Portimão, tal como a apresentação pública efectuada por ocasião das comemorações do Dia Mundial das Zonas Húmidas, em Fevereiro de 2004.

Finalmente, referência para a orientação permanente para os actores a afectar na sustenta-





bilidade interna do processo, missão que resulta em duas rondas do Fórum denominado Actores Internos, dirigido aos responsáveis da Câmara Municipal de Portimão (técnicos e chefias, entre outros) em áreas de articulação directa com os domínios da Agenda 21. Trata-se de uma função crucial para o envolvimento e sucesso dos trabalhos, visando estas duas rondas avaliar e ponderar as bases do diagnóstico e esboço de linhas estratégicas até então traçadas pela população e seus representantes, bem como do levantamento estatístico que quantifica e relativiza a pressão, estado e resposta do concelho do concelho em termos internos das grandes tendências regionais.

A análise SWOT realizada no âmbito do denominado diagnóstico social participado, consiste no primeiro *output* específico a cada domínio de intervenção. A opção por esta técnica é comum enquanto ferramenta facilitadora do diagnóstico institucional e operacional, servindo de guia para organizar a opinião da equipa sobre as estratégias e acções subsequentes. Trata-se de uma técnica desenvolvida pela Harvard Business School, visando a “formulação de estratégia que procure atingir uma adequação entre as capacidades internas e as possibilidades externas.” A palavra SWOT é um acrónimo formado pelas palavras inglesas: Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

Na análise das capacidades internas procura-se identificar as forças e as fraquezas da organização/território (factores endógenos), enquanto o ambiente externo da organização/território é analisado em termos das oportunidades e ameaças do ambiente em sentido lato onde operam a organização/território (factores exógenos).

Concretizado com recurso a esta técnica o debate com os cidadãos e actores internos da Câmara Municipal de Portimão, o segundo objectivo da Agenda 21 Local de Portimão - traçar o diagnóstico social nos quatro domínios nucleares da Agenda - construção de uma estratégia baseada no cruzamento entre a análise SWOT oriunda do diagnóstico social participado e a análise oriunda do diagnóstico técnico, tarefa efectuada de forma paralela através da recolha e operacionalização de uma bateria de indicadores sobre os mesmos domínios de

FIGURA 4.4 - ANÁLISE SWOT: ESQUEMA GERAL



intervenção debatidos nos Fórum 21 temáticos. A definição da estratégia tem também em atenção o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve e o Plano Director Municipal de Portimão (ambos em processo de revisão), bem como o Plano Estratégico de Portimão (1995), com as devidas ponderações fruto das dinâmicas do território ocorridas desde as suas edições e largamente referenciadas no diagnóstico social participado.

Da conjugação e debate crítico deste conjunto de *inputs*, resulta o traçar das estratégias territoriais e sectorial, respectiva integração e linhas de conduta face às principais áreas problema identificadas, assegurando assim o terceiro objectivo da Agenda 21 Local Portimão.

A declaração de compromisso do município de Portimão para com o desenvolvimento sustentável é materializada com a assinatura da Carta de Aalborg. Cujos dez princípios cobrem:

- Governança;
- Gestão local para a sustentabilidade;

- Bens comuns naturais;
- Consumo responsável e opções de estilo de vida;
- Planeamento e desenho urbano;
- Melhor mobilidade, menos tráfego;
- Acção local para a saúde;
- Economia local dinâmica e sustentável;
- Equidade e justiça social;
- Do local para o global.

Ao assumir a responsabilidade da identificação de linhas de acção, hierarquizadas em função das necessidades específicas do município de Portimão, a Agenda de 21 Portimão resulta num processo científico de validação prática, cujo objectivo é o trabalho em prol da sustentabilidade com implementação dos programas de acção definidos em parceria com os representantes do concelho.

A implementação do plano de acção - quinto objectivo da Agenda - baseia-se em critérios sustentáveis de políticas ambientais, económicas, sociais e institucionais, cujas tomadas de decisão são o reflexo da participação e fruto do consenso dos representantes políticos, municipais, pessoal técnico e especializado. Este é um projecto de e para o município, o qual planifica o trabalho a realizar no concelho em função da sua estratégia de futuro.

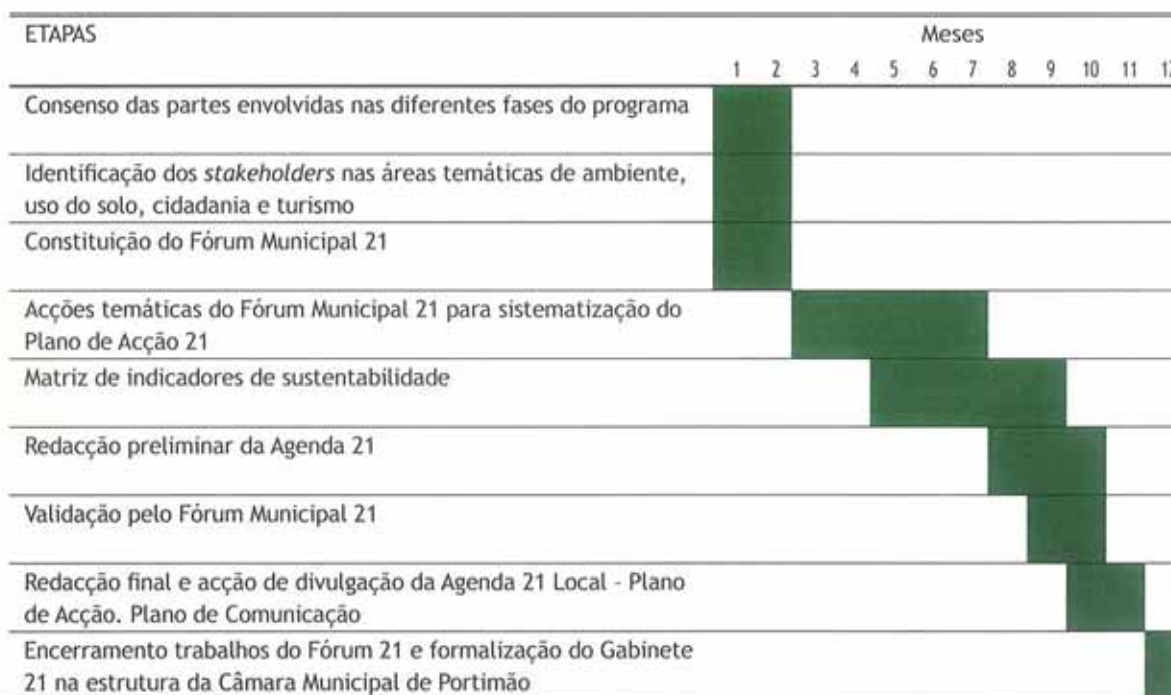
Finalmente para a concretização do sexto e último objectivo, o qual incide na monitorização do desenvolvimento, opta-se por construir e suportar metodologicamente um conjunto de indicadores, consolidados em torno do modelo de Pressão - Estado - Resposta. Tem-se uma rotina de indicadores de monitorização para cada domínio e vector estratégico/objectivo através dos quais será possível aferir o grau de eficácia no terreno da implementação progressiva das acções sugeridas, quer no concelho quer na comparação com o todo regional. Estes indicadores devem sustentar um processo de decisão baseado



na filosofia da melhoria contínua oriundo dos modelos de qualidade total.

A metodologia definida reflecte uma proposta de base científica e territorialmente coerente para a construção da Agenda 21 Local para o município de Portimão, sequencialmente estruturada ao longo de 9 etapas interligadas, cujo resultado consiste no termo do primeiro ciclo do projecto Agenda 21, no âmbito do qual o Município subscreve a Carta de Aalborg e inicia a estruturação no terreno dos trabalhos conducentes às acções propostas.

**FIGURA 4.5 - CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO DA AGENDA 21 LOCAL PORTIMÃO**



## 5. DOMÍNIOS DE ACTUAÇÃO: AMBIENTE, USO DO SOLO, CIDADANIA E TURISMO

Como referido a Agenda 21 Local Portimão opta por quatro domínios fundamentais de intervenção: ambiente, uso do solo, cidadania e turismo. O conjunto destes quatro domínios assegura a cobertura transversal do território nas áreas de intervenção consideradas nucleares e, no caso do turismo, enquanto sector de actividade dominante no concelho e na região.

No domínio do **ambiente**, a Agenda 21 Local de Portimão está consciente que desenvolvimento económico local só pode ser assumido na perspectiva integrada da sustentabilidade, donde decorre a imediata necessidade de se ter em consideração o ambiente e os recursos naturais. A sustentabilidade do desenvolvimento económico depende da forma como os agentes utilizam os recursos naturais e o ambiente, respectivamente como *input* e *output* dos seus processos de transformação, num quadro onde estes factores são fundamentais para a elevação do nível de vida dos indivíduos.

Tem-se presente que a origem de muitos problemas e soluções globais é local, daí a necessidade de aplicação do princípio da subsidiariedade para solucionar esses problemas e atingir a sustentabilidade. Para além do mais, sendo o município de Portimão dependente da actividade turística, torna-se ainda mais pertinente a análise individualizada do ambiente, dado que este constitui um atributo fundamental para a actividade turística, cuja preservação depende a sustentabilidade da própria actividade. Estabelecer um diagnóstico ambiental e linhas estratégicas em matéria de ambiente é tarefa fundamental para uma estratégia de desenvolvimento sustentado à escala local, sem a qual não se pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, quer dos residentes quer dos não residentes. Têm-se também presente os resultados do projecto Cidadania Activa, no qual 26,7% dos cidadãos do concelho apontaram que Portimão em 2020 deverá ser reconhecida como território do Ambiente.



Em termos do uso do solo (ordenamento do território), a sua escolha tem presente que o desenvolvimento económico local traduz-se na elevação da qualidade de vida dos indivíduos, espacialmente localizados, tal como os recursos naturais e as actividades económicas. Essa elevação da qualidade de vida pressupõe a disponibilidade de bens e serviços básicos para todos os indivíduos. Daí que as questões de localização e organização do espaço sejam tão importantes para o desenvolvimento económico, até porque a mobilidade das actividades económicas e dos recursos é limitada. A organização espacial, a forma como se organizam espacialmente as actividades económicas e os recursos, condiciona o desenvolvimento económico, assim como o desenvolvimento económico condiciona a organização espacial (Lopes, 1992). Assim, o desenvolvimento económico e a organização espacial são interdependentes, o que atribui um papel muito importante ao uso do solo e logo ao ordenamento do território.

O ordenamento do território é o principal responsável pelas opções de localização de actividades económicas, pessoas e infra-estruturas. Para qualquer município e Portimão não é excepção, o ordenamento do território é incontornável em qualquer estratégia de desenvolvimento à escala local. Acresce que a presente Agenda 21 Local surge também em simultâneo com o processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (1994) e do próprio Plano Director Municipal de Portimão, pelo que uma eventual não consideração do uso do solo consistiria numa grave lacuna com custos acrescidos a prazo.

Quanto ao domínio cidadania e assumindo o princípio expresso na Declaração do Rio o qual refere que se deve assegurar a participação de todos os cidadãos interessados nos processos de tomada de decisão, considerou-se essencial a introdução de um domínio específico sobre Cidadania, na linha do desenvolvimento prévio oriunda do Projecto Cidadania Activa. Este eixo apesar de transversal a todos os outros, assume-se como dimensão própria pela necessária aproximação dos cidadãos aos processos estratégicos e de tomada de decisão, os quais alicerçam o Estado Democrático e co-responsa-

bilizam todos nas decisões a implementar.

Por último, relativamente à inclusão específica do sector do turismo, tem-se que Portimão enquanto concelho especializado no sector terciário e no interior deste nas actividades turísticas (com 18,5% das dormidas classificadas do Algarve em 2004 acontecerem em Portimão), não pode ficar alheio a gestão e interiorização da fileira deste sector de actividade, o qual no conjunto da hotelaria classificada produz proveitos totais na região que ascendem a 310.965 mil euros em 2004. A estes deverá adicionar-se um valor estatisticamente não conhecido mas onde Portimão se perspectiva também referencial, nomeadamente associado aos campos de golfe, marinas, mega eventos e segundas residências de uso sazonal, entre outros. Estes factos estão claramente presentes nas preocupações e desejos de desenvolvimento expressos pela população residente no projecto Cidadania Activa, quando 24,5% referem que gostariam de ver Portimão como (cidade) de turismo de excelência em 2020.

## 6. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E DIFUSÃO

### 6.1 O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA AGENDA 21 LOCAL

A democracia participativa focada na acção local e na gestão partilhada dos recursos constitui a via política para a construção da sustentabilidade. Neste sentido a Agenda 21 Local defende a participação activa de todos os cidadãos nas decisões que podem vir a influenciar a realidade social e ambiental das suas comunidades. Em todas as sociedades, os indivíduos enquanto agentes de mudança constituem o maior recurso que um país ou região dispõe para desenvolver e implementar as suas leis e políticas. São eles que melhor conhecem a realidade sobre os seus problemas sociais, ambientais e económicos.

A ideia da participação pública como base para o fortalecimento da sociedade, é efectuada através da promoção da democracia participativa, partilha de responsabilidades, promoção de parcerias e incentivo à cooperação e respeito pelos diferentes níveis do poder.

Os processos de consulta pública aumentam a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável. Tal como é referido no Capítulo 28 da Agenda 21 da Cimeira da Terra de 1992, cada autoridade local deverá iniciar um diálogo com os cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar conjuntamente a sua Agenda 21 Local. A Agenda 21 Local de Portimão não é excepção a este princípio.

O processo de participação pública serve assim como “motor de arranque” para a implementação de uma Agenda 21 Local eficaz, uma vez que o seu sucesso depende da identificação da população com os objectivos do plano e da comunidade com a sua localidade. A participação dos cidadãos cria um sentimento de colaboração útil, o qual produz um efeito de envolvimento activo nos projectos e uma maior predisposição para participar activamente neles.

Neste sentido, promover um amplo processo de participação pública descentraliza as acções



e responsabilidades para que, a médio e a longo prazo, as abordagens e propostas contidas na Agenda 21 Local sejam aceites e enraizadas por todos os sectores da comunidade, impulsionando, assim, uma verdadeira transformação na sociedade. Portimão tem no projecto Cidadania Activa (Neves *et. al* 2004) a primeira grande marca do exercício conducente aos objectivos da Agenda 21 Local em termos de participação dos cidadãos, tendo sido oscultados um total de 2.272 agregados familiares num universo de 16.913 Os resultados apurados sobre as actuais necessidades locais e visão do concelho no horizonte 2020, constituem a garantia do envolvimento das pessoas na definição dos objectivos de evolução do território.

A manutenção desta participação activa na elaboração da Agenda 21 Local, promove, em seguida, a eleição e validação do diagnóstico integrado nos domínios considerados, consensualização da estratégia e definição do plano de acção para a sustentabilidade. Em todo este ciclo a participação pública é absolutamente central, fundamentando e consolidando o planeamento não para os cidadãos mas sim com os cidadãos.

TABELA 6.1 - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NOS DIVERSOS FÓRUNS E SEMINÁRIOS

Actividade	Nº participantes
Projecto Cidadania Activa	2.272
Fóruns A21 Temáticos	Σ 58
Ambiente	15
Uso do Solo	16
Cidadania	15
Turismo	12
Seminário Ambiente, Desenvolvimento Sustentado e Qualidade de Vida	200
Fórum Actores Internos	60
Comemorações do Dia Mundial das Zonas Húmidas	190

## 6.2 O PAPEL DOS *STAKEHOLDERS* À ESCALA LOCAL

### 6.2.1 OS AGENTES GOVERNAMENTAIS

Na aproximação institucional coexistem no espaço municipal diversas entidades administrativas com influência ao nível da gestão territorial. Procede-se aqui à abordagem via papel dos agentes governamentais locais, sem com isso ignorar em desenvolvimentos posteriores o papel das ONG, entre outras instituições. Neste contexto, entre os principais agentes administrativos a considerar como tendo influência directa no concelho, destacam-se a Câmara Municipal de Portimão, as Juntas de Freguesia de Alvor, Mexilhoeira Grande e Portimão e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, neste caso da região do Algarve, bem como a Junta Metropolitana do Algarve. Outras instituições como o Instituto Nacional da Água têm também um papel não negligenciável, em particular na gestão das zonas costeiras.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Algarve é um organismo da administração central desconcentrada sob tutela do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional [MAOTDR]. Tem como missão executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de conservação da natureza e da biodiversidade, de utilização sustentável dos recursos naturais, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais e suas associações, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado

Quanto à Câmara Municipal de Portimão esta consiste na entidade com mais responsabilidades sobre o espaço municipal, assumindo uma influência e poder de decisão fundamental sobre o território. Este organismo local tem numerosas responsabilidades de gestão, sendo as mais relevantes integradas no relatório de actividades e documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo. Destaca-se a criação



ou participação em acções de desenvolvimento regional e local; a deliberação sobre a participação do município em projectos e acções de cooperação descentralizada; fixação das tarifas e preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais; elaboração, execução e submissão a aprovação da assembleia municipal das opções do plano, proposta de orçamento e respectivas revisões, entre outras.

As Juntas de Freguesia, no presente caso de Alvor, Mexilhoeira Grande e Portimão, têm influência directa sobre as mais pequenas áreas administrativas. Algumas das suas competências correspondem à administração e conservação do património da freguesia, possibilita a consulta pelos interessados dos planos municipais de ordenamento do território, pronuncia-se sobre projectos de construção e ocupação da via pública e colabora com os sistemas locais de protecção civil e de combate aos incêndios, apoia actividades de interesse da freguesia de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, gere e mantém parques infantis públicos, entre outras actividades que zelam pelos mais básicos serviços à população, essenciais à sua qualidade de vida quotidiana.

A responsabilidade destes agentes administrativos com diferentes competências é crucial para as tendências de desenvolvimento, nas estratégias económicas e na promoção do desenvolvimento sustentado e participado do espaço municipal.

### 6.2.2 O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

O momento da afirmação do estado de Direito Democrático, com a Revolução de Abril de 1974, em que a vontade popular fez cair um sistema de governação não participativo, por desejo e empenho expresso da sua substituição por um sistema democrático e participado, esse momento constitui até aos dias de hoje a fase de maior aproximação das pessoas ao poder político, com participação na formação da vontade colectiva e na resolução dos problemas do país em geral. Lemas como “o povo veio para a rua” e “o povo é quem mais ordena”, têm expressão objectiva na participação popular nas eleições para o I Governo

Constitucional, com uma taxa de participação de 91,7 % que não mais se veio a repetir.

Nas décadas seguintes e num paradoxo com a consolidação da Democracia, assiste-se a um desinteresse progressivo e alheamento, quando não mesmo um sentimento de oposição ao poder político e aos seus agentes, revelado e aprofundado na cada vez menor participação nos actos eleitorais ou mesmo nos referendos vinculativos a que são chamados.

TABELA 6.1 - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NOS DIVERSOS FÓRUNS E SEMINÁRIOS

Taxa de participação nas eleições para a Assembleia da República



Fonte: Comissão Nacional de Eleições.



Esta realidade não toca apenas a participação política e revela-se com impacto na diminuição da sindicalização dos trabalhadores ou ainda na redução na vivência associativa (verificando-se a «cristalização» dos seus dirigentes), seja ela de cariz cultural, social ou mesmo económica. Poder-se-ia entender que os sinais dos tempos, a vários níveis, encaminham a sociedade para uma sensível fase de quase desagregação da participação social dos indivíduos. É comumente aceite que na actual sociedade o individualismo ou pelo menos apenas o interesse egoístico das “utilidades pessoais”, vai ganhando terreno de forma galopante em prejuízo da participação cívica, ou seja, perdendo-se a formação da vontade comum e do sentimento de comunidade e de enraizamento de valores identitários de uma determinada sociedade.

No entanto tal raciocínio já não parece tão claro ao atentar-se nas (excelentes) manifestações de solidariedade, de altruísmo e de generosidade que de forma intensa os portugueses vão dando prova, quando sentimentos de justiça, de fraternidade e de entreajuda os faz vir para a rua (no sentido literal), dar de si e de forma criativa ou em contribuições materiais no sentido de apoiarem causas nacionais ou não, as quais passam a ser comuns (Timor, Euro 2004, reacção aos incêndios florestais, solidariedade para com as populações afectadas pelo Tsunami de 2004). O povo português revela-se em momentos de grandeza quando acredita nos objectivos, aí organiza-se, participa e adere espontaneamente.

A própria Constituição da República Portuguesa de 1976, nascida na génese da afirmação revolucionária, vem impregne de regras imperativas e até, nalguns casos, de aplicação directa, as quais viabilizam, favorecem, incentivam e obrigam à organização política e da administração pública, onde a participação dos cidadãos, individual ou de forma associada, são a base e justificação do Estado Democrático.

São inúmeros os preceitos consagrados constitucionalmente e já vertidos na Lei e com regulamentação em vigor que tornam acessíveis instrumentos para a afirmação da vontade popular, fazendo depender do seu exercício o sucesso dos princípios e objectivos gerais nas áreas sociais, económicas, do trabalho, da vida cultural e da política em sentido lato.



Desde a formação de associações, da liberdade de criação empresarial, sindical, cooperativa e autogestionária, à formação de partidos políticos, do sufrágio universal e do instituto do referendo, entre muitos outros, que «a administração tem de assegurar a participação dos administrados na sua gestão» (art. 267º da Constituição da República Portuguesa). A lei fundamental anuncia e impõe-se pela salvaguarda da participação cívica. Assume como tarefa principal do Estado «defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais» (art. 9º da Constituição da República Portuguesa) ou «a participação directa e activa dos cidadãos, devendo a lei promover a igualdade do exercício dos direitos civis e políticos» (art. 109º da Constituição da República Portuguesa).

Não existe falta de instrumentos ou esclarecimento quanto aos mesmos. Existe, parece, falta que os cidadãos voltem a acreditar que viverão melhor individualmente se participarem activamente na resolução dos problemas gerais, reposicionando o interesse pelas suas virtualidades, pela credibilidade na lei, ordem e seus agentes.

Por isso as demonstrações públicas têm resultado em outras formas com expressões de afirmação de sentimentos menos organizadas, mais ou menos espontâneas, desde a contribuição material para as catástrofes, ao mostrar da bandeira ou velas nas janelas, à manifestação reivindicativa e mesmo a afronta pelos graffittis. Hoje, escolhe-se a presença sem aderir a modalidades institucionais.

O desafio à perenidade de um Estado Democrático, como parece resultar da Constituição Portuguesa, residirá no sucesso da afirmação e na formação da vontade política pela participação dos seus cidadãos. O poder local é aqui incontornável. Pode, pela proximidade do exercício do poder e na resolução das necessidades concretas das pessoas, ser a via para a solução do problema mas, em caso de mau desempenho, ser afinal mais um problema na crise que vai minando a vontade dos cidadãos em voltar a acreditar que têm um papel a desempenhar na comunidade, a qual deles necessita para continuar viva e pujante de criatividade e de exigência pelo desenvolvimento sustentável.

### 6.2.3 AS EMPRESAS LOCAIS

As empresas detêm um papel “motor” no desenvolvimento económico, tecnológico e humano das comunidades locais. As empresas no território têm para além da função clássica de produção, uma responsabilidade social de estar presente nas decisões que tomam, tendo em consideração as comunidades e o ambiente em que operam. O sucesso de uma empresa e dos seus produtos junto do consumidor depende, em grande medida, do respeito que aquela demonstre pelos valores e princípios éticos da sociedade em que se insere, promovendo uma lógica integrada da produção.

A consciencialização dos princípios de sustentabilidade pelas sociedades modernas, promovem como necessidade urgente para as empresas uma reflexão sobre os princípios éticos nas práticas de gestão e aplicação de tecnologias mais limpas. Por outro lado, os cidadãos estão cada vez mais exigentes, não só em relação à qualidade dos produtos que adquirem e dos serviços que lhes são prestados, mas também mais conscientes dos problemas sociais e ambientais resultantes do exercício das actividades. As empresas são assim também um reflexo da exigência dos cidadãos.

No Algarve e em reflexo da especialização em serviços - comércio e turismo - tem-se que de acordo com dados de 2001 do Instituto Nacional de Estatística, os sectores com mais sedes de empresas na região são o Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico com um total de 16.755 sedes de empresas, a Construção com 10.486 e o Alojamento e Restauração com 8.532 sedes de empresas no concelho.

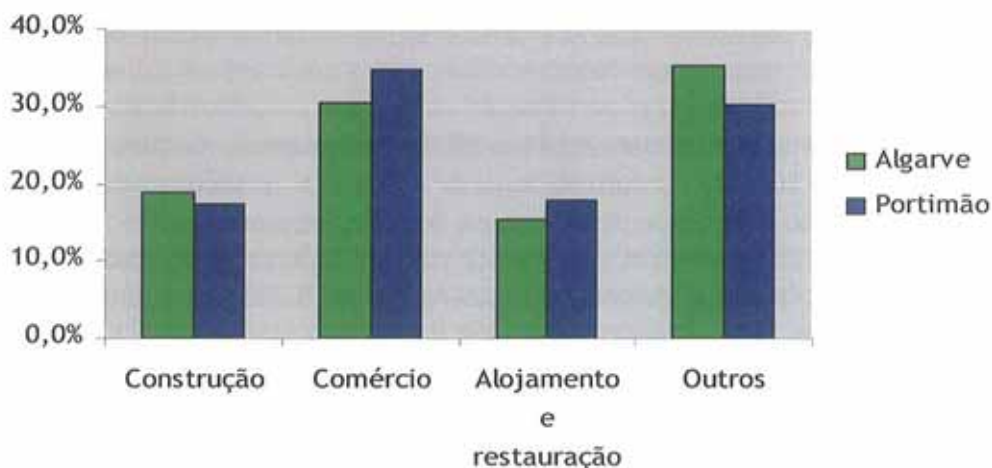
Esta referência à localização de sedes de empresas é central na análise dos efeitos multiplicadores da actividade empresarial sobre um território. Se os impactos directos da actividade e os efeitos induzidos (via salarial) podem não se ressentir da não localização no concelho da respectiva sede, os impactos indirectos na matriz de produção concelhia/regional, a montante



e a jusante da actividade da empresa, poder-se-ão ressentir. Impõe-se para tal a sustentação de uma política activa de atracção e fixação regional dos centros de decisão e massa crítica.

Portimão é o terceiro concelho do Algarve com mais sedes de empresas apresentando um total de 6.165. O sector do Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico, representa a maior fatia com 2.134 sedes de empresas, seguindo assim a tendência da região para este sector. Segue-se o sector do Alojamento e Restauração com 1.107 sedes de empresas e do sector da Construção com 1.063 empresas com sede neste concelho.

GRÁFICO 6.2 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS EMPRESAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE: ALGARVE E PORTIMÃO 2001



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas - FUE (2001)



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

Portimão apresenta uma economia local que se “alimenta” fortemente do turismo da região. Nesta matriz é necessário que o concelho apresente um comércio local activo e atractivo, criador de identidades, emprego e gerador de impostos, sendo deste modo vital para a sobrevivência e desenvolvimento da comunidade. Cumulativamente com o sector do Alojamento e Restauração, representam o espelho do concelho uma vez que são o primeiro contacto dos visitantes e turistas que escolhem este destino turístico. O seu papel na participação pública é essencial, num espaço de debate activo visando a melhoria da relação dos agentes com o território.





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## PARTE III: LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANO DE ACÇÃO

## 7. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Em função das quatro grandes áreas temáticas de desenvolvimento da Agenda 21 Local de Portimão e do vasto conjunto de informação recebida e analisada ao longo dos diferentes fóruns temáticos, seminários e apresentações, conducentes ao diagnóstico participado, bem como do extenso trabalho de caracterização estatística do concelho conducente ao diagnóstico técnico, seguem-se os principais vectores de orientação estratégica propostos pela equipa do Relatório da Agenda 21, agrupadas pelas quatro áreas temáticas consideradas. Reforça-se o posicionamento que científica e territorialmente não existem áreas estanques, mas que a gestão, respectiva planificação e responsabilização, aconselha e obriga a esta repartição. No conjunto, o processo só funcionará se todas as partes se movimentarem em simultâneo, sendo ainda evidente que se o todo for devidamente integrado, o benefício agregado será sempre superior à simples adição das partes.

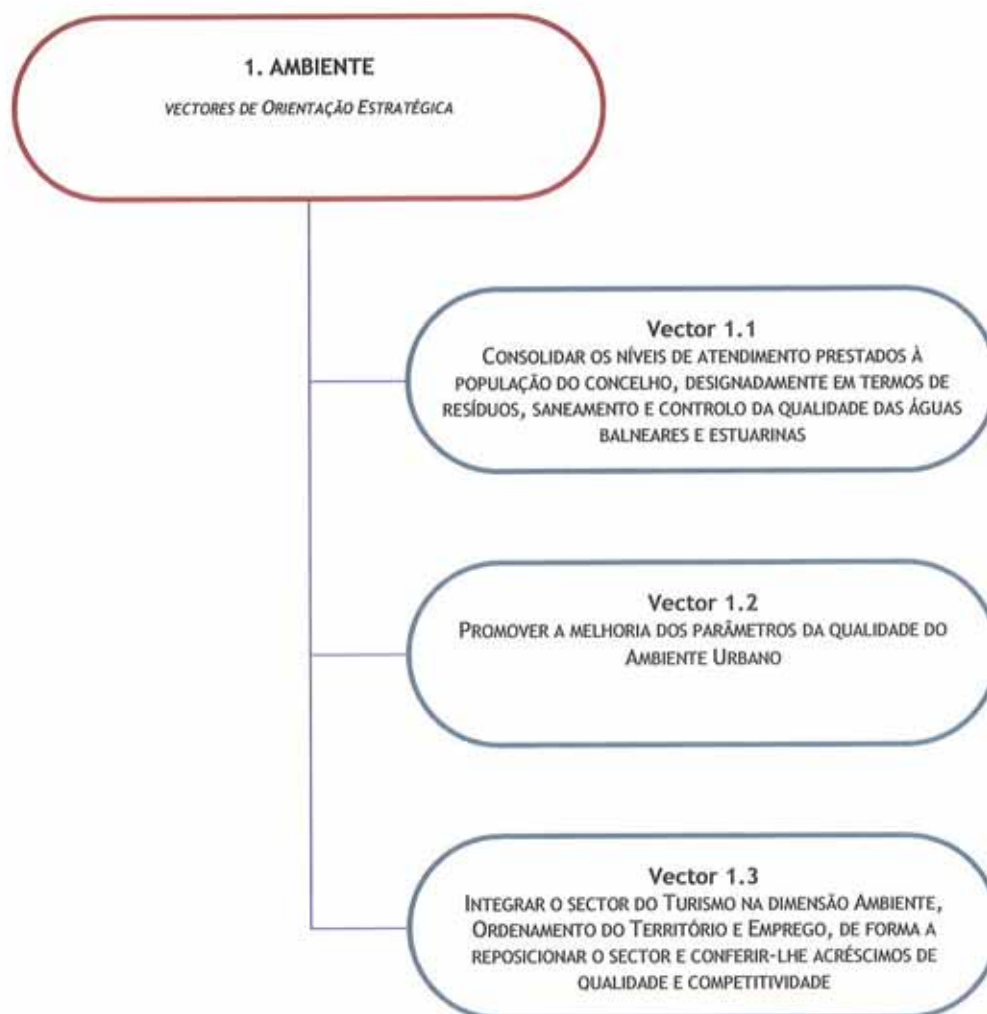
### 7.1 AMBIENTE

A dimensão ambiente suporta a definição dos vectores estratégicas na consideração dos principais pontos fortes diagnosticados na participação pública e análise técnica. Numa síntese dos 50 pontos de entrada da matriz SWOT preenchida pela equipa para o ambiente em Portimão e no total dos 33 indicadores quantificados no diagnóstico técnico, tem-se a destacar em termos de pontos fortes a melhoria do nível do atendimento e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, a biodiversidade das zonas costeiras, Ria de Alvor e Rio Arade, bem como a melhoria progressiva da consciência ambiental da população. Cumulativamente os principais pontos fracos apontam a forte pressão urbanística, a dependência do transporte pessoal motorizado e a falta de espaços verdes e de lazer, em particular nas zonas urbanas.

Entendendo-se por envolvente externa as questões administrativas do território que



FIGURA 7.1 - AMBIENTE: VECTORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O AMBIENTE



necessitam de um trabalho paralelo à dimensão municipal e/ou a não possibilidade de endogeneização das variáveis que a médio e longo prazo influenciam o desempenho do concelho, tem-se em Portimão que as principais ameaças apresentadas resultam do risco de esgotamento dos recursos hídricos, a generalizada menor ênfase nos espaços verdes e de lazer e a existência de uma parcela do mercado imobiliário orientada para resultados de curto prazo com atitudes individuais de predação da natureza. Deste conjunto resulta a definição dos três vectores de orientação estratégica para o desenvolvimento sustentável em Portimão no domínio do ambiente, nos quais os serviços ligados à qualidade do ambiente e à sua monitorização, a ênfase na qualidade do espaço urbano, bem como a relação da fileira turística com os impactes ambientais, são aspectos a destacar.

Estes vectores de orientação estratégica são orientados em função do percurso e objectivos que se consideram no interior de cada vector. Em função destes objectivos será posteriormente enunciado o conjunto de acções conducentes à sua realização e aferição no terreno.

## 7.2 USO DO SOLO

A dimensão uso do solo consubstancia os respectivos vectores estratégicos na análise detalhada dos 56 pontos de entrada da matriz SWOT preenchida pela equipa para o uso do solo em Portimão, proveniente das diferentes rondas de Fóruns, Seminários e Apresentações, bem como da aferição do total de 37 indicadores quantificados ao longo do respectivo diagnóstico técnico.

Em síntese tem-se que os principais pontos fortes determinados pela participação pública e análise técnica incidem sobre a valorização económica que a actividade turística introduz sobre os espaços do concelho, a ausência de poluição industrial

TABELA 7.1 - AMBIENTE: OBJECTIVOS DOS VECTORES ESTRATÉGICOS

VECTOR 1.1: CONSOLIDAR OS NÍVEIS DE ATENDIMENTO PRESTADOS À POPULAÇÃO DO CONCELHO, DESIGNADAMENTE EM TERMOS DE RESÍDUOS, SANEAMENTO E CONTROLO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS BALNEARES E ESTUARINAS	
Objectivos	
1.1.1	Desenvolver acções no sentido de reduzir os actuais consumos de água <i>per capita</i> , os volumes de perdas de água e incrementar os níveis de reutilização das águas residuais.
1.1.2	Desenvolver os mecanismos de controlo e de promoção das águas balneares e estuarinas do concelho.
1.1.3	Dar cumprimento aos objectivos de gestão preconizados nos diversos instrumentos de planeamento relativos aos resíduos, nomeadamente nos aspectos relacionados com a diminuição dos seus volumes, aumento dos volumes da recolha selectiva e incremento dos processos de reutilização/reciclagem/valorização.
VECTOR 1.2: PROMOVER A MELHORIA DOS PARÂMETROS DA QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO	
Objectivos	
1.2.1	Promover acções preventivas no sentido de reduzir as emissões de gases nocivos para a atmosfera, nomeadamente em termos da reorganização do sistema de tráfego e do condicionamento da utilização do automóvel na cidade de Portimão.
1.2.2	Prevenir e resguardar as populações dos principais aglomerados à exposição a níveis de ruído incompatíveis.
1.2.3	Desenvolver as parcerias e protocolos estabelecidos com a Administração Central no sentido da consolidação das redes e sistemas de monitorização da qualidade do Ar e do Ruído.
VECTOR 2.3: INTEGRAR O SECTOR DO TURISMO NA DIMENSÃO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E EMPREGO, DE FORMA A REPOSICIONAR O SECTOR E CONFERIR-LHE ACRÉSCIMOS DE QUALIDADE E COMPETITIVIDADE	
Objectivos	
1.3.1	Promover a diversidade da oferta turística no sentido de combater os efeitos nocivos da sazonalidade e de valorizar as componentes naturais, paisagísticas e culturais do concelho.
1.3.2	Estimular a diversidade da oferta turística no quadro de uma observância dos instrumentos de gestão territorial e dos valores ambientais, estimulando o sector para a liderança na região em termos da adopção de sistemas de gestão ambiental.
1.3.3	Aumentar a investigação e conhecimento científico do turismo através de uma óptica integrada da actividade com o território e respectivas valências.



significativa e a valorização da zona ribeirinha. No quadrante oposto verifica-se que os principais pontos fracos sobre o uso do solo no concelho apontam para degradação/desertificação das zonas urbanas antigas, a consideração da legislação condicionante existente como exagerada e a proliferação de sinalização não normalizada e em excesso.

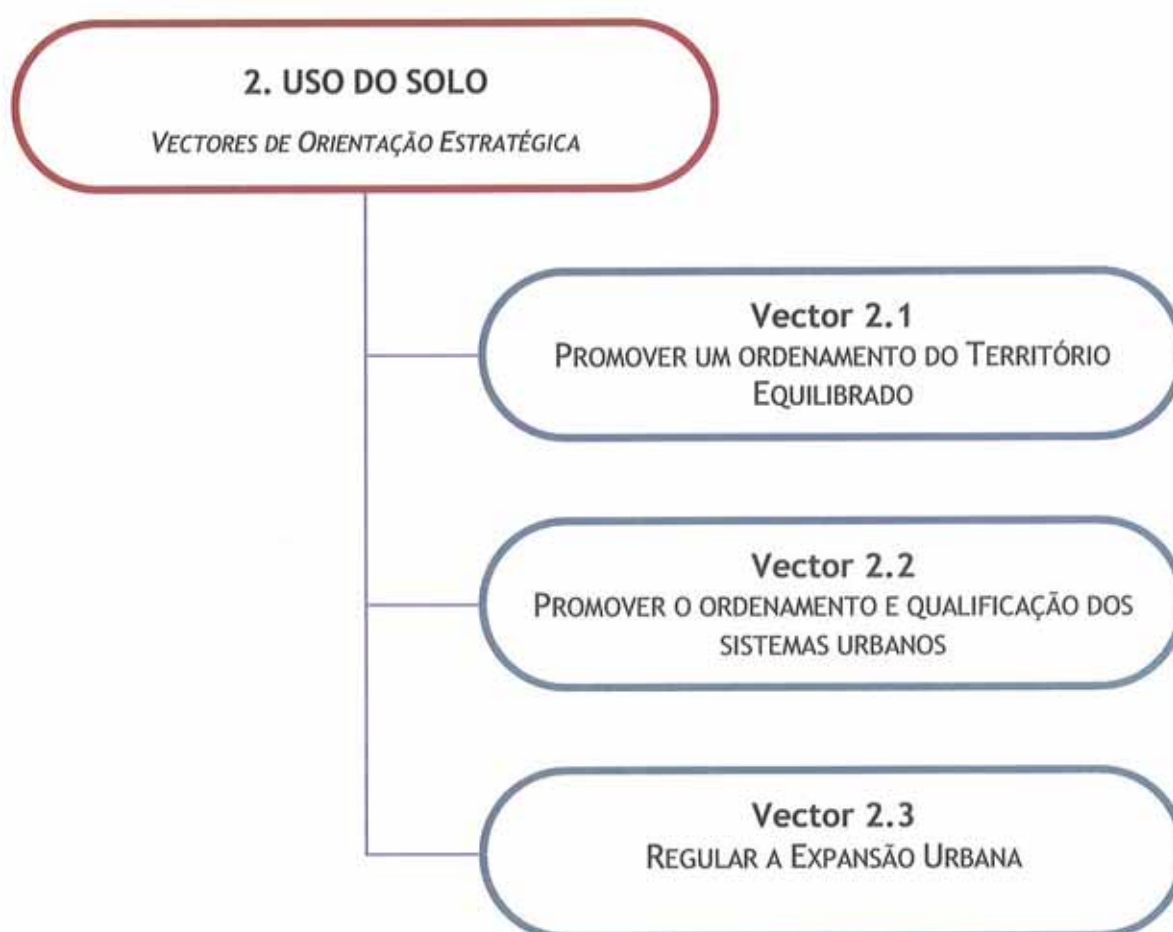
Abrindo a análise à componente externa do município, entendendo-se uma vez mais por externo as questões administrativas do território que necessitam de operacionalidade conjunta de diferentes escalas e/ou a não possibilidade de endogeneização das variáveis que a médio e longo prazo influenciam o desempenho do concelho neste domínio, tem-se que as principais ameaças apresentadas resultam do risco da mono-especialização da matriz produtiva do concelho no sector do turismo, a consideração da legislação reguladora do uso do solo como obsoleta e a relação preço/qualidade afecta a algumas categorias de solo. Quanto às oportunidades estas fazem destacar sobretudo e em termos gerais os níveis de segurança, o potencial de rentabilização da zona do porto comercial e a revisão dos planos de ordenamento do território, com destaque para o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve e Plano Director Municipal de Portimão.

Daqui resulta a definição dos três vectores de orientação estratégica para o desenvolvimento sustentável em Portimão no domínio do uso do solo, nos quais se destaca a preocupação com o equilíbrio do ordenamento do território enquanto espaço dinâmico e em permanente evolução, bem como a qualificação dos sistemas e regulação da sua expansão.

Estes vectores do domínio uso do solo fundamentam-se na prossecução dos seguintes objectivos em cada vector, em função dos quais será posteriormente enunciado o conjunto de acções conducentes à sua realização e aferição no terreno.



FIGURA 7.2 - VECTORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O USO DO SOLO



**TABELA 7.2 - USO DO SOLO: OBJECTIVOS DOS VECTORES ESTRATÉGICOS**

<b>VECTOR 2.1 PROMOVER UM ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EQUILIBRADO</b>	
<b>Objectivos</b>	
2.1.1	Promoção de um Ordenamento do Território equilibrado por via da concretização da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, transpondo para o território concelhio o carácter transversal e integrador desta política, por via da implementação dos instrumentos de gestão territorial.
2.1.2	Promover um Ordenamento do Território equilibrado e orientado para a correcta articulação dos critérios de eficiência e de eficácia na gestão do espaço com o desenvolvimento das actividades económicas, com vista à gestão sustentável dos recursos e à preservação da composição, estrutura e função dos sistemas naturais e semi-naturais.
2.1.3	Promover um Ordenamento do Território que desenvolva a complementaridade dos equipamentos culturais, desportivos e sociais do concelho e a respectiva valorização numa óptica de utilização abrangente e qualificada por residentes e visitantes.
<b>VECTOR 2.2: PROMOVER O ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SISTEMAS URBANOS</b>	
<b>Objectivos</b>	
2.2.1	Reforçar a estruturação do território concelhio assente numa adequada rede de aglomerados como polarizadores das funções de produção, de consumo e da prestação de serviços, tendo em consideração as elevadas dinâmicas demográficas verificadas no concelho e os efeitos decorrentes da importância da população flutuante no concelho.
2.2.2	Dotar os aglomerados das funções e serviços compatíveis com as respectivas posições na rede, tendo em consideração os critérios de irradiação, as áreas de influência e as lógicas de complementaridade e de eficiência.
2.2.3	Assegurar as questões das acessibilidades e da mobilidade no território concelhio (e regional), num quadro de eficiência energética e de minorização das externalidades económicas e ambientais, promovendo o uso dos transportes colectivos e incentivando a multimodalidade.
<b>VECTOR 2.3: REGULAR A EXPANSÃO URBANA</b>	
<b>Objectivos</b>	
2.3.1	Promover a contenção da expansão da mancha urbana, salvaguardando assim a qualificação dos aglomerados e a preservação das áreas agrícolas, florestais e naturais adjacentes.



(Cont. ...)

2.3.2	Promover a requalificação dos aglomerados principais, visando a reabilitação do parque urbano, a revitalização dos centros e a revalorização das áreas degradadas inseridas nos perímetros.
2.3.3	Contrariar as tendências de crescimento das deslocações assentes na utilização do transporte individual, decorrentes do alastramento da mancha urbana, e incentivar a utilização dos transportes públicos e alternativos nos espaços intra-urbanos.

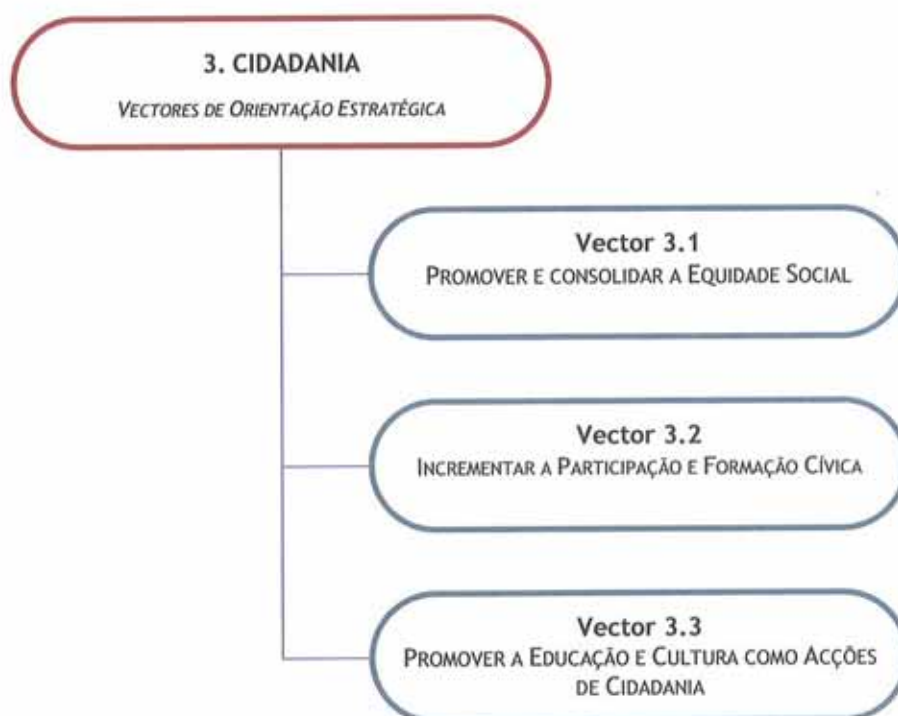
### 7.3 CIDADANIA

O domínio da cidadania adopta idêntica lógica na definição da orientação estratégica. Assim, tendo em consideração os 68 pontos de entrada da matriz SWOT preenchida pela equipa para a cidadania, bem como o total de 28 indicadores quantificados neste domínio ao longo do diagnóstico técnico, tem-se que os principais pontos fortes diagnosticados incidem na existência de uma tradição e número significativo de associações sócio-culturais, recreativas e desportivas no concelho, o facto de 81% da população residente orgulhar-se de viver em Portimão e a qualidade do trabalho de sensibilização ambiental desenvolvido junto das escolas do 1º ciclo. Quanto aos principais pontos fracos estes apontam para a ainda existência de barreiras arquitectónicas, a escassez de WC públicos nas zonas de maior movimento e a atracção dos jovens pelo trabalho sazonal (nomeadamente ligado ao turismo), associando a essa actividade temporária o risco de abandono escolar, assim como a dependência de subsídios por parte das vastas associações do concelho.

Na análise à componente externa do município, isto é, das questões administrativas do território que alargam a escala municipal e/ou das variáveis não passíveis de endogeneização pelo município, as principais ameaças partem da existência do referido abandono escolar e o reduzido número de horas em família “imposto” pelo modo de vida actual. Nas oportunidades destacam-se sobretudo a obrigatoriedade do ensino secundário, a existência e qualidade dos programas de ocupação de tempos livres para jovens e o desejo manifesto por 79% da população no Projecto Cidadania Activa em usufruir de espaços de participação pública.

Daqui resulta a definição dos 3 vectores de orientação estratégica para o desenvolvimento sustentável em Portimão no domínio da cidadania, os quais assentam na promoção e consolidação da equidade social, no incremento da participação e formação cívica e na promoção da educação e cultura como acções de cidadania.

FIGURA 7.3 - VECTORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A CIDADANIA





Os vectores da cidadania fundamentam-se na prossecução dos seguintes objectivos em cada vector:

**TABELA 7.3 - CIDADANIA: OBJECTIVOS DOS VECTORES ESTRATÉGICOS**

VECTOR 3.1: PROMOVER E CONSOLIDAR A EQUIDADE SOCIAL	
Objectivos:	
3.1.1	Promover um concelho que articule as questões da equidade social, nomeadamente a erradicação da pobreza, o combate às diferentes formas de exclusão e a correcta e ponderada avaliação do fenómeno do envelhecimento da população.
3.1.2	Incrementar de forma sustentada e numa óptica integrada o investimento nos domínios da saúde e da segurança.
3.1.3	Eliminar as barreiras arquitectónicas e promover a construção de espaços acessíveis a todos, com promoção de uma cultura inclusiva e exclusiva, onde por inclusão se entende o consenso mínimo em torno de valores do tipo constitucional, logo adesão de princípio e, por exclusiva, o direito à afirmação da diferença. A cidadania tende a incluir a diferença para que esta não se transforme em exclusão.
VECTOR 3.2: INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO E FORMAÇÃO CÍVICA	
Objectivos:	
3.2.1	Criar/aumentar o espaço de democracia participativa na construção do seu projecto de município, possibilitando a interacção entre os munícipes e os seus representantes políticos locais, na prossecução do interesse público e concretização das competências do poder autárquico.
3.2.2	Aumentar e/ou consolidar a participação da população em movimentos associativos, promovendo o interesse colectivo em detrimento do individualismo.
3.2.3	Permitir o levantamento das necessidades de proximidade dos cidadãos, melhorando o desempenho dos serviços, respondendo com maior eficácia e qualidade às necessidades dos cidadãos.
VECTOR 3.3: PROMOVER A EDUCAÇÃO E CULTURA COMO ACÇÕES DE CIDADANIA	
Objectivos:	
3.3.1	Preservar a cultura enquanto património associado aos valores, artes, arquitectura e tradições de um concelho, conferindo uma autenticidade específica ao território. Numa sociedade globalizada mas simultaneamente cada vez mais orientada para o conhecimento, a inserção da cultura na cadeia de valor das diferentes actividades económicas e sociais encerra um significativo potencial de valorização do território.

(Cont. ...)

3.3.2	Promover o investimento na diminuição do abandono escolar e na sensibilização do importante papel da família e instituições no acompanhamento dos jovens no seu percurso escolar.
3.3.3	Promoção e sensibilização para a educação ambiental, generalizando uma cultura de exigência e responsabilização neste domínio.

## 7.4 TURISMO

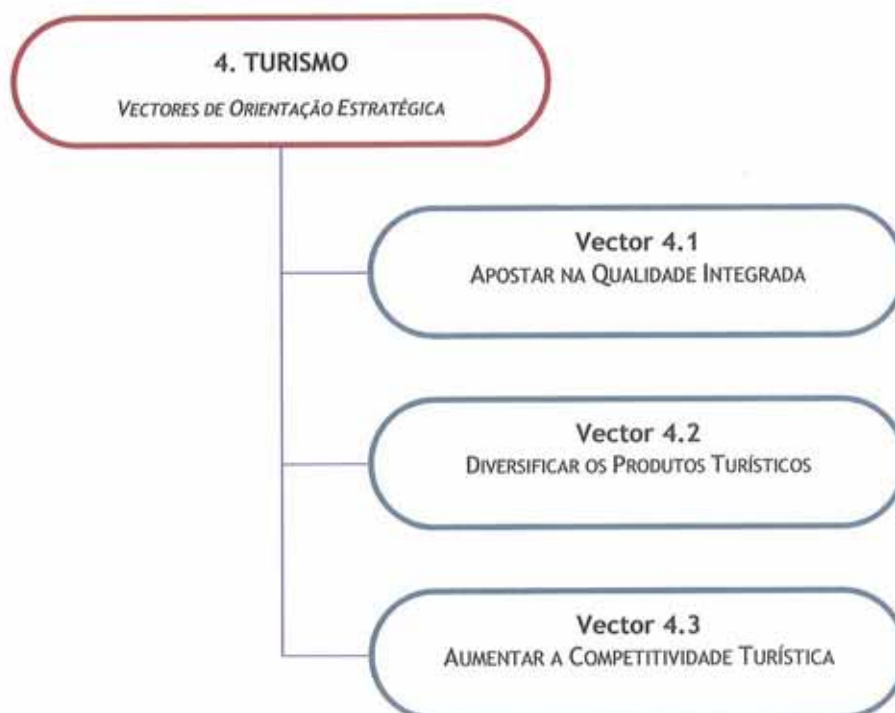
Na sequência metodológica adoptada, a definição dos vectores de orientação estratégica para o domínio do turismo parte da análise dos 102 pontos de entrada da matriz SWOT para o turismo preenchida pela equipa, bem como o conjunto de 22 indicadores quantificados ao longo do diagnóstico técnico do domínio. Neste âmbito os principais pontos fortes diagnosticados incidem, entre outros, na riqueza e diversidade da gastronomia, as potencialidades do Rio Arade, bem como o conjunto de praias que o município dispõe. Os pontos fracos manifestam a escassez de espaços verdes, a dificuldade no ordenamento e fluidez do trânsito e um parque hoteleiro relativamente envelhecido.

Na análise à componente externa do município, sendo novamente considerado externo as questões que exigem uma articulação/influência para além da escala municipal e/ou as variáveis não passíveis de endogeneização pelo município, tem-se que as principais ameaças apresentadas resultam do risco de escassez de recursos hídricos, a descoordenação institucional do sector e a atracção dos media pela edição de campanhas negativas. Quanto às oportunidades estas relevam sobretudo os novos produtos complementares à oferta âncora de sol & praia, designadamente o golfe, a náutica de recreio e o conjunto de potencialidades que o porto de cruzeiros encerra.

Da análise conjunta dos factores enunciados e dos anteriormente detalhados nos vários capítulos, tem-se que a definição dos 3 vectores de orientação estratégica para o desenvolvimento sustentável de Portimão no domínio do turismo, assentam na aposta na quali-

dade integrada do produto e do destino, na diversificação turística em termos de produtos com reflexos na sazonalidade e receitas e, finalmente, no incremento da competitividade turística através da componente empresarial, captação de mercados e desenvolvimento do conhecimento científico do sector.

FIGURA 7.4 - VECTORES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O TURISMO





Estes vectores do desenvolvimento sustentável do turismo, fundamentam-se na prossecução dos seguintes objectivos associados a cada vector, expressos na tabela 7.4. Posteriormente será em função deste enquadramento que se procede ao enunciado do conjunto de acções através das quais o município, sempre numa perspectiva integradora, poderá implementar os instrumentos para a sua realização e aferição.

**TABELA 7.4 - TURISMO: OBJECTIVOS DOS VECTORES ESTRATÉGICOS**

VECTOR 4.1: APOSTAR NA QUALIDADE INTEGRADA	
Descrição e Objectivos:	
4.1.1	Requalificar/apostar nos recursos humanos de molde a prestar um serviço adequado que supere as expectativas dos turistas, com aposta na formação profissional e aumento do emprego qualificado no sector.
4.1.2	Incentivar os agentes envolvidos no turismo para a importância do ambiente no desenvolvimento sustentável do território, enquanto parte integrante da oferta. Requalificar e estruturar a oferta e aposta na valorização dos espaços de lazer.
4.1.3	Quantificar o turismo de 2ª residência e o alojamento não classificado, promovendo a sua integração qualificada na fileira turística. Promover a distribuição equilibrada dos estabelecimentos hoteleiros no concelho/território.
VECTOR 4.2: DIVERSIFICAR OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Descrição e Objectivos:	
4.2.1	Promover os produtos turísticos complementares ao Sol e Praia, designadamente o Turismo Desportivo e Náutico, o Golfe, o Rural, o MICE e a organização de Hallmark Events.
4.2.2	Atenuação da sazonalidade e aumento das taxas de ocupação através da atracção de segmentos e promoção de uma política de eventos e animação.
4.2.3	Aumento das receitas provenientes do turismo directa e indirectamente, com ênfase para os efeitos multiplicadores do turismo e integração na matriz económica do concelho e da região.





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

#### VECTOR 4.3 - AUMENTAR A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA

##### Descrição e Objectivos:

4.3.1	Aumento da taxa de ocupação hoteleira ao longo do ano mas com particular ênfase na denominada época baixa.
4.3.2	Diversificar os mercados com estabelecimento de novas prioridades (países nórdicos, França, leste europeu, ...) com forte aposta na comunicação e imagem do destino, nomeadamente através de Hallmark Events.
4.3.3	Aumentar a governança do concelho designadamente através da promoção e interiorização do ensino superior e da investigação em turismo enquanto factores e agentes de mudança do concelho.

## 8. PLANO DE ACÇÃO

No seguimento da estrutura e metodologia adoptada, a Agenda 21 Local de Portimão assume o passo seguinte, o qual mais do que um ponto de chegada é um ponto de partida, isto é, o delinear do conjunto de acções para a prossecução da estratégia e objectivos de em cada uma das áreas da Agenda 21. Está sempre presente a perspectiva que a sua execução só fará sentido se integrada e simultânea nas quatro áreas em causa: ambiente, uso do solo, cidadania e turismo.

Neste contexto, a consubstanciação dos objectivos e das estratégias propostas deve

TABELA 8.1 - FORMATO DAS FICHAS DO PLANO DE ACÇÃO

ACÇÃO	INTERVENIENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO	CALENDARIZAÇÃO / PRIORIDADE		
			2007	2008	2009
Descritivo da acção	Parceiros e redes a estabelecer para o desenvolvimento da acção	Possíveis origens de financiamento nacional e comunitário para a acção	Prioridade 1		
			Prioridade 2		

Nota: Prioridade 1 - Recomenda-se a sua execução imediata;

Prioridade 2 - Poderá funcionar como acção preparatória, sendo que a sua execução pressupõe a passagem a prioridade 1 no ano seguinte.

ser alcançada através da realização do conjunto de acções que a seguir se apresentam para o horizonte 2007-2009, cuja execução terá por base um quadro de parcerias e financiamento que se considera viável se existir entidade motora sobre quem recaia a responsabilidade máxima da execução.

Metodologicamente as acções encontram-se enquadradas nas quatro dimensões e vectores de orientação estratégica identificados no Capítulo 7. Os quadros descritos apresentam um resumo das acções eleitas do ponto de vista técnico-científico, seguindo-se a definição de prioridades onde a responsabilidade e orientação da política pública detém um significativo papel e, como tal, “recentra” a dinamização da Agenda 21 Local de Portimão na Câmara Municipal.

É ainda apresentada a listagem das possíveis fontes de financiamento para a execução da acção, bem como o nível de prioridade que esta deve assumir no âmbito da Agenda 21 Local.

## 8.1 AMBIENTE

Tendo presente o horizonte temporal de 2007 - 2009 para o despoletar e executar a acção no terreno, o que consagra a preparação e apresentação de candidaturas durante o corrente ano de 2006 e início de 2007, sem prejuízo da sua revisão face a re-orientações provenientes da adaptação à estratégia e fundos definidos com base no Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007 - 2013, é possível apresentar as propostas de acções a executar no domínio ambiente.

A proposta de acções resulta da sequência de análise das 50 entradas da matriz SWOT afecta ao uso do solo, bem como dos 33 indicadores propostos, isto é, da metodologia conducente à conjugação do diagnóstico participado, diagnóstico técnico, sectores estratégicos, objectivos e acções.

TABELA 8.2 - NÚMERO DE ELEMENTOS PARA EDIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A21 - AMBIENTE

Agenda 21 Local de Portimão - Ambiente		Nº de elementos
SWOT Entradas		
	Pontos Fortes	10
	Pontos Fracos	11
	Oportunidades	13
	Ameaças	16
	Total	50
Indicadores		
	Água	4
	Resíduos urbanos	5
	Energia	9
	Transportes e mobilidade	11
	Qualidade do ar e ruído	3
	Desp. Município na gestão e protecção ambiental	1
	Total	33
Vectores Estratégicos		3
Objectivos		9
Acções		20

Segue-se a apresentação da tabela base com o elenco das acções a priorizar em termos de política pública municipal no quadro da Agenda 21 Local de Portimão - domínio ambiente.



TABELA 8.3 - PLANO DE ACÇÃO PARA O AMBIENTE (EXEMPLOS)

ACÇÃO	INTERVENIENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO	CALENDARIZAÇÃO		
			2007	2008	2009
AA1. Instalação de painéis electrónicos de informação sobre a qualidade do ar em vários pontos (críticos/de maior circulação) da cidade e do concelho;	CMP, CCDRA	Ad. Local / FEDER (POSC)			
AA2. Implementação de parques de estacionamento na primeira periferia da cidade de Portimão (e estabelecimento de ligações efectuadas por transporte colectivo) de forma a incentivar o uso do transporte público no interior da cidade;	CMP	Ad. Local / FEDER (PROAlgarve)			
AA3. Implementação e desenvolvimento de uma rede de ciclovias, que estabeleça as ligações entre os principais aglomerados do concelho e permita um acesso privilegiado ao litoral;	CMP, CCDRA	Ad. Local / FEDER (PROAlgarve)/ PIPITAL			
AA4. Promoção do uso de plantas autóctones ou bem adaptadas às condições edafo-climáticas, incentivando a redução dos consumos de água nos espaços verdes públicos e privados do concelho;	CMP, UALG, CCDRA	Ad. Local / PIDDAC / FEDER (PROAlgarve/ POA)			
AA5. Desenvolvimento de incentivos à adopção de sistemas de gestão da qualidade e sistemas de gestão ambiental com respectivas certificações pelas PME com sede no município;	CMP, APCER	Ad. Local / FEDER (PRIME) / Privados			
(...)					

ACÇÕES: AMBIENTE	
<b>CÓDIGO DA ACÇÃO:</b> AA1	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Instalação de painéis electrónicos de informação sobre a qualidade do ar em vários pontos (críticos/de maior circulação) da cidade e do concelho.	
<b>CRONOGRAMA:</b> 2007-2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração Local, Feder
<b>EXEMPLOS:</b>	
	
FONTE: valledalcudia.webcindario.com	



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

### ACÇÕES: AMBIENTE

**CÓDIGO DA ACÇÃO:** AA2

**DESCRIÇÃO:**

Implementação de parques de estacionamento na primeira periferia da cidade de Portimão (e estabelecimento de ligações efectuadas por transporte colectivo) de forma a incentivar o uso do transporte público no interior da cidade.

**CRONOGRAMA:** 2007-2009

**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração local - FEDER

**EXEMPLO:**


1.



2.



FONTE: 1. Câmara Municipal de Portimão 2. Câmara Municipal/Fotógrafo Miguel Veterano

ACÇÕES: AMBIENTE	
<b>CÓDIGO DA ACÇÃO:</b> AA3	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Implementação e desenvolvimento de uma rede de ciclovias, que estabeleça as ligações entre os principais aglomerados do concelho e permita um acesso privilegiado ao litoral.	
<b>CRONOGRAMA:</b> 2007-2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração local, FEDER
<b>EXEMPLO:</b>	
1.	2.
	
<p><b>FONTES:</b> 1. Fotógrafo: Alexandre Domingues 2. Câmara Municipal/ Fotógrafo Miguel Veterano</p>	





### ACÇÕES: AMBIENTE

**CÓDIGO DA ACÇÃO: AA4**

**DESCRIÇÃO:**

Incentivo do uso de plantas autóctones ou bem adaptadas às condições edafo-climáticas, promovendo a redução dos consumos de água nos espaços verdes públicos e privados do concelho.

**CRONOGRAMA: 2007-2009**

**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão,  
Universidade do Algarve, Comissão de  
Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Algarve

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração local, FEDER

**EXEMPLO:**

1.



2.



FONTE: 1. 2. Câmara Municipal de Portimão

ACÇÕES: AMBIENTE	
CÓDIGO DA ACÇÃO: AA5	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Desenvolvimento de incentivos à adopção de sistemas de gestão da qualidade e sistemas de gestão ambiental com respectivas certificações pelas PME com sede no Município.	
CRONOGRAMA: 2007-2006	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Associação Portuguesa para a Certificação.	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração local - FEDER
<b>EXEMPLO:</b> 1.  2.  3.  4. 	
FONTES: 1. <a href="http://www.sgs.com">www.sgs.com</a> , 2. <a href="http://www.sgs.com">www.sgs.com</a> , 3. <a href="http://www.greenglobe.cn">www.greenglobe.cn</a> 4. <a href="http://www.ermesambiente.pt">www.ermesambiente.pt</a>	

## 8.2 USO DO SOLO

Tendo presente o horizonte temporal de 2007 - 2009 para o despoletar e executar da acção no terreno, o que consagra a preparação e apresentação de candidaturas durante o corrente ano de 2006 e início de 2007, sem prejuízo da sua revisão face a reorientações provenientes da adaptação à estratégia e fundos definidos com base no Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007 - 2013, é possível apresentar a proposta de acções a executar no domínio uso do solo.

A proposta de acções resulta da sequência de análise das 56 entradas da matriz SWOT afecta ao uso do solo, bem como dos 37 indicadores propostos, isto é, da metodologia conducente à conjugação do diagnóstico participado, diagnóstico técnico, vectores estratégicos, objectivos e acções.

TABELA 8.4 - NÚMERO DE ELEMENTOS PARA EDIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A21 - USO DO SOLO

Agenda 21 Local de Portimão - Uso do Solo		Nº de elementos
SWOT Entradas		
	Pontos Fortes	13
	Pontos Fracos	15
	Oportunidades	13
	Ameaças	15
	Total	56
Indicadores		
	Território e população	21

**TABELA 8.4 - NÚMERO DE ELEMENTOS PARA EDIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A21 - USO DO SOLO  
(Cont.)**




Indicadores		
	Território e população	21
	Parque habitacional	8
	Transportes e acessibilidades	5
	Ocupação e uso do solo	1
	Risco	1
	Ordenamento e requalificação do território	1
	Total	37
Vectores Estratégicos		3
Objectivos		9
Acções		20

Segue-se a apresentação da tabela base com o elenco das acções a priorizar em termos de política pública municipal no quadro da Agenda 21 Local de Portimão - domínio uso do solo.



TABELA 8.5 - PLANO DE ACÇÃO PARA O USO DO SOLO (EXEMPLOS)

ACÇÃO	INTERVENIENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO	CALENDARIZAÇÃO		
			2007	2008	2009
AS1. Realização de um estudo cromático, morfológico e dos materiais da cidade (presente e passado), com posterior valorização identitária das características arquitectónicas	CMP, UALG, IPPAR	Ad Local/ PIDDAC/ FEDER (POC)			
AS2. Sensibilização e mobilização dos comerciantes de Portimão para a necessária modernização e renovação dos espaços comerciais;	CMP, ACRAL	Ad Local/ FEDER (URBCOM - PRIME)			
AS3. Estabelecimento de regras de intervenção pública nos edifícios inacabados e/ou degradados, nomeadamente o seu envolvimento e cobertura por painéis de <i>layout</i> homogéneo com informação útil sobre o concelho;	CMP	Ad Local			
AS4. Fomentar o envolvimento das diversas associações e movimentos cívicos existentes no Concelho no processo de acompanhamento/participação pública da revisão do PDM de Portimão;	CMP	Ad Local			
AS5. Promover a requalificação e reabilitação dos espaços intersticiais degradados/abandonados no sentido de uma maior qualificação da estrutura verde e de equipamentos colectivos da cidade;	CMP	Ad Local/ FEDER (PROAlgarve) / PIPITAL			
(...)					

ACÇÕES: Uso do Solo	
CÓDIGO DA ACÇÃO: AS1	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Realização de um estudo cromático, morfológico e dos materiais da cidade (presente e passado), com posterior valorização identitária das características arquitectónicas.	
CRONOGRAMA: 2007-2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Universidade do Algarve, Instituto Português do Património.	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração Local, FEDER
<b>EXEMPLO:</b> 1.  2.  3. 	
FONTES: 1. Câmara Municipal de Portimão, 2. Portimão - Maria da Graça Mateus Ventura e Maria da Graça Maia Marques 3. Arquitectura no Algarve - dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese José Manuel Fernandes e Ana Janeiro	



**CIITT**

CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
RESEARCH AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

### ACCÕES: USO DO SOLO

**CÓDIGO DA ACÇÃO:** AS2

**DESCRIÇÃO:**

Sensibilização e mobilização dos comerciantes de Portimão para a necessária modernização e renovação dos espaços comerciais.

**CRONOGRAMA:** 2007-2009

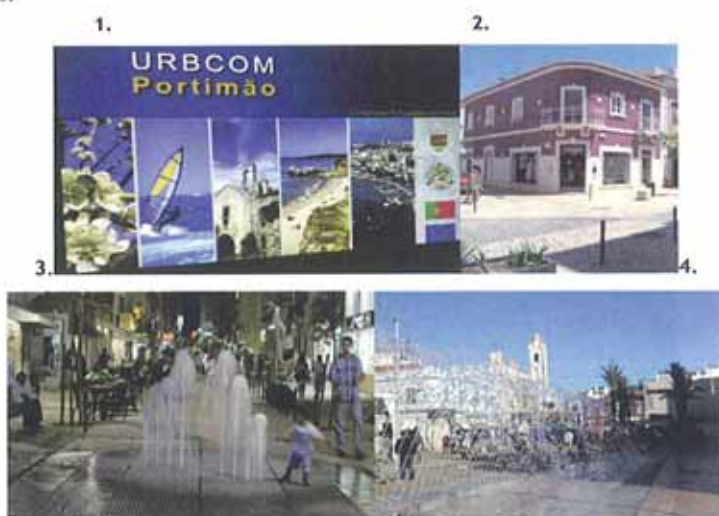
**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão, Associação de Comerciantes do Algarve.

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração local, FEDER

**EXEMPLO:**



FONTE: 1. 2. 3. 4. Câmara Municipal de Portimão

ACÇÕES: USO DO SOLO	
<b>CÓDIGO DA ACÇÃO:</b> AS3	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Estabelecimento de regras de intervenção pública nos edifícios inacabados e/ou degradados, nomeadamente o seu envolvimento e cobertura por painéis de <i>layout</i> homogéneo com informação útil sobre o concelho.	
<b>CRONOGRAMA:</b> 2007-2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração local - FEDER
<b>EXEMPLO:</b> Nota explicativa - Não se tratando obviamente de um edifício inacabado, este exemplo procura sim a sugestão que o tipo de faixa/painel utilizado pode ser objecto de informação útil sobre o concelho e colocado sobre edifícios inacabados ou degradados.	
	
Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/">www.cm-lisboa.pt/</a>	





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

### ACÇÕES: USO DO SOLO

**CÓDIGO DA ACÇÃO: AS4**

**DESCRIÇÃO:**

Fomentar o envolvimento das diversas associações e movimentos cívicos existentes no Concelho no processo de acompanhamento/participação pública da revisão do Plano Director Municipal de Portimão.

**CRONOGRAMA: 2007-2009**

**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração local - FEDER

**EXEMPLO:**



Fonte: Câmara Municipal de Portimão/Fotógrafo: Joaquim Costa

ACÇÕES: USO DO SOLO	
CÓDIGO DA ACÇÃO: A55	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Promover a requalificação e reabilitação dos espaços intersticiais degradados/abandonados no sentido de uma maior qualificação da estrutura verde e de equipamentos colectivos da cidade.	
CRONOGRAMA: 2007-2008	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração local, FEDER
<b>EXEMPLO:</b> 	
Fonte: Câmara Municipal de Portimão	

### 8.3 CIDADANIA

Tendo presente o horizonte temporal de 2007 - 2009 para o despoletar e executar da acção no terreno, o que consagra a preparação e apresentação de candidaturas durante o corrente ano de 2006 e início de 2007, sem prejuízo da sua revisão face a reorientações provenientes da adaptação à estratégia e fundos definidos com base no Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007 - 2013, é possível apresentar a proposta de acções a executar no domínio cidadania.

A proposta de acções resulta da sequência de análise das 68 entradas da matriz SWOT afecta ao uso do solo, bem como dos 28 indicadores propostos, isto é, da metodologia conducente à conjugação do diagnóstico participado, diagnóstico técnico, vectores estratégicos, objectivos e acções.

TABELA 8.6 - NÚMERO DE ELEMENTOS PARA EDIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A21 - CIDADANIA

Agenda 21 Local de Portimão - Uso do Solo		Nº de elementos
SWOT Entradas		
	Pontos Fortes	10
	Pontos Fracos	27
	Oportunidades	14
	Ameaças	17
	Total	68
Indicadores		
	Saúde	5

**TABELA 8.6 - NÚMERO DE ELEMENTOS PARA EDIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A21 - CIDADANIA  
(Cont.)**


Indicadores		
	Saúde	5
	Cultura e recreio	5
	Justiça	3
	Educação	7
	Risco	5
	Residentes de nacionalidade estrangeira	3
	Total	28
Vectores Estratégicos		3
Objectivos		9
Acções		20

Segue-se a apresentação da tabela base com o elenco das acções a priorizar em termos de política pública municipal no quadro da Agenda 21 Local de Portimão - domínio cidadania.



TABELA 8.7 - PLANO DE ACÇÃO PARA A CIDADANIA (EXEMPLOS)

ACÇÃO	INTERVENIENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO	CALENDARIZAÇÃO		
			2007	2008	2009
AC1. Incentivar grupos de discussão/tertúlias com jovens e tutores (desde o 2º ciclo do ensino), visando o debate de temáticas de desenvolvimento da cidadania, colaborando para o efeito na facilitação da troca de experiências nacionais e internacionais;	CMP, DREALg	Ad Local / PIDDAC			
AC2. Campanhas públicas dirigidas a residentes e visitantes, visando entre outros aspectos a sensibilização para limpeza urbana, ordenamento do trânsito e poupança de água;	CMP	Ad Local / FEDER (PROAlgarve)			
AC3. Comparticipação de bolsas a estudantes do ensino superior com residência em Portimão visando a participação em programas de intercâmbio internacional, como por exemplo Erasmus e Sócrates, afectos a áreas científicas consideradas chave e a definir pelo concelho;	CMP, UALG	PIDDAC / FSE (PRODEP/ POCTI)			
AC4. Eliminação das barreiras arquitectónicas nos espaços públicos do concelho, com extensão progressiva aos edifícios e espaços de uso privado;	CMP	Ad Local			
AC5. Promoção de cursos livres de língua e cultura portuguesa dirigidos a adultos, incluindo as comunidades imigrantes com residência no concelho;	CMP, UALG	Ad Local / FSE (POEFDS)			
(...)					

ACÇÕES: CIDADANIA	
<b>CÓDIGO DA ACÇÃO:</b> AC1	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Incentivar grupos de discussão/tertúlias com jovens e tutores (desde o 2º ciclo do ensino), visando o debate de temáticas de desenvolvimento da cidadania, colaborando para o efeito na facilitação da troca de experiências nacionais e internacionais.	
<b>CRONOGRAMA:</b> 2007-2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Direcção Regional da Educação do Algarve	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração Local, PIDDAC
<b>EXEMPLO:</b>	
	
	
<p><b>FONTE:</b> Câmara Municipal de Portimão/Fotógrafo Miguel Veterano</p>	



CIITT

CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



Portimão  
Câmara Municipal

#### ACÇÕES: CIDADANIA

CÓDIGO DA ACÇÃO: AC2

#### DESCRIÇÃO:

Campanhas públicas dirigidas a residentes e visitantes, visando entre outros aspectos a sensibilização para limpeza urbana, ordenamento do trânsito e poupança de água.

CRONOGRAMA: 2007-2009

#### ENTIDADES INTERVENIENTES:

Câmara Municipal de Portimão



#### MEIOS DE FINANCIAMENTO:

Administração Local, FEDER (PROAlgarve)

#### EXEMPLO:



FONTE: Câmara Municipal de Portimão

ACÇÕES: CIDADANIA	
CÓDIGO DA ACÇÃO: AC3	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Participação de bolsas a estudantes do ensino superior com residência em Portimão visando a participação em programas de intercâmbio internacional, como por exemplo <i>Erasmus</i> e <i>Sócrates</i> , afectos a áreas científicas consideradas chave e a definir pelo concelho;	
CRONOGRAMA: 2007/2008	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Universidade do Algarve	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> PIDDAC, FSE (PRODEP/ POCTI)
<b>EXEMPLO:</b> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <p>1.</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>2.</p>  </div> </div>	
FONTE: 1. <a href="http://erasmus.fe.uc.pt/links/links.htm">http:// erasmus.fe.uc.pt/ links/links.htm</a> 2. <a href="http://kpes.upol.cz/grafika/logo_socrates.gif">http://kpes.upol.cz/grafika/logo_socrates.gif</a>	





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

#### ACÇÕES: CIDADANIA

**CÓDIGO DA ACÇÃO: AC4**

**DESCRIÇÃO:**

Eliminação das barreiras arquitectónicas nos espaços públicos do concelho, com extensão progressiva aos edifícios e espaços de uso privado;

**CRONOGRAMA: 2007/2008**

**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão,  
Associações, Entidades Privadas.

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração Local

**EXEMPLO:**

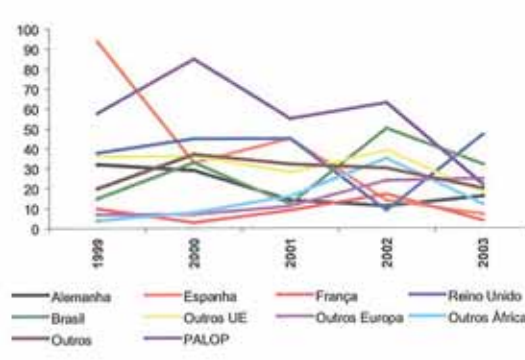
1.



2.



FONTE: 1. Câmara Municipal de Portimão 2. Câmara Municipal de Portimão/Fotógrafo: Miguel Veterano

ACÇÕES: CIDADANIA	
CÓDIGO DA ACÇÃO: AC5	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Promoção de cursos livres de línguas e cultura portuguesa dirigidos a adultos, incluindo as comunidades imigrantes com residência no concelho;	
CRONOGRAMA: 2007-2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Universidade do Algarve	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração Local, FSE (POEFDS)
<b>EXEMPLO:</b> EVOLUÇÃO DOS IMIGRANTES, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM, NO CONCELHO DE PORTIMÃO, ENTRE 1999 E 2003	
	
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	

## 8.4 TURISMO

Tendo presente o horizonte temporal de 2007 - 2009 para o despoletar e executar da acção no terreno, o que consagra a preparação e apresentação de candidaturas durante o corrente ano de 2006 e início de 2007, sem prejuízo da sua revisão face a reorientações provenientes da adaptação à estratégia e fundos definidos com base no Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007 - 2013, é possível apresentar a proposta de acções a executar no domínio turismo.

A proposta de acções resulta da sequência de análise das 102 entradas da matriz SWOT afecta ao uso do solo, bem como dos 22 indicadores propostos, isto é, da metodologia conducente à conjugação do diagnóstico participado, diagnóstico técnico, vectores estratégicos, objectivos e acções.

TABELA 8.8 - NÚMERO DE ELEMENTOS PARA EDIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A21 - TURISMO

Agenda 21 Local de Portimão - Turismo		Nº de elementos
SWOT Entradas		
	Pontos Fortes	25
	Pontos Fracos	28
	Oportunidades	24
	Ameaças	25
	Total	102
Indicadores		
	Procura	13
	Oferta	7
	Território	2
	Total	22
Vectores Estratégicos		3
Objectivos		9
Acções		20

Segue-se a apresentação da tabela base com o elenco das acções a priorizar em termos de política pública municipal no quadro da Agenda 21 Local de Portimão - domínio turismo.

**TABELA 8.9 - PLANO DE ACÇÃO PARA A TURISMO (EXEMPLOS)**

ACÇÃO	INTERVENIENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO	CALENDARIZAÇÃO		
			2007	2008	2009
AT1. Reforçar o posicionamento e identidade turística de Portimão como concelho orientado para o mar, desde o desenvolvimento e consolidação em rede das infra-estruturas actuais (marina, porto de recreio, praias e serviços), ao reforço da ligação cultural e proximidade a Sagres e aos Descobrimentos;	CMP, IPTM, Privados	Ad. Local / PIDDAC / FEDER ( PROAlgarve/ PRIME/ POA / POC) / Privados			
AT2. Proceder à elaboração de um plano detalhado de requalificação do mobiliário urbano, incluindo a indicação dos materiais a utilizar pelo comércio e demais entidades;	CMP, ACRAL	Ad. Local / FEDER (PROAlgarve)/ PIPITAL			
AT3. Associar Portimão à realização de um <i>hallmark</i> event de carácter internacional, no qual a identificação do destino e o evento se tornem indissociáveis, quer no domínio do mar e do Rio Arade quer por exemplo na futura utilização do Autódromo Internacional na Mexilhoeira Grande;	CMP, RTA, Privados	Ad. Local / PIQTUR / Privados			
AT4. Desenvolvimento em parceria com a Universidade do Algarve e sector empresarial de um Centro/Instituto de Altos Estudos Turísticos com orientação internacional, visando a parceria e desenvolvimento do conhecimento científico e respectiva aplicação na cadeia de valor local do sector;	CMP, UALG, Privados	Ad. Local / PIDDAC / FEDER (PRIME) / Privados			
AT5. Consolidação dos itinerários naturais do concelho como parte integrante da oferta dirigida a turistas e residentes;	CMP, CCDRA	Ad. Local / PIDDAC / FEDER (PROAlgarve)			
(...)					





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

#### ACÇÕES: TURISMO

**CÓDIGO DA ACÇÃO:** AT1

**DESCRIÇÃO:**

Reforçar o posicionamento e identidade turística de Portimão como concelho orientado para o mar, desde o desenvolvimento e consolidação em rede das infra-estruturas actuais (marina, porto de recreio, praias e serviços), ao reforço da ligação cultura e proximidade a Sagres e aos Descobrimentos.

**CRONOGRAMA:** 2008/2009

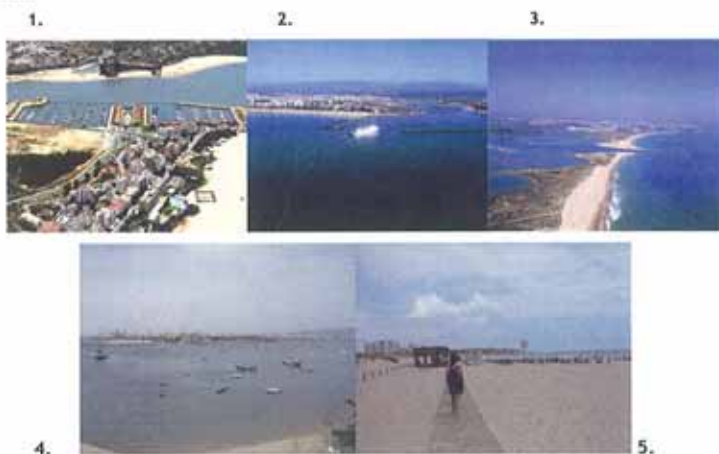
**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão, Instituto  
Portuário de Transportes Marítimos, Privados

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração Local, PIDDAC, FEDER  
(PROAlgarve/PRIME/POA/POC), Privados

**EXEMPLO:**



**FONTES:** 1. Câmara Municipal de Portimão/Fotógrafo Miguel Veterano 2. 3. Câmara Municipal de Portimão 4. 5. Ualg-CIITT/Fotógrafo: Fernando Perna

**ACÇÕES: TURISMO**

**CÓDIGO DA ACÇÃO:** AT2

**DESCRIÇÃO:**

Proceder à elaboração de um plano detalhado de requalificação do mobiliário urbano, incluindo a indicação dos materiais a utilizar pelo comércio e demais entidades.

**CRONOGRAMA:** 2008/2009

**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão, Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração Local, PIDDAC, FEDER (PROAlgarve), PIPITAL

**EXEMPLO:**



Fontes: Câmara Municipal de Portimão



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## ACÇÕES TURISMO

CÓDIGO DA ACÇÃO: AT3

DESCRIÇÃO:

Associar Portimão à realização de um *hallmark event* de carácter internacional no qual a identificação do destino e o evento se tornem indissociáveis, quer no domínio do mar e do Rio Arade quer por exemplo na futura utilização do Autódromo Internacional na Mexilhoeira Grande.

CRONOGRAMA: 2008/2009

ENTIDADES INTERVENIENTES:

Câmara Municipal de Portimão, Região de Turismo do Algarve, Privados

MEIOS DE FINANCIAMENTO:

Administração Local, PIQTUR, Privados

EXEMPLO:

1.



2.



FONTES: 1. 2. 3. Câmara Municipal de Portimão/Fotógrafo Miguel Veterano 4. Câmara Municipal de Portimão

ACÇÕES TURISMO	
CÓDIGO DA ACÇÃO: AT4	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Desenvolvimento em parceria com a Universidade do Algarve e sector empresarial de um Centro /instituto de altos estudos turísticos com orientação internacional, visando a parceria e desenvolvimento do conhecimento científico e respectiva aplicação na cadeia de valor local do sector.	
CRONOGRAMA: 2008/2009	
<b>ENTIDADES INTERVENIENTES:</b> Câmara Municipal de Portimão, Universidade do Algarve, Privados	<b>MEIOS DE FINANCIAMENTO:</b> Administração Local, PIDDAC, FEDER (PRIME), Privados
<b>EXEMPLO:</b> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start; margin-top: 10px;"> <div style="text-align: center;"> <p>1.</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>2.</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>3.</p>  </div> </div> <div style="text-align: center; margin-top: 10px;"> <p>4.</p>  </div>	
Fontes: 1. <a href="http://www.uaalg.pt">www.uaalg.pt</a> , 2. <a href="http://www.hbp.usm.my/tourism">http://www.hbp.usm.my/tourism</a> 3. <a href="http://www.tourism-research.org/bgtr.html">www.tourism-research.org/bgtr.html</a> 4. ESGHT/ Fotografo: José Santos	





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## ACÇÕES TURISMO

**CÓDIGO DA ACÇÃO:** AT5

**DESCRIÇÃO:**

Consolidação dos Itinerários naturais do concelho como parte integrante da oferta dirigida a turistas e residentes.

**CRONOGRAMA:** 2007/2008/2009

**ENTIDADES INTERVENIENTES:**

Câmara Municipal de Portimão, Privados

**MEIOS DE FINANCIAMENTO:**

Administração Local, PIDDAC, FEDER (PRIME), Privados

**EXEMPLO:**



Fotografias: Câmara Municipal de Portimão/Fotógrafo Dália Lourenço





CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

## PARTE IV: SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO

## 9. METODOLOGIA UTILIZADA

O delinear do sistema de monitorização marca a ponte metodológica para o acompanhamento do processo de implementação da Agenda 21 no terreno. Nesta fase e para cada dimensão da Agenda 21, identificam-se os indicadores propostos (principais e secundários) para o acompanhamento de cada vector estratégico e respectivos objectivos qualitativos assumidos.

Na fase do diagnóstico técnico que suporta esta edição, foram trabalhados a maioria destes indicadores, quantificando a situação actual e o passado mais recente de forma a suportar objectivamente a estratégia e acção para a sustentabilidade. Na fase de monitorização a implementar, devem ser seleccionados aqueles que devem ser objecto de cálculo e acompanhamento futuro, sem que nesta fase se assumam objectivos quantitativos para os indicadores. Neste processo de selecção estão também presentes as indicações dadas pelos cidadãos no diagnóstico participado ao longo dos diversos Fóruns, Seminários e Intervenções, consubstanciadas na extensa matriz SWOT de 276 entradas elaborada para o concelho nos quatro domínios em causa.

O sistema de monitorização é um instrumento e não um fim em si mesmo. Trata-se de um instrumento de suporte para o que está realmente em causa, isto é, a execução de uma estratégia identificada nos vectores estratégicos e respectivos objectivos qualitativos, sendo essa execução assegurada pelo conjunto das 20 acções identificadas na anterior Parte III - Linhas de Orientação Estratégica e Plano de Acção. Em termos de política pública compete ao Município de Portimão estabelecer prioridades entre essas acções e, posteriormente, regressando à entidade dinamizadora do documento, procurar e estabelecer de forma partilhada objectivos quantificados de medição do impacte dessas acções sobre cada um dos vectores estratégicos em causa.

Neste contexto e tendo em vista o enquadramento futuro, procede-se nesta fase à definição





geral da bateria de indicadores a adoptar por dimensão, a que se segue um exemplo detalhado de dois desses indicadores também por dimensão, sobre a forma de ficha. A sua generalização, orientação para objectivos quantificados e disponibilização *online* será, como referido, o próximo passo da implementação da Agenda 21 Local do Município de Portimão, este sobre a proposta de funcionamento do Gabinete 21 em sede de Câmara Municipal de Portimão.

Para a identificação qualitativa da bateria de indicadores, é sugerida a seguinte estrutura:

DIMENSÃO	VECTORES ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS	INDICADORES ASSOCIADOS	EXEMPLOS DE ACCÕES A DESENVOLVER:
USO DO SOLO	Vector 1	Objectivo 1.1	(...)	
		Objectivo 1.2	(...)	
		Objectivo 1.3	(...)	
	Vector 2	Objectivo 2.2	(...)	
		Objectivo 2.3	(...)	
		Objectivo 3.2	(...)	
	Vector 3	Objectivo 3.1	(...)	
		Objectivo 3.2	(...)	
		Objectivo 3.2	(...)	

Sendo que para cada um dos indicadores associados (quarta coluna), apresenta-se na página seguinte a respectiva identificação qualitativa e objectivo associado, seja como indicador principal (exemplo Amb P01), seja como indicador secundário (Uso S03).

OBJECTIVO	INDICADORES PRINCIPAIS		INDICADORES SECUNDÁRIOS	
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2.1.1	Amb P01		Amb S03	
2.1.2				
2.1.3				
2.2.1	Amb P02		Amb S04	
2.2.2				
2.2.3				
3.3.1	(...)		(...)	
3.3.2				
3.3.1				

No futuro desenvolvimento alargado deste Sistema de Monitorização, cada indicador será apresentado numa Ficha, dispondo de 19 campos. Pretende-se com este elevado número de campos clarificar todos os aspectos relacionados com o indicador, de forma a que não subsistam dúvidas nas fases de recolha de informação e de construção do indicador mas também, e fundamentalmente, que os agentes envolvidos nas fases de monitorização do sistema assumam a importância do indicador e com ele se identifiquem.



TABELA 9.1 - PROPOSTA METODOLÓGICA DE FICHA DE INDICADOR

	(4) Código:	(1) Designação:
	<b>INDICADOR</b>	
(5) Dados (ano): último valor apurado e respectivo ano	DADOS ( )	Tendência
(6) Tendência: positiva, estável, negativa		Linhas de Acção Relacionadas
(7) Linhas de Acção Relacionadas: identificação de indicadores (ou áreas) relacionadas com o indicador.	Gráfico de Evolução / Situação	
(8) Gráfico de Evolução / Situação: ilustração gráfica, sempre que possível, de uma série temporal dos valores do indicador		
(2) Área Temática: designação do conjunto a que o indicador pertence	Área Temática:	
(3) Sub-área Temática: designação do sub-conjunto a que o indicador pertence (caso exista)	Sub-área Temática:	
(9) Tipo de Indicador:	Tipo de Indicador:	
	<input type="checkbox"/> Obrigatório	<input type="checkbox"/> Pressão
	<input type="checkbox"/> Voluntário	<input type="checkbox"/> Estado
		<input type="checkbox"/> Resposta
(10) Descrição: a que se propõe o indicador, breve enquadramento explicativo	Descrição:	
(11) Metodologia de Cálculo do Indicador: processo proposto para o cálculo e obtenção do valor relativo ao indicador	Metodologia de cálculo do Indicador:	
(12) Problemas de adopção da Metodologia: avaliação da dificuldade na aplicação da metodologia e na obtenção do valor para o indicador	Problemas na adopção da Metodologia:	
(13) Metas: valor / objectivo que se pretende alcançar	Metas:	
(14) Disponibilidade de dados: referência à facilidade / dificuldade na obtenção dos dados de base	Disponibilidade de dados:	
(15) Unidade: medida(s)	Unidade:	
(16) Área de referência geográfica: à qual se reporta o valor obtido para o indicador	Área de referência geográfica:	
(17) Periodicidade: de obtenção do valor do indicador	Periodicidade:	
(18) Fonte: identificação das instituições / organismos detentores dos dados de base, dos parâmetros ou do valor final do indicador	Fonte:	
(19) Observações: outras considerações tidas por significativas que não estejam contempladas nos pontos anteriores	Observações:	



A caracterização do indicador expressa na ficha anterior, deve satisfazer os seguintes requisitos de base:

- a. uma clara designação e identificação do indicador, bem como a identificação da área (e, quando exista, sub-área) temática em que se enquadra;
- b. a identificação do indicador quanto ao tipo, designadamente no que respeita ao seu grau de prioridade (Obrigatório ou Voluntário) e à fase ou segmento da intervenção sobre o território em que se insere (Pressão / Estado / Resposta);
- c. a disponibilização do valor mais recente e o ano a que se reporta, bem como um breve histórico da sua evolução quando para tal exista informação;
- d. a identificação de tendências recentes de comportamento dos valores relativos ao indicador, bem como as linhas de acção relacionadas com o indicador (ou seja, identificação de outros indicadores que deverão ser observados aquando da análise do indicador em causa);
- e. as metas que se pretendem alcançar, expressas em diferentes medidas em função da especificidade do indicador;
- f. os aspectos relacionados com o processo de construção do indicador, designadamente os processos de obtenção da informação de base e os eventuais problemas que poderão surgir na sua obtenção;
- g. a referenciação geográfica do indicador, a unidade de medida e periodicidade que deverá estar subjacente ao cálculo e determinação do indicador;
- h. a identificação das fontes responsáveis pela recolha, tratamento e disponibilização da informação.

Assim, e de um modo mais concreto, cada um dos indicadores propostos será caracterizado da seguinte forma:

- o Cada indicador será claramente designado e identificado (1), bem como a área temática a que pertence (2), e sub-área (3) caso exista, e codificado (4) num número.
- o Será apresentado um valor para o indicador (5), bem como o ano a que o valor se reporta, assim como será identificada a tendência (6) apresentada pela evolução do





indicador nos anos mais recentes, assim como a(s) Linha(s) de Acção Relacionada(s) com esse indicador (7).

- o Sempre que possível, caso exista informação, será apresentado um gráfico (8) com a Evolução dos valores do indicador ou, quando apenas se dispõe de informação para um ano, um gráfico com a Situação do indicador.
- o Far-se-á uma identificação do tipo de indicador (9) em causa, considerando o carácter Obrigatório ou Voluntário e a estrutura Pressão / Estado / Resposta.
- o A descrição (10) do indicador pretende sobretudo enunciar o objectivo a que se propõe o indicador e justificar a pertinência da sua utilização, recorrendo, sempre que se justifique a um pequeno texto de enquadramento com referência a valores recentes.
- o A metodologia de cálculo do indicador (11) enuncia o processo pelo qual se propõe a obtenção ou o cálculo do valor respectivo; os problemas na adopção da metodologia proposta (12) procuram antecipar eventuais dificuldades na obtenção dos dados de base para a construção dos indicadores.
- o As metas (13) apresentadas definem, sempre que os indicadores assim o permitam, os objectivos quantificados em termos de valores (absolutos ou percentuais), valores-limite, limiares máximos e outros.
- o Na disponibilidade de dados (14) é feita referência ao maior ou menor grau de dificuldade na obtenção da informação de base para o cálculo do indicador.
- o A unidade (15) expressa, tal como o nome indica, a unidade em que é expresso o valor do indicador (valores absolutos, percentagens, medidas de superfície e de capacidade, medidas utilizadas em contextos específicos como o da energia e da qualidade do ar, e outros).
- o A unidade de referência geográfica (16) reporta-se à parcela do território a que o valor do indicador respeita (o concelho, na grande maioria dos indicadores, embora para outros a unidade de referência seja a freguesia).
- o A periodicidade (17) expressa o espaço temporal relativo ao indicador e a regularidade com que o valor do mesmo deverá ser obtida, que decorre, naturalmente, da

especificidade de cada indicador e da dimensão dos trabalhos de base que lhe estão associados.

- o Por último, as fontes (18) e as observações (19) indicam, respectivamente, os organismos ou instituições responsáveis ou pela publicação do valor do indicador ou pela informação de base para a sua construção, e outras considerações que não tenham sido mencionadas em campos anteriores.

De seguida apresenta-se a matriz por domínio e respectivos vectores estratégico com os indicadores a calcular no momento da implementação do sistema de monitorização, bem como para cada uma destes domínios, dois exemplos prévios do preenchimento da ficha de indicador.

## 10. INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

### 10.1 AMBIENTE

DIM:	VECTORES ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS	INDICADORES ASSOCIADOS	EXEMPLOS DE ACÇÕES A DESENVOLVER:
<b>AMBIENTE</b>	1.1 Consolidar os níveis de atendimento prestados à população do concelho, designadamente em termos de resíduos, saneamento e controlo da qualidade das águas balneares e estuarinas;	<p>1.1.1 Desenvolver acções no sentido de reduzir os actuais consumos de água per capita, os volumes de perdas de água e incrementar os níveis de reutilização das águas residuais.</p> <p>1.1.2 Desenvolver os mecanismos de controlo e de promoção da qualidade das águas balneares e estuarinas do concelho.</p> <p>1.1.3 Dar cumprimento aos objectivos de gestão preconizados nos diversos instrumentos de planeamento relativos aos resíduos, nomeadamente nos aspectos relacionados com a diminuição dos seus volumes, aumento dos volumes de recolha selectiva e incremento dos processos de reutilização / reciclagem / valorização.</p>	<p>Amb P01 Amb P02 Amb P03 Amb S01 Amb S02</p> <p>Amb P04 Amb S03</p> <p>Amb P05 Amb P06 Amb S04 Amb S05 Amb S06</p>	<p>- Instalação de painéis electrónicos de informação sobre a qualidade do ar em vários pontos (críticos/de maior circulação) da cidade e do concelho.</p> <p>- Implementação de parques de estacionamento na primeira periferia da cidade de Portimão (e estabelecimento de ligações efectuadas por transporte colectivo) de forma a incentivar o uso do transporte público no interior da cidade.</p>



(Cont. ...)

<b>AMBIENTE</b>	<p>1.2 Promover a melhoria dos parâmetros da qualidade do ambiente urbano;</p>	<p>1.2.1 Desenvolver as parcerias e protocolos estabelecidos com a Administração Central no sentido da consolidação das redes de sistemas de monitorização da qualidade do Ar e do Ruído.</p> <p>1.2.2 Promover ações preventivas no sentido de reduzir as emissões de gases nocivos para a atmosfera, nomeadamente em termos da reorganização do sistema de tráfego e do condicionamento da utilização do automóvel na cidade de Portimão.</p> <p>1.2.3 Prevenir e resguardar as populações dos principais aglomerados à exposição a níveis de ruído incompatíveis.</p>	<p>Amb P07 Amb S07 Amb S08 Amb S09 Amb S10</p> <p>Amb P08</p>	<p>- Implementação e desenvolvimento de uma rede de ciclovias, que estabeleça as ligações entre os principais aglomerados do concelho e permita um acesso privilegiado ao litoral.</p>
	<p>1.3 Integrar o sector do turismo na dimensão ambiente, ordenamento do território e emprego, de forma a reposicionar o sector e conferir-lhe acréscimos de qualidade e competitividade;</p>	<p>1.3.1 Promover a diversidade da oferta turística no sentido de combater os efeitos nocivos da sazonalidade e de valorizar as componentes naturais, paisagísticas e culturais do concelho.</p> <p>1.3.2 Estimular a diversidade da oferta turística no quadro de uma observância dos instrumentos de gestão territorial e dos valores ambientais, estimulando o sector para a liderança na região em termos da adopção de sistemas de gestão ambiental.</p> <p>1.3.3 Aumentar a investigação e conhecimento científico do turismo através de uma óptica integrada da actividade com o território e respectivas valências.</p>	<p>Uso P04</p> <p>Amb P10 Amb P11 Amb P12 Tur P09 - 11 Tur P16 Tur P17 Tur S06 Tur S07 Tur P12 Tur S20</p> <p>Tur P22</p>	<p>- Incentivo do uso de plantas autóctones ou bem adaptadas às condições edafo-climáticas, promovendo a redução dos consumos de água nos espaços verdes públicos e privados do concelho.</p> <p>- Desenvolvimento de incentivos à adopção de sistemas de gestão da qualidade e sistemas de gestão ambiental com respectivas certificações pelas PME com sede no município.</p>



### Indicadores Ambiente - Indicadores principais e Indicadores secundários (Descrição)

OBJECTIVO	INDICADORES PRINCIPAIS		INDICADORES SECUNDÁRIOS	
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1.1.1	Amb P01	Consumo de água doméstico por habitante	Amb S01	Consumo doméstico de água
	Amb P02	Perdas de água	Amb S02	Caudais de efluentes tratados
	Amb P03	Reutilização de águas residuais	Amb S03	Número de praias com bandeira azul
1.1.2	Amb P04	Número de praias com classificação boa	Amb S04	Resíduos sólidos urbanos recolhidos
1.1.3	Amb P05	Resíduos sólidos urbanos recolhidos por habitante	Amb S05	Resíduos sólidos urbanos recolhidos em recolha selectiva
	Amb P06	Percentagem de resíduos sólidos urbanos recolhidos em recolha selectiva	Amb S06	Número de ecopontos existentes no concelho
1.2.1				
1.2.2	Amb P07	Gestão de águas residuais	Amb S07	Parâmetros dos compostos de Azoto (NO <sub>2</sub> )
			Amb S08	Parâmetros do monóxido de carbono (CO)





(Cont. ...)

1.2.3	Amb P08	Ruído	Amb S09	Partículas em suspensão (PM10)
			Amb S10	Parâmetros do Ozono (O3)
1.3.1	Uso P04	População flutuante		
1.3.2	Amb P09	Consumo de água na hotelaria	Tur P06	Número de voltas vendidas em campos de golfe no Algarve e em Portimão
	Amb P10	Consumo de água nos campos de golfe	Tur P07	Número de passantes na marina de Portimão
	Amb P11	Consumo de energia eléctrica na hotelaria	Tur P12	Investimento municipal em eventos
	Tur P09	Percentagem de dormidas no terceiro trimestre		
	Tur P10	Voltas vendidas em campos de golfe em Portimão: distribuição mensal		
	Tur P11	Numero de eventos e espectadores		
	Tur P16	Taxa de ocupação bruta mensal Portimão/Algarve		
	Tur P17	Dormidas mensais Portimão/Algarve		
1.3.3	Tur P22	Investimento do município em I&D científico		

**Legenda do Código:**

Amb (dimensão Ambiente); Uso (dimensão Uso do Solo); Cid (dimensão Cidadania); Tur (dimensão Turismo); P (Indicador Principal); S (Indicador Secundário)

## Fichas de Indicadores do Ambiente (Dois Exemplos)

INDICADOR								
<b>Amb PO1</b> Consumo doméstico de água por habitante								
DADOS (2004) 68,6 m <sup>3</sup>	Tendência Negativa	Linhas de Acção Relacionadas						
<b>Gráfico de Evolução</b>								
								
<p><b>Área Temática:</b> Ambiente</p> <p><b>Sub-área Temática:</b> Água: Evolução dos consumos de água</p> <p><b>Tipo de Indicador:</b></p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Obrigatória</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Pressão</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Voluntário</td> <td><input type="checkbox"/> Estado</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Resposta</td> </tr> </table>			<input type="checkbox"/> Obrigatória	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão	<input type="checkbox"/> Voluntário	<input type="checkbox"/> Estado		<input type="checkbox"/> Resposta
<input type="checkbox"/> Obrigatória	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão							
<input type="checkbox"/> Voluntário	<input type="checkbox"/> Estado							
	<input type="checkbox"/> Resposta							
<p><b>Descrição:</b> Este indicador mede a evolução dos consumos domésticos de água por habitante no concelho de Portimão.</p> <p>Tendo em consideração os recentes aumentos dos valores relativos ao consumo médio por habitante (cerca de 19% em apenas 7 anos), importa observar a evolução destes valores e, eventualmente, adoptar mecanismos e promover acções com vista à inversão destas tendências.</p>								
<p><b>Metodologia de cálculo do Indicador:</b> Recolha da informação disponibilizada pelas entidades gestoras e reguladoras no que respeita aos volumes anuais do consumo doméstico de água no concelho. Este valor será conjugado com o valor obtido para a população residente (proveniente dos Recenseamentos ou das Estimativas da População).</p>								
<p><b>Problemas na adopção da Metodologia:</b> Não estão previstos problemas na adopção da metodologia proposta.</p>								
<p><b>Metas:</b> Não existem metas estabelecidas para este Indicador.</p>								
<p><b>Disponibilidade de dados:</b> Informação de fácil obtenção.</p>								
<p><b>Unidade:</b> 1000 m<sup>3</sup>/hab/ano</p>								
<p><b>Área de referência geográfica:</b> Concelho</p>								
<p><b>Periodicidade:</b> Anual</p>								
<p><b>Fonte:</b> CCDR-Algarve, Águas do Algarve, Câmara Municipal de Portimão.</p>								
<p><b>Observações:</b> Este indicador será construído a partir da informação fornecida pelos Indicadores II.1.5 (consumo doméstico de água) e I.1.1 (população residente).</p>								



**INDICADOR**

**Resíduos sólidos urbanos recolhidos em recolha selectiva**

**Amb P06**

**DADOS (2004)**

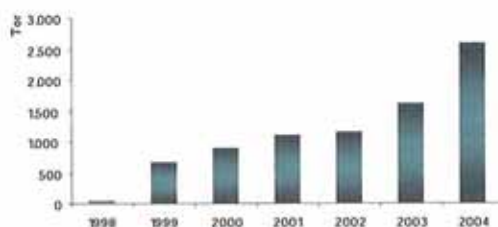
2.599 ton

**Tendência**

Positiva

**Linhas de Acção Relacionadas**

**Gráfico de Evolução**



**Área Temática:** Ambiente

**Sub-área Temática:** Resíduos Urbanos

**Indicador:** Resíduos sólidos urbanos recolhidos em recolha selectiva

**Código:** I.1.3

**Tipo de Indicador:**  Obrigatório  Pressão  
 Voluntário  Estado  
 Resposta

**Descrição:** Este indicador mede a quantidade de resíduos urbanos recolhidos em processos de recolha selectiva.

A quantidade recolhida em processos de recolha selectiva no concelho de Portimão mostra uma evolução muito positiva, o que permite perspectivar o alcance dos valores definidos pelo PERSU.

**Metodologia de cálculo do Indicador:** Recolha da informação relativa à quantidade de resíduos sólidos urbanos recolhida em processos de recolha selectiva no concelho, efectuada pelas entidades gestoras.

**Problemas na adopção da Metodologia:** Não se prevêem dificuldades na adopção da metodologia proposta.

**Metas:** As metas apontadas são as definidas no âmbito do Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos (PERSU) para 2005, que visam um forte incremento das quantidades em processos de recolha selectiva.

**Disponibilidade de dados:** A obter junto das entidades gestoras.

**Unidade:** Ton.

**Área de referência geográfica:** Concelho.

**Periodicidade:** Anual.

**Fonte:** Algar, INE (Estatísticas do Ambiente).

**Observações:** Este indicador, para além do seu interesse intrínseco, será utilizado na construção do Indicador II.2.4 (percentagem de resíduos sólidos urbanos recolhidos em recolha selectiva).

## 10.2 USO DO SOLO

<u>DIM:</u>	<u>VECTORES ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJECTIVOS</u>	<u>INDICADORES ASSOCIADOS</u>	<u>EXEMPLOS DE ACCÕES A DESENVOLVER:</u>
<b>USO DO SOLO</b>	2.1 Promover um ordenamento do território equilibrado	<p>2.1.1 Promoção de um Ordenamento do Território equilibrado por via da concretização da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, transpondo para o território concelho o carácter transversal e integrador desta política, por via da implementação dos instrumentos de gestão territorial.</p> <p>2.1.2 Promover um Ordenamento do Território equilibrado e orientado para a correcta articulação dos critérios de eficiência e de eficácia na gestão do espaço com o desenvolvimento das actividades económicas, com vista à gestão sustentável dos recursos e à preservação da composição, estrutura e função dos sistemas naturais e semi-naturais.</p> <p>2.1.3 Promover um Ordenamento do Território que desenvolva a complementaridade dos equipamentos culturais, desportivos e sociais do concelho e a respectiva valorização numa óptica de utilização abrangente e qualificada por residentes e visitantes.</p>	<p>Uso P01</p> <p>Uso P02 Uso P03 Uso P04 Uso S01 Uso S02</p> <p>Cid P05 Cid P06 Cid P14 Cid P15 Cid P16 Cid P18 -21</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de um estudo cromático, morfológico e dos materiais da cidade (presente e passado), com posterior valorização identitária das características arquitectónicas.</li> <li>- Sensibilização e mobilização dos comerciantes de Portimão para a necessária modernização e renovação dos espaços comerciais.</li> <li>- Estabelecimento de regras de intervenção pública nos edifícios inacabados e/ou degradados; nomeadamente o seu envolvimento e cobertura por painéis de layout homogéneo com informação útil sobre o concelho.</li> </ul>
	2.2 Promover o ordenamento e qualificação dos sistemas urbanos	2.2.1 Dotar os aglomerados das funções e serviços compatíveis com as respectivas posições na rede, tendo em consideração os critérios de irradiação, as áreas de influência e as lógicas de complementaridade e de eficiência.	<p>Uso P05 Uso P06 Uso P07 Uso P08 Uso S03</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar o envolvimento das diversas associações e movimentos cívicos existentes no Concelho no processo de acompanhamento/participação pública da revisão do PDM de Portimão.</li> </ul>





(Cont. ...)

<b>USO DO SOLO</b>		<p>2.2.2 Assegurar as questões das acessibilidades e da mobilidade no território concelhio (e regional), num quadro de eficiência energética e de minorização das externalidades económicas e ambientais, promovendo o uso dos transportes colectivos e incentivando a multimodalidade</p> <p>2.2.3 Promover um efectivo acompanhamento e monitorização do crescimento do parque habitacional do concelho e do regime de ocupação das habitações, por forma a poder prever e antecipar acções ao nível das infraestruturas e dos equipamentos e, de certa forma, a garantir o equilíbrio e a própria harmonia e sustentabilidade do processo de crescimento urbano.</p>	<p>Amb P12 Amb P13 Amb S11 Amb S12 Amb S13 Amb S14</p> <p>Uso P09 Uso P10 Uso P11 Uso S03</p>	<p>- Promover a requalificação e reabilitação dos espaços intersticiais degradados/abandonados no sentido de uma maior qualificação da estrutura verde e de equipamentos colectivos da cidade.</p> <p>- Dotar o concelho de uma rede de prevenção, vigilância e alerta contra os fogos florestais, assente sobretudo na manutenção e melhoria das infra-estruturas florestais, no envolvimento de associações cívicas e num efectivo reforço da coordenação com outras redes regionais de prevenção e actuação.</p>
	2.3 Regular a expansão urbana	<p>2.3.1 Promover a contenção da expansão da mancha urbana, salvaguardando assim a qualificação dos aglomerados e a preservação das áreas agrícolas, florestais e naturais adjacentes.</p> <p>2.3.2 Promover a melhoria da qualidade de vida urbana, sobretudo nos principais aglomerados, por via da requalificação dos espaços degradados, da reabilitação do parque urbano e revitalização das áreas centrais, e ainda da implementação de uma adequada rede de espaços verdes, áreas de estacionamento e de equipamentos colectivos.</p>	<p>Uso P12</p> <p>Uso P13 Uso P14 Uso P15 Uso P16 Uso P17 Uso S04 Uso S05</p>	<p>- Promover a criação de um Observatório do Litoral, com o objectivo de sistematizar a informação sobre o uso da orla costeira do concelho, integrando informação técnico-científica sobre a evolução costeira (fenómenos de erosão e movimentos de massa), uso balnear e suas incidências directas e indirectas sobre o território (implicações urbanísticas e qualidade do meio marinho), com a participação da Câmara Municipal de Portimão, associações ambientais e profissionais do concelho com extensão à região.</p>

### Indicadores Uso do Solo - Indicadores principais e Indicadores secundários

OBJECTIVO	INDICADORES PRINCIPAIS		INDICADORES SECUNDARIOS	
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2.1.1	Uso P01	Número de ocorrências de movimentos de massa		
2.1.2	Uso P02	Área de solo intervençionada na REN (por RIP)	Uso S01	Superfície agrícola utilizada (SAU)
	Uso P03	Área do solo intervençionada na Rede Natura	Uso S02	Área de solo desafectada da RAN
	Uso P04	Uso do Solo	Cid P18	Número de crianças e salas na educação pré-escolar
2.1.3	Cid P05	Rácio - Habitantes por unidade hospitalar	Cid P19	Número de alunos e de turmas, no ensino básico
	Cid P06	Rácio - Habitantes por médico	Cid P20	Número de alunos e de turmas e dimensão média das turmas, no ensino secundário
	Cid P14	Investimento em actividades culturais	Cid P21	Número de alunos e de turmas e dimensão médias das turmas, no ensino profissional
	Cid P15	Investimento em preservação do património		
	Cid P16	Museus, galerias de arte e outros espaços		
2.2.1	Uso P05	População residente	Uso S03	Famílias clássicas residentes
	Uso P06	Crescimento natural		
	Uso P07	Saldo migratório		
	Uso P08	População flutuante		
2.2.2	Amb P12	Passageiros transportados por transporte público	Amb S11	Serviço efectuado pelo transporte público rodoviário



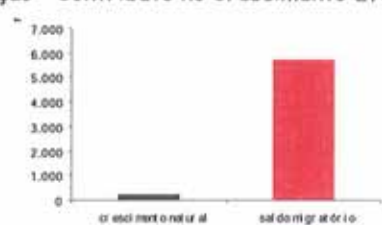
2.2.3	Amb P13	Passageiros transportados pelo transporte ferroviário	Amb S12	Serviço efectuado pelo transporte ferroviário
	Uso P09	Número de fogos	Amb S13	Quilómetros de ciclovias existentes no concelho
	Uso P10	Total de licenças para novos fogos de habitação	Amb S14	Venda de combustíveis líquidos (gasolinas e gasóleo)
	Uso P11	População residente	Uso S03	Famílias clássicas residentes
2.3.1	Uso P12	Uso do solo	Uso S04 Montante do investimento anual do município em acções de requalificação urbanística e paisagística	
2.3.2	Uso P13	Área cedida para espaços verdes de utilização colectiva		
	Uso P14	Área cedida para estacionamento público		
	Uso P15	Total de licenças para transformação e restauração (edifícios)		
	Uso P16	Planos de ordenamento do território		
2.3.1	Uso P17	Percentagem do investimento anual do município em acções de requalificação urbanística e paisagística		
	Uso P18	Áreas edificadas e impermeabilizadas em zonas de risco de cheias		
	Uso P19	Número de ocorrências de movimentos de massa		
Uso S05	Total de licenças (edifícios)			

**Legenda do Código:**

Amb (dimensão Ambiente); Uso (dimensão Uso do Solo); Cid (dimensão Cidadania); Tur (dimensão Turismo); P (Indicador Principal); S (Indicador Secundário)



## Fichas de Indicadores do Uso do Solo (Dois Exemplos)

INDICADOR								
Uso P07								
DADOS (1991 / 2001)	Tendência	Linhas de Acção Relacionadas						
5.716 indivíduos	Positiva							
<b>Saldo Migratório</b>								
<b>Gráfico de Situação - Contributo no Crescimento Efectivo 1991/2001</b>								
								
<p><b>Área Temática:</b> Uso do Solo</p> <p><b>Sub-área Temática:</b> Evolução da população</p> <p><b>Tipo de Indicador:</b></p> <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Obrigatória</td> <td><input type="checkbox"/> Pressão</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Voluntária</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Estado</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Resposta</td> </tr> </table>			<input type="checkbox"/> Obrigatória	<input type="checkbox"/> Pressão	<input type="checkbox"/> Voluntária	<input checked="" type="checkbox"/> Estado		<input type="checkbox"/> Resposta
<input type="checkbox"/> Obrigatória	<input type="checkbox"/> Pressão							
<input type="checkbox"/> Voluntária	<input checked="" type="checkbox"/> Estado							
	<input type="checkbox"/> Resposta							
<p><b>Descrição:</b> Este indicador mede a evolução do valor referente ao saldo migratório estimado para a freguesia de Portimão.</p> <p>Tendo em consideração a importância do contributo das migrações para o crescimento efectivo da população, ir-se-á proceder à observação deste indicador na medida em que ele traduz os diferentes graus de atractividade ou de repulsividade do concelho.</p>								
<p><b>Metodologia de cálculo do Indicador:</b> Sabendo que as estatísticas oficiais não fornecem valores para este indicador, proceder-se-á a uma estimativa do seu valor a partir dos valores da população residente (estimada) e do valor relativo ao crescimento natural.</p>								
<p><b>Problemas na adopção da Metodologia:</b> Não são esperados problemas na adopção desta metodologia, uma vez que a informação de base para o apuramento do valor deste indicador (população residente, natalidade e mortalidade) é regularmente disponibilizada pelo INE.</p>								
<p><b>Metas:</b> Não se podendo propriamente considerar como uma meta, interessará sobretudo observar se o valor apurado traduz uma atractividade ou uma repulsividade do concelho. Por outro lado, importará também determinar o peso do saldo migratório no crescimento efectivo da população.</p>								
<p><b>Disponibilidade de dados:</b> Informação de fácil obtenção, normalmente um ano após o ano a que respeitam os dados.</p>								
<p><b>Unidade:</b> n.º absoluta (habitantes).</p>								
<p><b>Área de referência geográfica:</b> Freguesia / Concelho.</p>								
<p><b>Periodicidade:</b> Anual.</p>								
<p><b>Fonte:</b> Estatísticas Demográficas: INE.</p>								
<p><b>Observações:</b> Este indicador será construído a partir dos indicadores I.1.1, I.1.2, I.1.3 e I.1.4.</p>								





**INDICADOR** Área de cedência para espaços verdes de utilização colectiva

**Uso P13**

**DADOS (2004)**

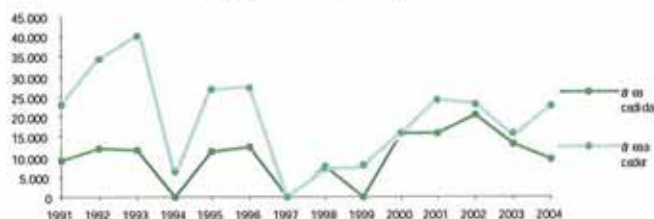
9.619 m<sup>2</sup>

**Tendência**

Estável

**Linhas de Acção Relacionadas**

**Gráfico de Evolução**



**Área Temática:** Uso do Solo

**Sub-área Temática:** Pressão Urbanística

**Tipo de Indicador:**  Obrigatório

Voluntário

Pressão

Estado

Resposta

**Descrição:** Este indicador mede a evolução do valor relativo à área cedida para espaços verdes de utilização colectiva pelos Alvarás de Loteamento.

Sabendo que a Portaria n.º 1135/2001 (de 25 de Setembro) estipula o valor (em m<sup>2</sup>) das áreas a ceder para este fim (calculado em função do n.º de fogos ou das áreas de construção), importa observar, no fundo, o cumprimento da Portaria.

Pretende-se, sobretudo, que a expansão das áreas urbanas, ou as intervenções nas áreas consolidadas, contemplem os espaços verdes como um contributo para a garantia de uma melhor qualidade de vida dos residentes.

**Metodologia de cálculo do Indicador:** Proceder-se-á ao apuramento do valor respeitante às áreas de cedência para espaços verdes de utilização colectiva resultante das operações de loteamento. Posteriormente, esse valor será confrontado com os valores estipulados pela Portaria n.º 1135/2001, tendo em atenção, naturalmente, as distintas características dos Alvarás, nomeadamente quanto ao uso dominante.

**Problemas na adopção da Metodologia:** Não se prevêem problemas na adopção da metodologia visto que esta informação é pertença da CM Portimão.

**Metas:** As metas definidas reportam-se ao cumprimento da Portaria n.º 1135/2001.

**Disponibilidade de dados:** Informação de fácil disponibilidade.

**Unidade:** m<sup>2</sup>

**Área de referência geográfica:** CANCELHO.

**Periodicidade:** Anual.

**Fonte:** Câmara Municipal de Portimão.

**Observações:**

## 10.3 CIDADANIA

DIM:	VECTORES ESTRATEGICOS	OBJECTIVOS	INDICADORES ASSOCIADOS	EXEMPLOS DE ACCÕES A DESENVOLVER:
CIDADANIA	3.1 Promover e consolidar a Equidade Social	<p>3.1.1 Promover um concelho que articule as questões da equidade social, nomeadamente a erradicação da pobreza, o combate às diferentes formas de exclusão e a correcta e ponderada avaliação do fenómeno do envelhecimento da população.</p> <p>3.1.2 Incrementar de forma sustentada e numa optica integrada o investimento nos dominios da saúde e da segurança.</p> <p>3.1.3 Eliminar as barreiras arquitectónicas e promover a construção de espaços acessíveis a todos, com promoção de uma cultura inclusiva e exclusiva, onde por inclusão se entende o consenso mínimo em torno de valores do tipo constitucional, logo adesão de princípio e, por exclusiva, o direito a afirmação da diferença. A cidadania tende a incluir a diferença para que esta não se transforme em exclusão.</p>	<p>Cid P01 Cid P02 Cid P03 Cid S01 Cid S02 Cid S03 Cid P05 Cid P06 Cid P07 Cid P08 Cid S04-06</p> <p>Cid P09</p>	<p>Eliminação das barreiras arquitectónicas nos espaços públicos do concelho, com extensão progressiva aos edifícios e espaços de uso privado;</p>
		<p>3.2.1 Criar/aumentar o espaço de democracia participativa na construção do seu projecto de município, possibilitando a interacção entre os munícipes e os seus representantes políticos locais, na prossecução do interesse público e concretização das competências do poder autárquico.</p>	<p>Cid P10 Cid S07 Cid S08</p>	<p>Campanhas públicas dirigidas a residentes e visitantes, visando entre outros aspectos a sensibilização para limpeza urbana, ordenamento do trânsito e poupança de água.</p>



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

<b>CIDADANIA</b>	3.2 Incrementar a Participação Cívica	<p>3.2.2 Aumentar e/ou consolidar a participação da população em movimentos associativos promovendo o interesse colectivo em detrimento do individualismo.</p> <p>3.2.3 Permitir o levantamento das necessidades de proximidade dos cidadãos, melhorando o desempenho dos serviços, respondendo com maior eficácia e qualidade às necessidades dos cidadãos.</p>	<p>Cid P11 Cid P12 Cid S08</p> <p>Cid P13</p>	<p>- Campanhas públicas dirigidas a residentes e visitantes, visando entre outros aspectos a sensibilização para limpeza urbana, ordenamento do trânsito e poupança de água.</p>
	3.3 Promover a Educação e Cultura como Ações de Cidadania	<p>3.3.1 Preservar a cultura enquanto património associado aos valores, artes, arquitectura e tradições de um concelho, conferindo uma autenticidade específica ao território. Numa sociedade globalizada mas simultaneamente cada vez mais orientada para o conhecimento, a inserção da cultura na cadeia de valor das diferentes actividades económicas e sociais encerra um significativo potencial de valorização do território.</p> <p>3.3.2 Promover o investimento na diminuição do abandono escolar e na sensibilização do importante papel da família e instituições no acompanhamento dos jovens no seu percurso escolar</p> <p>3.3.3 Promoção e sensibilização para a educação ambiental, generalizando uma cultura de exigência e responsabilização neste domínio</p>	<p>Cid P14 Cid P15 Cid P16 Cid P17</p> <p>Cid P18 Cid P19 Cid P20 Cid P21 Cid P22 Cid S10</p> <p>Amb P01 Amb P06 Cid P22 Cid S11</p>	<p>- Comparticipação de bolsas a estudantes do ensino superior com residência em Portimão visando a participação em programas de Intercâmbio Internacional, como por exemplo <i>Erasmus</i> e <i>Sócrates</i>, afectos a áreas científicas consideradas chave e a definir pelo concelho;</p> <p>- Incentivar grupos de discussão/tertúlias com jovens e tutores (desde o 2º ciclo do ensino), visando o debate de temáticas de desenvolvimento da cidadania, colaborando para o efeito na facilitação da troca de experiências nacionais e internacionais.</p>

## Indicadores Cidadania - Indicadores principais e Indicadores secundários

OBJECTIVO	INDICADORES PRINCIPAIS		INDICADORES SECUNDARIOS	
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3.1.1	Cid P01	Taxas de desemprego	Cid S01	Taxa de desemprego por escalão etário
	Cid P02	Taxa de analfabetismo	Cid S02	Crescimento natural
	Cid P03	Residentes com nacionalidade estrangeira	Cid S03	Estrutura etária da população
3.1.2	Cid P04	Rácio - Habitantes por unidade hospitalar	Cid S04	Número de farmácias
	Cid P05	Rácio - Habitantes por médico	Cid S05	Número de crimes por freguesia
	Cid P06	Evolução da criminalidade	Cid S06	Numero de processos judiciais por tipo
	Cid P07	Número de forças policiais		
3.1.3	Cid P08	Número de associações recreativas		
3.2.1	Cid P9	Taxa de participação nas eleições	Cid S07	Investimento municipal em actividades culturais
3.2.2	Cid P10	Número de associações	Cid S08	Evolução do investimento municipal em actividades culturais, por rubricas
	Cid P11	Número de associações por tipo de associações	Cid S08	Evolução do investimento municipal em actividades culturais, por rubricas





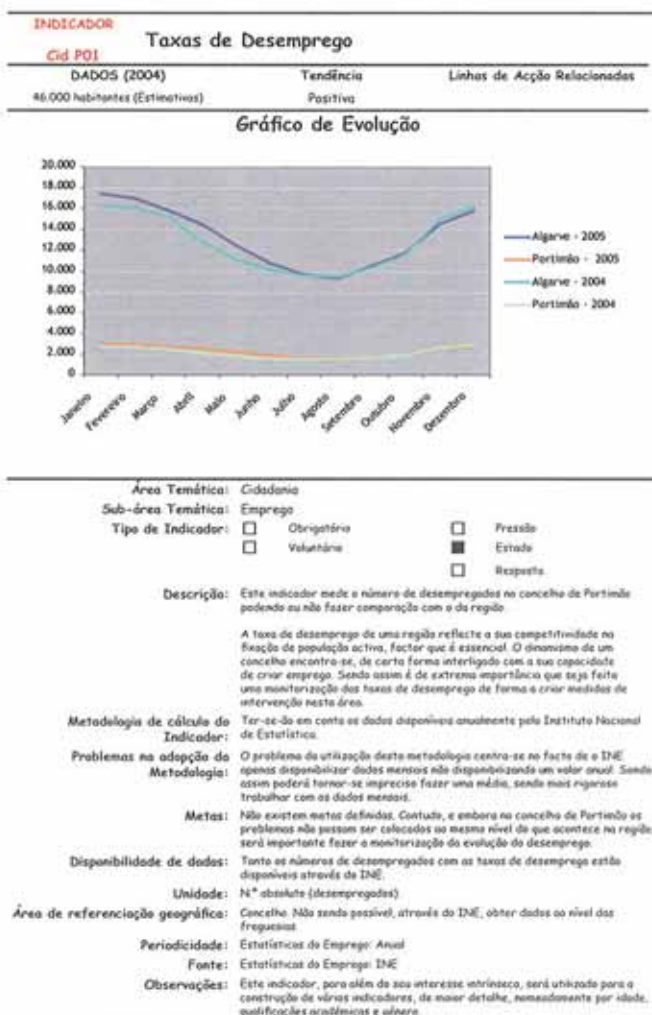
3.2.3	Cid P12	Actualização bi-anual do projecto cidadania activa	
3.3.1	Cid P13	Investimento em actividades culturais	Cid S09 Dimensão média da família
	Cid P14	Investimento em preservação do património	
	Cid P15	Museus, galerias de arte e outros espaços	
	Cid P16	Bibliotecas	
3.3.2	Cid P17	Número de crianças e salas na educação pré-escolar	
	Cid P18	Número de alunos e turmas no ensino básico	
	Cid P19	Número de alunos e de turmas no ensino básico	
	Cid P20	Número de alunos, turmas e dimensão média das turmas no ensino secundário	
	Cid P21	Número de alunos, turmas e dimensão média das turmas no ensino profissional	
3.3.1	Amb P06	Percentagem de resíduos sólidos urbanos recolhidos em recolha selectiva	
	Amb P01	Consumo doméstico de água por habitante	
	Cid P22	Percentagem de alunos do primeiro ciclo objecto de acções de sensibilização ambiental	

#### Legenda do Código:

Amb (dimensão Ambiente); Uso (dimensão Uso do Solo); Cid (dimensão Cidadania); Tur (dimensão Turismo); P (Indicador Principal); S (Indicador Secundário)



## Fichas de Indicadores da Cidadania (Dois Exemplos)



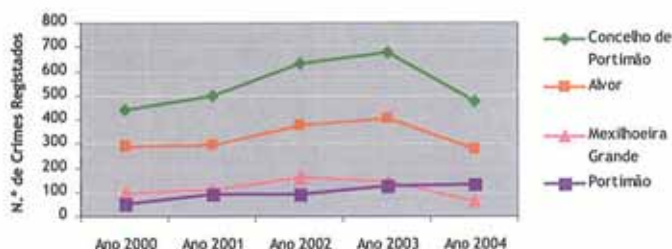


**INDICADOR** Evolução da Criminalidade

**Cid P07**

DADOS (2000 a 2004)	Tendência	Linhas de Acção Relacionadas
1.646 Crimes (Acumulados ao longo dos 5 anos)	Positiva	

Gráfico de Evolução



Área Temática:	Cidadania		
Sub-área Temática:	Segurança		
Tipo de Indicador:	<input type="checkbox"/> Obrigatório	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão	
	<input type="checkbox"/> Voluntário	<input type="checkbox"/> Estado	
		<input type="checkbox"/> Resposta	

**Descrição:** Este indicador mede o número de crimes registados pelas autoridades na concelha.

Tendo em consideração que a criminalidade é um factor importante na que reporta à cidadania, pretende-se proceder à observação da evolução do seu valor, fazendo a diferenciação entre as diferentes freguesias, de forma a poder avaliar o nível de segurança existente na concelha.

**Metodologia de cálculo do Indicador:** Foram utilizados, no cálculo deste indicador, mapas de criminalidade obtidos através da Guarda Nacional Republicana com dados mensais.

**Problemas na adopção da Metodologia:** Os problemas decorrem do facto de não serem dados disponíveis para consulta ao público. Terá que ser emitido um documento escrito à Guarda Nacional Republicana de forma a obter os dados. Em termos de risco haverá que colocar a população flutuante.

**Metas:** Não existem metas definidas. Contudo e embora na concelha de Portimão a criminalidade não possa ser considerada um factor crítico, será importante ao longo do tempo fazer esse acompanhamento, sobretudo se for subdividido por freguesias.

**Disponibilidade de dados:** Os dados estão disponíveis apenas através de um pedido à Guarda Nacional Republicana.

**Unidade:** N.º absoluto (Crimes).

**Área de referência geográfica:** Freguesia. É possível a obtenção dos dados quer ao nível da concelha quer ao nível da freguesia.

**Periodicidade:** Anual / Mensal

**Fonte:** Guarda Nacional Republicana

**Observações:** Este indicador, para além do seu interesse intrínseco, será utilizado para a construção de vários indicadores, nomeadamente os indicadores relativos a ponderações médias por habitante.

## 10.4 TURISMO

<u>DIM:</u>	<u>VECTORES ESTRATEGICOS</u>	<u>OBJECTIVOS</u>	<u>INDICADORES ASSOCIADOS</u>	<u>ACCÇÕES A DESENVOLVER:</u>
<b>TURISMO</b>	4.1 Apostar na qualidade integrada	<p>4.1.1 Requalificar/apostar nos recursos humanos de molde a prestar um serviço adequado que supere as expectativas dos turistas, com aposta na formação profissional e aumento do emprego qualificado no sector</p> <p>4.1.2 Incentivar os agentes envolvidos no turismo para a importância do ambiente no desenvolvimento sustentável do território, enquanto parte integrante da oferta. Requalificar e estruturar a oferta e aposta na valorização dos espaços de lazer</p> <p>4.1.3 Quantificar o turismo de 2ª residência e o alojamento não classificado, promovendo a sua integração qualificada na fileira turística. Promover a distribuição equilibrada dos estabelecimentos hoteleiros no concelho/território</p>	<p>Tur P01 Tur P02 Tur S01</p> <p>Tur P03 Tur S02</p> <p>Tur P04 Tur P05</p>	<p>- Proceder à elaboração de um plano detalhado de requalificação do mobiliário urbano, incluindo a indicação dos materiais a utilizar pelo comércio e demais entidades.</p>
		4.2.1 Promover os produtos turísticos complementares ao Sol e Praia, designadamente o Turismo Desportivo e Náutico, o Golfe, o Rural, o MICE e a organização de <i>Hallmark Events</i> .	<p>Tur P06 Tur P07 Tur P08 Tur S03 Tur S04</p>	<p>- Associar Portimão à realização de um <i>hallmark event</i> de carácter internacional no qual a identificação do destino e o evento se tornem indissociáveis, quer no domínio do mar e do Rio Arade quer por exemplo na futura utilização do Autódromo Internacional na Mexilhoeira Grande;</p>





<b>TURISMO</b>	4.2 Diversificar os produtos turísticos	<p>4.2.2 Atenuação da sazonalidade e aumento das taxas de ocupação através da atracção de segmentos e promoção de uma política de eventos e animação.</p> <p>4.2.3 Aumento das receitas provenientes do turismo directa e indirectamente, com ênfase para os efeitos multiplicadores do turismo e integração na matriz económica do concelho e da região.</p>	<p>Tur P09 Tur P10 Tur P11 Tur P12</p> <p>Tur P13 Tur P14 Tur P15</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação dos itinerários naturais do concelho como parte integrante da oferta dirigida a turistas e residentes</li> <li>- Reforçar o posicionamento e identidade turística de Portimão como concelho orientado para o mar, desde o desenvolvimento e consolidação em rede das infra-estruturas actuais (marina, porto de recreio, praias e serviços), ao reforço da ligação cultural e proximidade a Sagres e aos Descobrimientos.</li> </ul>
	4.3 Aumentar a competitividade turística	<p>4.3.1 Aumento da taxa de ocupação hoteleira ao longo do ano mas com particular ênfase na denominada época baixa.</p> <p>4.3.2 Diversificar os mercados com estabelecimento de novas prioridades (países nórdicos, França, leste europeu, ...) com forte aposta na comunicação e imagem do destino, nomeadamente através de <i>Hallmark Events</i>.</p>	<p>Tur P16 Tur P17</p> <p>Tur P18 Tur P19 Tur P20 Tur S05</p>	

## Indicadores Turismo - Indicadores principais e Indicadores secundários

OBJECTIVO	INDICADORES PRINCIPAIS		INDICADORES SECUNDÁRIOS	
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
4.1.1	Tur P01	Número de cursos e formandos	Tur S01	Percentagem da população com o ensino superior
	Tur P02	Numero de graduados em turismo e gestão hoteleira		
4.1.2	Tur P03	Pressão Territorial	Tur S02	Área de cedência para espaços verdes de utilização colectiva
4.1.3	Tur P04	Peso do alojamento familiar de residência habitual de uso sazonal por freguesia	Tur S03	Número de campos de golfe
	Tur P05	Capacidade de alojamento por categoria		
4.2.1	Tur P06	Numero de voltas vendidas em campos de golfe no Algarve e em Portimão	Tur S04	Número de amarrações
	Tur P07	Número de passantes na marina de Vilamoura		
	Tur P08	Numero de estabelecimentos de turismo rural		
4.2.2	Tur P09	Percentagem de dormidas no terceiro trimestre		
	Tur P10	Voltas vendidas em campos de golfe em Portimão: distribuição mensal		



CENTRO INTERNACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIO E TURISMO  
INTERNATIONAL CENTER OF  
TERRITORY AND TOURISM RESEARCH



**Portimão**  
Câmara Municipal

4.2.3	Tur P11 Número de eventos e espectadores Tur P12 Investimento municipal em eventos Tur P13 Taxa de ocupação Tur P14 Estada média Tur P15 Proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros	
4.3.1	Tur P16 Taxa de ocupação bruta mensal Portimão/Algarve Tur P17 Dormidas mensais Portimão/Algarve	
4.3.2	Tur P18 Dormidas por país de residência habitual Tur P19 Hospedes por país de residência habitual Tur P20 Presença do município em feiras internacionais individualmente ou através da ATA	Tur S05 Investimento em promoção turística
4.3.1	Tur P21 Número de licenciados em turismo e gestão hoteleira com residência em Portimão três anos após terminar o curso Tur P22 Investimento do município em I&D científico	

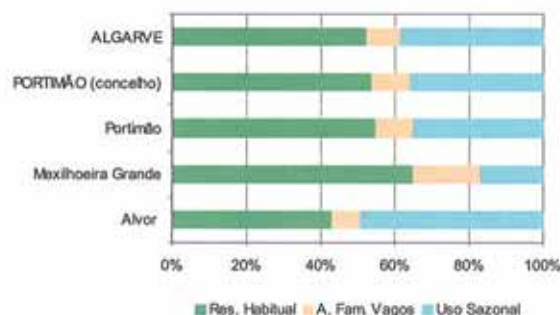
#### Legenda do Código:

Amb (dimensão Ambiente); Uso (dimensão Uso do Solo); Cid (dimensão Cidadania); Tur (dimensão Turismo); P (Indicador Principal); S (Indicador Secundário)

**INDICADOR**  
**Tur PD4** Peso do Alojamento Familiar de Residência Habitual de uso sazonal por Freguesia

DADOS (2001)	Tendência	Linhas de Acção Relacionadas
30.546 Alojamentos Familiares de Residência Habitual, Vagos e de uso Sazonal (concelho de Portimão)	Negativa	

Gráfico de Evolução



Área Temática: Turismo  
 Sub-área Temática: 2ª Residência  
 Tipo de Indicador:  Obrigatório  Pressão  
 Voluntária  Estado  
 Resposta

**Descrição:** Este indicador mede a distribuição percentual dos alojamentos familiares de residência habitual, dos de uso sazonal e dos alojamentos familiares vagos.  
 A observação do peso que os alojamentos de uso sazonal têm no parque habitacional de uma região tem como objectivo a monitorização deste uso, uma vez que estão associados ao turismo e, como tal, para ter uma imagem precisa e completa do destino a nível turístico será importante ter em conta.

**Problemas na adopção da Metodologia:** Os problemas que decorrem da adopção desta metodologia prendem-se com a dificuldade na obtenção de dados precisos e actualizados.

**Metas:** Não existem metas definidas. Contudo será importante fazer a monitorização, sendo assim possível acompanhar a verdadeira peso que o alojamento de uso sazonal tem no sector turístico.

**Disponibilidade de dados:** Encontram-se disponíveis dados actualizados segundo os censos do INE.

**Unidade:** Percentagem (Alojamentos familiares de residência habitual, vagos e de uso sazonal)

**Área de referência geográfica:** Freguesia

**Periodicidade:** Censos / 10 em 10 anos

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

**Observações:** Este indicador, para além do seu interesse intrínseco, será utilizado para a construção de vários indicadores, nomeadamente a relação com a população residente flutuante.





**INDICADOR**

Dormidas por país de Residência

**Tur P18**

**DADOS (2004)**  
2.457.454 Dormidas

**Tendência**  
Recuperação

**Linhas de Acção Relacionadas**

**Gráfico de Evolução**



**Área Temática:** Turismo

**Sub-área Temática:** Oferta

**Tipo de Indicador:**  Obrigatório  Pressão  
 Voluntário  Estado  Resposta

**Descrição:** Este indicador mede o número de dormidas tendo em conta o país de origem dos visitantes.

A importância da observação país de origem dos visitantes reside na necessidade de adoptar a oferta tendo em conta as características dos mercados alvo. Podendo-se assim proceder à adaptação da oferta e captar mercados emergentes.

**Metodologia de cálculo do Indicador:** Os valores encontram-se disponíveis mensalmente e anualmente, podendo ainda desagregar-se ao nível do concelho e das freguesias.

**Problemas na adopção da Metodologia:** Não abrange o alojamento não classificado, que poderá minimizar o peso de alguns mercados (Portugal, Reino Unido) e subestimar a efectiva pressão sobre o território.

**Metas:** Não existem metas definidas. Contudo será importante fazer a monitorização, sendo assim possível acompanhar os aumentos e as diminuições de algum dos mercados e que poderá ser positivo ou negativo para o destino.

**Disponibilidade de dados:** Encontram-se disponíveis dados actualizados mensalmente e anualmente no INE.

**Unidade:** N.º absoluto (dormidas).

**Área de referência geográfica:** Concelho. Apesar de a informação poder também ser disponibilizada por freguesia.

**Periodicidade:** Anual / Mensal

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

**Observações:** Este indicador, para além do seu interesse intrínseco, será utilizado para a construção de vários indicadores, nomeadamente o grau de dependência a mercados externos e níveis de concentração.

## ANEXO

### I. Listagem de Entidades

Sigla	Identificação
ACRAL	Associação do Comércio e Serviços da Região Algarve
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
CCDRAlg	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CMP	Câmara Municipal de Portimão
DREALg	Direcção Regional de Educação
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
RTA	Região de Turismo do Algarve
UALG	Universidade do Algarve

### II. Listagem de Programas

Sigla	Identificação
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
POSC	Plano Operacional Sociedade do Conhecimento
PROAlgarve	Programa Operacional da Região do Algarve
PIPITAL	Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turísticos para o Algarve
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POA	Programa Operacional do Ambiente
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
POC	Programa Operacional da Cultura
URBECOM	Projecto de Requalificação, revitalização e Modernização dos Espaços Comerciais
FSE	Fundo Social Europeu
PRODEP	Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
POCTI	Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Informação
POEFOS	Programa Operacional, Formação e Desenvolvimento Social e pelo Estado Português
PIQTUR	Programa de Intervenção e Qualificação para o Turismo

## Bibliografia

- Algar-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos (s.d.) em <http://www.algar.com> [último acesso em 21/06/2006].
- Algarve Golfe (s.d.) em <http://www.algarvegolfe.com> [último acesso em 12 de Março de 2006].
- Câmara Municipal de Portimão (1995), Plano Director Municipal do Município de Portimão, Portimão.
- Câmara Municipal de Portimão (1995), Plano Estratégico de Portimão, Portimão.
- Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (1994) Conferência Europeia sobre cidades Sustentáveis, Aalborg.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (1994) Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, Faro.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1987), Our Common Future, Nova Iorque.
- Comissão Nacional de Eleições (2005) em <http://eleicoes.cne.pt> [último acesso a 28 de Junho de 2006].
- Conclusões do Subgrupo de trabalho da União Europeia - Direcção Geral das Empresas (2001), Promoting Environmental Protection and Sustainable Development in Tourism.
- Conferência Mundial para um Turismo Sustentável (1995), Carta de Lanzarote.
- DGOTDU (2000), Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local. Como implementar o Planeamento Ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade, International Council for Local Environmental Initiatives.
- Direcção Geral de Geologia e Energia (s.d.) em <http://www.dge.pt> [último acesso em 11 de Maio de 2006].
- Echter, C.M. e J.R.B. Ritchie (1991), The Meaning and Measurement of Destination Image, Journal of Tourism Studies, 2 (2), 2- 12.
- ICLEI, Local Governments for Sustainability (1995-2006) em <http://www.iclei.org> [último acesso a 23 de Junho de 2006].

- Independent Villas (s.d.) em <http://independentvillas.co.uk> [último acesso em 14 de Maio de 2006].
- INR/MA (1997), Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos, Instituto dos Resíduos, Ministério do Ambiente, Lisboa.
- Instituto de Estradas de Portugal (2006) em <http://www.estradasdeportugal.pt> [último acesso em 8 de Março de 2006].
- Instituto do Ambiente (2004) em <http://iambiente.pt> [último acesso a 21 de Fevereiro de 2006].
- Instituto Nacional de Estatística (2003) em <http://www.ine.pt>. [último acesso a 27 de Junho de 2006].
- Lopes, A. S. (1992). Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos. Lisboa. 3ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- M.E.P.A.T. (1998), Portugal - Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- Ministério da Educação (2002) em <http://min-edu.pt> [última consulta em 12 de Março de 2006].
- Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional (2005), Grandes Opções do Plano Presidência do Concelho de Ministro, Lisboa.
- Ministério das cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2001), Relatório de Estado do Ambiente, Lisboa.
- Mota, I. A., M. Pinto, J. Sá, V. Marques, J. Ribeiro (2002) Estratégia Nacional de Desenvolvimento sustentável, Lisboa.
- Nações Unidas (1992), Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Programa 21, Rio de Janeiro.
- Neves, P. P. Bernardo, A. Rodrigues, P. Teixeira, C. Figueira, C. Costa, M. J. Custódio e P. Gouveia (2005), Projecto Cidadania Activa, Portimão: Spidalg, Sociedade de Projectos, Investimentos e Desenvolvimento do Algarve.
- Portugal Virtual (s.d.) em <http://www.portugalvirtual.pt> [última consulta em 23 de



Abril de 2006].

- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2002), Capacidade 21, Conferência de Joanesburgo.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2006) em <http://www.sef.pt> [última consulta em 6 de Junho de 2006].
- Silva, J. A.; J. Bastos, P. Silva, A. Flores, J. Mendes, E. Castela, F. Silva, G. Vieira, G. Castela, M. Guerreiro, P. Valle, A. Anselmo, I. Faria, J. Graça, P. Caetano, R. Pedro, V. Campos, A. Gago, A. Guerreiro, D. Neves, J. Mendes e N. Ramos (2005), O Destino Turístico Arade uma Estratégia de Intervenção, Portimão, Agência do Arade.
- Trittin Jürgen (Julho 2005) O Planeta precisa de uma forte ONU ambiental, Revista Ecologia do Século 21, nr. 104, Rio de Janeiro, Editora Tricontinental.
- Ventura, M. G. M. e M. G. M. Marques (1993) Portimão, Lisboa, Editorial Presença;
- World Tourism Organization e World Travel & Tourism Council (1996) Agenda 21 for the travel and tourism industry: Towards Environmental Sustainable Development, World Summit on Sustainable Development.